PQ
9261
D3A79

UNIVERSITY OF TORONTO
3 1761 01141473 7

JULIO DANTAS

RTE DE AMAR

SOCIEDADE EDITORA
PORTUGAL-BRASIL, L.DA LISBOA

LIVRARIA ACADÉMICA
J. Guedes da Silva
R. Mártires da Liberdade, 10
Telefone 2 5988 — PORTO
LIVROS USADOS
COMPRA E VENDE

ARTE DE AMAR

OBRAS DE JÚLIO DANTAS

POESIA

Nada (1896) — 2.ª edição.
Sonetos (1916) — 4.ª edição.

PROSA

Outros tempos, inquéritos médicos às genealogias reais portuguesas, etc. (1909) — 2.ª edição, ampliada.
Figuras de ontem e de hoje (1914) — 2.ª edição.
Pátria Portuguesa (1914) — 4.ª edição, no prelo.
Ao ouvido de M.me X (1915) — 4.ª edição.
O amor em Portugal no século XVIII (1915) — 2.ª edição.
Mulheres (1916) — 5.ª edição, no prelo.
Êles e Elas (1918) — 3.ª edição.
Espadas e Rosas (1919) — 4.ª edição.
Como elas amam (1920) — 3.ª edição, no prelo.
Abelhas doiradas (1920) — 2.ª edição, no prelo.
Os galos de Apollo (1921).
Arte de amar (1922).
As Grandes Batalhas — No prelo.

TEATRO

O que morreu de amor (1899) — 4.ª edição.
Viriato Trágico (1900) — 2.ª edição.
A Severa (1901) — 4.ª edição.
Crucificados (1902) — 2.ª edição.
A Ceia dos Cardeais (1902) — 24.ª edição.
D. Beltrão de Figueirôa (1902) — 4.ª edição.
Paço de Veiros (1903) — 3.ª edição.
Um serão nas Larangeiras (1904) — 4.ª edição, no prelo.
Rei Lear (1906) — 2.ª edição, no prelo.
Rosas de todo o ano (1907) — 9.ª edição.
Mater Dolorosa (1908) — 5.ª edição.
Auto de El-Rei Seleuco (1908) — 2.ª edição.
Santa Inquisição (1910) — 2.ª edição.
O Primeiro Beijo (1911) — 4.ª edição.
D. Ramon de Capichuela (1912) — 2.ª edição.
O Reposteiro Verde (1912) — 2.ª edição.
1023 (1914) — 2.ª edição.
Sóror Mariana (1915) — 3.ª edição.
Carlota Joaquina (1919) — 3.ª edição, no prelo.
D. João Tenório (1920).
A Castro (1920).

A data indicada para cada obra é a da sua primeira edição.

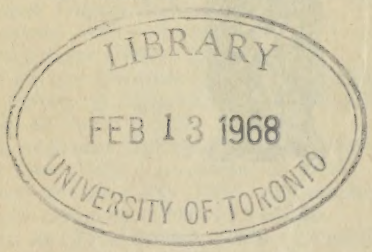
JÚLIO DANTAS
Sócio efectivo da Academia das Sciências de Lisboa
Da Academia Brasileira de Letras

ARTE DE AMAR

2.º Milhar

LISBOA
PORTUGAL-BRASIL LIMITADA
SOCIEDADE EDITORA
58 — RUA GARRETT — 60

Reservados todos os direitos de reprodução: em Portugal, conforme preceituam as disposições do *Código Civil Português;* no estrangeiro (países da União) em harmonia com a Convenção de Berlim, a que Portugal aderiu por decreto de 18 de Março de 1911, e a que o Brasil aderiu tambem pela lei n.o 4:541, de 6 de Fevereiro de 1922, e decreto n.o 15.530, de 21 de Junho do mesmo ano.



PQ
9261
D3A79

Imprensa PORTUGAL-BRASIL — Rua da Alegria, 100 — LISBOA

A MULHER IDEAL

Fui ontem visitar o meu amigo Barradas, chegado há três dias de Washington. Encontrei-o famoso, com dez anos menos, os cabelos pintados, as unhas polidas, assentado a um canto da sala de fumar, entre uma ruma de almofadas cinzentas e uma velha *gouache* do século XVIII. Abraçámo-nos. Conversámos.

— Então, essa América? — perguntei-lhe eu, saboreando o *sherry cobbler* que o criado nos serviu.

— Oh! meu amigo! O *yankee* é a única pessoa que neste momento tem juízo na superfície da terra!

— Boas impressões, hein?

— Excelentes. Quantos livros tem você lido a respeito da América do Norte?

— Uns cinco ou seis.

— Deite-os fora. Tudo o que lá vem é mentira.

— Mesmo os inglêses?

— Sobretudo os inglêses. Aquilo é outro planeta. É preciso ir lá. Você viu-me sair daqui deprimido, verde, neurasténico? Pois bem: curei a minha neurastenia!

— Os homens lá são diferentes...

— Os homens são os mesmos. As mulheres é que são outras, meu amigo!

Barradas, muito rosado, tirando os anéis dos dedos e brincando com êles, falou-me então, com entusiasmo, da mulher *yankee*. Eu ouvi-o, mais por deferência pessoal do que por interêsse de espírito, e confesso que, a meio da nossa conversa, já estava íntimamente convencido de que a versão do meu amigo era ainda mais excessiva e mais romanesca do que a dos *Trasatlantiques*, de Abel Hermant.

— A americana — dizia-me êle — é verdadeiramente a mulher ideal. Pela sua beleza, pela sua distinção, pelo seu espírito? Evidentemente. Mas, sobretudo, pela sua concepção prática, original, elegante e fácil do amor. Nós aqui, pobres europeus fatigados, temos, por educação e por temperamento, o defeito de tomar o amor excessivamente a sério. Em vez de fazer dêle uma comédia brilhante, expressão suprema da fôrça e da alegria de viver, fazemos um drama tenebroso. Dir-se ia

que a nossa única aspiração é tornarmo-nos desagradáveis aos olhos das pessoas que amamos. Como a nossa fragilidade o concebe e o pratica, o amor é um sentimento essencialmente incómodo. Mal dois olhares se trocam e duas mãos se enlaçam, vem logo tôda a tragédia das suspeitas, dos ciúmes, das zangas, das recriminações, estragar momentos que deviam ser os mais belos, os mais alegres, os mais despreocupados da vida. O amor, para nós outros, latinos europeus, não é apenas sombrio e melancólico; é, acima de tudo, mal educado. Duas criaturas que se amam — não sei se você reparou já — julgam-se imediatamente no direito de ser grosseiras uma para a outra. Por uma viciosa concepção da posse amorosa — sobretudo nós, portugueses, que temos sangue árabe nas veias! — consideramo-nos proprietários da alma e do corpo da pessoa amada, com uma obstinação sentimental que chega a ser atentatória da dignidade humana. As nossas mulheres, então, quanto mais apaixonadamente amam, mais realizam o tipo implacável da *femme crampon*, absorvente, aborrecida, perseguidora. — «És meu! És só meu!» — é a primeira manifestação de ternura que lhes acode aos lábios. Na fúria, no paroxismo de se tornarem queridas, de prenderem a si,

cada vez mais, o homem adorado, fazem absolutamente tudo quanto seria preciso para o afastar, para o fatigar, para o aborrecer. Você, meu amigo, não calcula o que foram, antes da minha partida para a América, os últimos meses que passei em Lisboa. Três ou quatro aventuras fúteis que aqui tive, transformaram-se em dramas pavorosos. Nunca vi país em que o amor fizesse maior consumo da lágrima do que o nosso. Sofri todo o inferno de três paixões *vieux jeu*, ferozes, absorventes, exclusivistas, cheias de complicações, de dificuldades, de mistérios, de ciúmes, de caprichos, de ataques de nervos. Fugi, confesso, com a impressão de que a mulher era uma criatura universalmente execrável. Imagine você qual foi o meu assombro quando encontrei em Washington mulheres capazes de compreender o amor como um prazer elegante, como uma festa dionisíaca, como um passatempo fácil, de gostar de um homem sem a preocupação de o tornar sua propriedade exclusiva, de amar sem choros, sem zangas, sem tragédias, de nos perfumar a existência sem a envenenar, — numa palavra, de fazer do amor o que êle realmente deve ser, um sentimento cheio de beleza, de alegria e de dignidade! Ah, meu amigo, que diferença! Dir-se ia que a

mulher *yankee* se impôs a missão de encher a vida com o seu sorriso. O ciúme, para ela, não existe. *Not correct.* A sua lealdade não compreende que se possa desconfiar de alguém; a sua delicadeza não admite, sequer, a possibilidade de ser importuna. É a companheira mais deliciosa dêste mundo sub-lunar. Apareceu-me como uma deusa plácida, doirada e risonha, um pouco extravagante talvez para a nossa sensibilidade de latinos, preocupada apenas em arrancar da vida, com discreção e, sobretudo, com elegância, os maiores prazeres que ela pode dar. Fiz mais do que *flirts* com algumas delas; nenhuma teve o mau gôsto de me pedir amor eterno; mas, também, nenhuma delas se incomodou a jurar-me fidelidade, e afastaram-se tôdas de mim, ao fim da nossa aventura *sans lendemain,* com o mesmo sorriso com que me tinham caído nos braços. Dois amorosos nunca lá se procuram para se importunar ou para se recriminar. Não há, em casa de *Oncle Sam,* o direito de tornar o amor uma coisa odiosa. Colhe-se a flor azul da emoção, e cumprimenta-se sorrindo quem no-la ajudou a colher, sem lhe exigirmos que nos pertença de corpo e alma, e sem lhe impormos o suplício inútil de nos adorar tôda a vida. Por isso a América é um país onde as mulhe-

res não choram e os homens não se aborrecem. Os corações demasiado sensíveis fazem lá verdadeiras curas de repouso. Eu não lhe minto, meu excelente amigo, se lhe disser que as americanas me curaram da neurastenia que me arranjaram as portuguesas!

Barradas calou-se. O sol brincava no tapete. Eu, que estava olhando, sôbre a testa rosada e curta do meu amigo, o negro-foca da sua pôpa pintada, disse-lhe apenas, distraído, acendendo o cigarro:

— Tem razão. As portuguesas fizeram-lhe os cabelos brancos. Mas, ao menos, você ficou tão bem curado, que já os tem pretos outra vez!

UM ROMANCE DE AMOR

Do meu amigo Manoel de Bourbon, fidalgo minhoto e amador de arte, que eu supunha o homem mais calmo e mais feliz do mundo, recebi hoje esta carta, que é um doloroso romance de amor:

«Meu amigo: — Atravesso neste momento a mais grave crise de consciência da minha vida. Preciso de ti, do teu conselho, da tua assistência moral. Se pudesse sair agora de Braga, ia vêr-te. Que situações os acasos da existência criam, e a que monstruosidades pode levar-nos às vezes uma mulher! Ouve. Tu sabes, julgo eu, que meu pai, pouco antes de morrer — já lá vão dois anos! — recomendou a meu tio António uma rapariga que tinha conhecido em Lisboa, determinando que, emquanto ela vivesse, lhe fôssem pontualmente entregues, no princípio de cada

mês, quinhentos mil réis. Há seis meses meu tio morreu, transmitindo-me a mim, seu testamenteiro, o encargo de pagar essa pensão. Apesar do respeito que minha mãe me merece e de eu estar perfeitamente ao facto da natureza das relações que meu pai mantinha com essa criatura, era a vontade dos dois mortos, cumpri-a. Disse ao meu procurador que escrevesse a Maria Clara — assim se chamava — participando-lhe o falecimento de meu tio António e tranquilizando-a quanto à permanência da pensão e à pontualidade do seu pagamento. Ela respondeu-me numa carta muito amável, em que me manifestava o desejo de conversar comigo quando eu porventura fôsse a Lisboa, e me preguntava se haveria inconveniente na vinda dela a Braga ajoelhar na sepultura de meu pai e trazer-lhe umas flores. Como sabes, eu nunca saio daqui, dêste velho Solar dos Flamengos, onde tu não quiseste voltar, e onde eu tanto gostava de vêr-te. Lisboa irrita-me, incomoda-me, tenho a impressão — que já tinha meu pai — de que não se respira nesses hotéis, nesses teatros, nessas ruas; e, se êle ainda aí ia muitas vezes por causa da Maria Clara, eu não tenho nada que aí me chame, e para mim uma viagem é uma doença. O pensamento, porém, de que essa rapariga se man-

tinha fiel, na sua ternura e na sua gratidão, ao pobre velho que insensatamente a amara, sensibilizou-me. Quis dizer-lhe que viesse; mas tive receio dum encontro com minha mãe, que tôdas as semanas, numa piedosa romagem, leva ao cemitério as melhores rosas do nosso jardim. Entretanto, a idea de que ia ver Maria Clara — que eu não conhecia ainda — de que ia falar-lhe, de que ia sentir junto de mim êsse romance da vida de meu pai, começou a criar raízes no meu espírito, a interessar, mesmo, o meu coração. Era alguma coisa do morto querido que ressurgia, que se reanimava, que vinha falar-me dêle. Uma circunstância imprevista facilitou — infelizmente! — a realização dêste pensamento delicado. Minha mãe, convalescente duma gripe, foi repousar para a nossa casa da Granja; minha irmã solteira acompanhou-a; fiquei sòsinho nos Flamengos, com êstes pobres criados que me parecem tão antigos como as figuras das minhas tapeçarias, — e escrevi a Maria Clara dizendo-lhe que viesse. Dois dias depois, recebia um telegrama: — «Sigo àmanhã, rápido.» Não sei bem explicar-te, meu amigo, a minha alegria e a minha comoção. Dir-se ia que, dentro de mim, um pouco da alma de meu pai esperava por ela. Arranjei-lhe aposentos no ho-

tel, enchi-lhe o quarto de flores, fui buscá-la à estação. Uma rapariga elegante, loira, rodeada de *colis*, vestida de preto, desceu da carruagem e estendeu-me as mãos: — «Obrigada, Manoel. Vamos depressa.» Era Maria Clara. Tenho — como direi? — tenho pudor, chego a ter mêdo de confessar-te a impressão que senti ao vê-la. Mas tu, decerto, já a adivinhaste. Há sentimentos tão monstruosos, há situações morais tão horríveis, que a nossa própria consciência se recusa a analisá-los. Compreendi apenas, vagamente, quando conduzia pelo braço até ao automóvel essa encantadora rapariga, tão cheia de beleza, de inteligência, de bondade, que era preciso fazê-la regressar sem demora a Lisboa, que era preciso não a ver mais, porque assim o exigia o meu respeito pela memória de meu pai — e por mim mesmo. E entretanto, meu amigo, já há oito dias que ela está no Hotel do Bom-Jesus, já há oito dias que eu a visito tôdas as manhãs, que conversamos, que passeamos juntos, que caminhamos de mãos dadas para o abismo. Sinto que na consciência dela se passa o mesmo drama, que a impelem para mim os mesmos sentimentos inconfessáveis: mas nenhum de nós teve ainda a coragem de o dizer ao outro; nem houve ainda, entre nós, uma palavra, um

gesto, sequer um olhar a que não pudesse ter assistido, tranqüila e feliz, a alma de meu pai. O dever de Maria Clara seria, talvez, partir para Lisboa, fugir de mim. Mas eu adivinho nos seus silêncios, nos seus olhos súbitamente embaciados de lágrimas, que ela não tem fôrça para o fazer; e, se ela me fugisse, eu segui-la ia, fôsse para onde fôsse, até ao fim do mundo, porque já não sei, porque já não posso passar sem ela. Por mais que procure, não encontro uma solução para o meu caso moral. Mais depressa daria um tiro na cabeça — percebes? — do que faria, da amante de meu pai, minha amante. Contra isso, são os meus sentimentos de homem e de filho, é a minha educação, é a minha dignidade, são inclusivamente os meus preconceitos religiosos que protestam. Não. Poderia ainda fazer dela minha mulher legítima, dar-lhe o meu nome, dignificá-la, elevá-la, pagar de certo modo a dívida que para com ela contraíu meu pai. Mas, como levaria eu para o seio da minha família, para o nosso lar, para a intimidade santa do nosso afecto uma mulhér que ultrajou minha mãe, que minha mãe conhece, que lhe fêz chorar as lágrimas mais amargas da sua vida? Casar com ela e fugir, expatriar-me, ir viver no estrangeiro, deixar tudo? Era ainda uma so-

lução. Mas a administração da minha casa? E minha mãe? Depois de a ter ofendido, seria uma crueldade sem nome abandoná-la. Que devo eu fazer? Por emquanto, ainda raciocino, ainda vejo claramente o meu problema; uns dias mais, e a paixão ter-me há cego de todo. Pelo amor de Deus, meu amigo, dize-me uma palavra, indica-me um caminho, dá-me um conselho. Eu sei que seria de mais pedir-te que viesses aqui; mas não te oculto que a tua presença era para mim a fôrça, a coragem, a salvação. Se eu pudesse esquecer esta mulher! Estou doente, fumo horrívelmente, não durmo, ando com os nervos esgotados, alarma-me o sentimento de repugnância que tenho por mim próprio. Ainda esta madrugada olhei para a minha Browning como para a libertação. Tenho mêdo de que tudo isto acabe mal. Ao menos, escreve-me, aconselha-me, dize-me uma palavra, — de mãos postas te peço, salva-me, meu amigo! Teu, do coração, — *Manoel.*»

SÓROR ANA MARIA

O que eu vou contar-lhes passou-se há precisamente dois séculos, pelo Natal, no mosteiro das carmelitas da Esperança, em Beja, sendo abadessa a virtuosa madre Brígida Perpétua do Espírito Santo.

Na noite de 23 de Dezembro de 1721, quando a freira despertadora foi, com a sua candeia acesa, acordar as religiosas para matinas, houve uma que não respondeu, como de costume, ao toque discreto na aldraba da porta. A freira insistiu e apurou o ouvido. Silêncio. Era a cela duma das religiosas mais observantes da casa, embora môça ainda, Sóror Ana Maria de Santa Teresa, muito parenta dos barões de Alvito, talvez a mais pronta no despertar e a mais pontual nos ofícios divinos. A freira, supondo

que Sóror Ana já tinha saído para o côro, ia a retirar-se, quando percebeu que nas frinchas da porta havia luz. Ela estava ainda, por conseguinte, na cela; e, visto que àquela hora acendera a candeia, não era natural que estivesse dormindo. Outra vez a monja despertadora bateu à aldraba. Ninguém respondeu. Curiosa e inquieta, levantou-se nos bicos dos pés para espreitar ao ralo da porta; encontrou-o fechado. Tirou da cabeça o alfinete com que prendia o véu preto ao rengo da toalha e, insinuando-o por um dos orifícios do ralo, fêz girar a pequena chapa de ferro. Espreitou. Tão extraordinário foi o espectáculo que se deparou aos seus olhos, que a pobre freira teve de amparar-se à porta para não cair no chão. Sóror Ana Maria estava assentada no catre, quási nua, a carne loira do seio esquerdo a saltar-lhe da camisa, e, numa expressão de êxtase, os olhos fitos no crucifixo do arquibanco, parecia dar de mamar a uma criança que aconchegava ternamente nos braços.

— Senhor de misericórdia! — balbuciou a freira despertadora, varada de assombro, deixando tombar a candeia das mãos.

Como as freiras já viessem saindo das celas, com as suas luzes, a caminho do côro, a religiosa foi-as chamando a tôdas para es-

preitarem também. Daí a pouco, à porta da cela de Sóror Ana, uma revoada de hábitos brancos palpitava, gesticulava, murmurava, agitava-se, empoleirava-se ao ralo, rompia em exclamações surdas de pasmo e de indignação. Umas iam chamar as outras, nos bicos dos pés para não fazer ruído no tijolo do corredor, adejando como pombas, e tôdas falavam, tôdas bichanavam, tôdas se benziam, tôdas tremiam porque a ira de Deus caísse sôbre o mosteiro. Duas madres septuagenárias, coléricas, abrasadas em santo zêlo, crispavam os punhos magros de encontro à porta. As mais velhas, enfiadas, encostadas à parede, rezavam. As mais môças, afogueadas umas, pálidas outras, umas sufocadas de comoção, outras em risinhos gorgeados, revezavam-se para espreitar, mais excitadas do que escandalizadas — pobres espôsas virgens do Senhor! — perante aquela imagem viva da maternidade. Cruzavam-se, choviam os comentários, os ditos, as conjecturas. Que criança seria aquela que Sóror Ana aconchegava ao peito? A fidalga sobrinha dos Alvitos, tão observante, tão piedosa, teria sido porventura mãe — horror! — esquecendo o que devia à nobreza da sua estirpe e à dignidade do seu hábito? Mas como conseguiria ela dissimular por tanto tempo o

fruto da sua desonra, antes e depois de o ter dado à luz? Como seria possível o trabalho de um parto, dentro de uma casa onde havia setenta mulheres, sem o saber na mesma hora todo o mosteiro? E, se Sóror Ana Maria não era a mãe, — donde tinha vindo aquela criança, como se explicava a sua presença, de noite, na cela dum convento e nos braços duma freira? Madre Dorotea de São Plácido, múmia sentenciosa pertencente às gerarquias da casa, já duas vezes prelada trienal, observou judiciosamente, encavalando no nariz os seus óculos redondos de coiro, que, se o inocente estava mamando, a mãe era com certeza Sóror Ana; e que, no caso contrário, podia ser ela ou não ser. De novo as freiras espreitaram, cochichando; mas o escapulário, que envolvia a criança, não deixava perceber se a sua boquita sugava ou não o seio que se lhe oferecia; e a dúvida permaneceu em volta da polpa doirada daquele peito, que estremecia e arfava na palpitação da luz. Pensaram algumas religiosas em bater com fôrça à porta e em bradar a altas vozes por Sóror Ana Maria de Santa Teresa, que, na sua beatitude, no seu êxtase maternal, alheia a tudo o que a cercava, parecia nada ver e nada ouvir. Outras, porém, mais prudentes e mais avisadas, fo-

ram de parecer que se chamasse a Abadessa, única pessoa que, pela autoridade do seu ministério, devia intervir em tão melindroso caso. Venceu o segundo alvitre, e as freiras, deixando algumas das irmãs de guarda à porta, foram, no revôo dos seus hábitos brancos, procurar a prelada.

— Que querem vossas caridades? — perguntou-lhes, espantada do alvorôço, Madre Brígida Perpétua do Espírito Santo, que já se encontrava no côro de cima, com a vigária e a mestra de noviças.

Quando as religiosas, afogueadas, lhe contaram o escândalo, a boa da Abadessa, tranqüilamente, sorriu. Que sossegassem o seu zêlo as brancas filhas de Santa Teresa. O que Sóror Ana Maria tinha na sua cela, e o que, naturalmente, embalava nos braços, não era nenhuma criança; era apenas — pobre dela! — uma imagem do Menino Jesus que a prelada lhe confiara para armar, em segrêdo, o presépio do Natal. As religiosas entreolharam-se. Iam falar, estranhar talvez que uma freira, na alucinação da maternidade, aconchegasse tão profanamente ao seio a imagem do Senhor. Mas a velha Abadessa deteve-as, num gesto:

— Que lhe atire a primeira pedra aquela de vossas caridades que, diante da imagem

do Deus Menino, nunca sonhou a glória de ser mãe!

E, docemente, numa expressão de infinita ternura, encaminhou-se para a cela de Sóror Ana.

FINETTE

Caiu o pano sôbre o primeiro acto da *Manon*. O meu amigo Serzedelo levantou-se, compôs a orquídea que lhe pintava de vermelho a banda de sêda da casaca, entalou o monóculo na órbita e disse-me, preocupado:

— Vês aquela mulher, no terceiro camarote?

— Que mulher?

— Aquela rapariga loira, de côr-de-rosa, com um penacho de garças na cabeça.

— Vejo. Quem é?

— Digo-te já. Vamos fumar um cigarro para o salão.

— Olhei-a ainda. Pareceu-me um dêsses tipos de mulher ao mesmo tempo delicados e enérgicos, tão pouco vulgares entre as portuguesas, vinte e dois anos, se tanto, magra, dum loiro fulvo, ligeiramente aquilina, com

uns pequenos olhos cruéis e um daqueles pescoços longos e estilizados que nos aparecem nos desenhos galantes de Rafael Kirchner e de Leo Fontan. Percebeu que falávamos dela e fixou-nos. Notei que o binóculo lhe tremia na mão. No fundo do camarote, um rapaz gordo, rosado, luzidio, de casaca, bocejava, lendo um jornal.

— É o marido? - perguntei eu, levantando-me.

— Creio que sim. Mas parece que não se diverte muito ao pé dela.

Fomos fumar para o salão. O meu amigo deixou cair num dos divans a sua elegância precocemente grisalha, atirou as luvas, e, acendendo o cigarro, disse-me:

— Vou dar-te uma curiosa figura de mulher para a tua galeria. Tu ouviste falar, talvez, como tôda a gente, na minha ligação com a Viscondessa de Z. Já se passaram sete para oito anos, e a cada momento se me atropelam no espírito as recordações dêsse período inesquecível da minha vida. Era uma bela mulher, enorme, grandiosa, opulenta — um verdadeiro Rubens — com os olhos vagamente prometedores de tôdas as viúvas bonitas, que vivia com a filha no seu palácio da Junqueira, e que se permitia, dentro dos limites impostos pelas conveniências da sociedade, todos os

prazeres que a arte, a galanteria e a dissipação podem dar. Cheguei a pensar, a sério, em casar com ela; mas demoveram-me dêsse propósito razões de vária ordem. O seu passado de duvidosa limpidez, a própria facilidade com que ela se me entregara, uma tarde, durante a minha cerimoniosa visita à sua colecção de Delfts, não eram de molde a inspirar confiança a um segundo marido, que devia ser, pelas minhas contas, o quarto amante. Além disso, pareceu-me surpreender na filha uma tão mal disfarçada antipatia por mim, que não me achei disposto a assumir as odiosas responsabilidades de padrasto. Não sei se tu te lembras destas impressionantes palavras de Barbey d'Aurevilly: «*Je ne sais quel poète a demandé ce que pensent de nous les filles dont nous avons aimé les mères.*» Durante muito tempo, não consegui definir bem os sentimentos dessa singular rapariga a meu respeito. Sempre que eu entrava em casa — ia, três vezes na semana, tomar chá ao palácio da Junqueira — ela parecia receber-me com alegria, até com excessiva vivacidade; mas bastava conservar-se meia hora ao pé de nós para êsse bom humor se converter num mutismo obstinado, num verdadeiro amuo de que não compreendíamos a causa, e que ia às vezes até à inconveniência, às lágrimas e ao

ataque de nervos. Se se tratasse duma criança, poder-se ia supor que eram manifestações de ciúme infantil, por ver a mãe prodigalizar a um estranho atenções e afectos que julgava devidos exclusivamente a ela; mas Finette tinha catorze para quinze anos, era uma mulher e uma mulher inteligente; a sua atitude não podia traduzir outro sentimento que não fôsse o da reprovação pelo que havia de irregular e de inconfessável nas minhas relações com a mãe. Tivemos, dali por diante, o cuidado de poupar à sensibilidade daquela consciência, talvez ferida no seu natural respeito pela memória do pai, o espectáculo dos nossos chás e das nossas conversas íntimas: entretanto, Finette procurava todos os pretextos para entrar na sala onde nos fechávamos e para se conservar o mais tempo possível junto de nós, lançando-me olhares que já não pretendiam disfarçar os sentimentos de profunda e inexplicável aversão que eu merecia àquela criaturinha ao mesmo tempo tão interessante e tão desagradável. Decorreu assim um ano. Certa noite, houve um jantar na legação de Itália, para que foram convidadas a Viscondessa de Z. e a filha. Finette, que se queixara de dores de cabeça, ainda se vestiu, pôs pela primeira vez um fio de pérolas ao pescoço, mas, à última hora, disse

que estava doente e não foi. Combinou-se que eu esperaria a volta da mãe, no palácio da Junqueira, à meia noite. Quando cheguei, ainda ela não tinha regressado. Entrei no *luncheon-room* onde costumávamos cear — um interior holandês, lampejante de pratas, que se diria um Pieter de Hooch — descalcei as luvas, acendi um cigarro, sentei-me no meu *Maple* favorito e decidi-me a esperar, folheando uma ilustração. Passaram-se bem dez minutos. De repente, por detrás de mim, uns braços nus enlaçaram-me o pescoço, um hálito perfumado aflorou-me os cabelos, senti que uma bôca, ao mesmo tempo fresca e ardente, me beijava com paixão. Julgando que a Viscondessa de Z. entrara sem eu a pressentir, tomei amorosamente as mãos que me acariciavam: eram pequenas, frágeis, sem jóias. Levantei-me dum salto e olhei: Finette estava diante de mim, trémula, semi-nua, arquejante, louca. Compreendi tudo. Estendi ainda os braços a tempo de a receber nêles, desmaiada. Passou-me uma nuvem de sangue pelos olhos; tive mêdo de mim próprio; fugi. Três dias depois embarcava para Inglaterra. Aqui tens tu a história de Finette. Sabes quem ela é? É aquela rapariga loira, vestida de côr-de-rosa, com um penacho de garças na cabeça, que eu te mostrei há pouco num camarote de primeira

ordem. E ainda há quem cante a inocência e a candura, meu velho!

— Com quem casou ela?

— Não sei. Há sete anos que a não via.

Ia começar o segundo acto da *Manon* quando entrámos na sala. Olhei para o camarote de Finette. Já não estava ninguém.

UM PADRE

No último outono, quando fui descansar uns dias na Figueira-da-Foz, tive por companheiro, de Lisboa até Alfarelos, um velho sêco, robusto, elegante, vestido como um equitador marialva, cara rapada, chapéu preto desabado, calça de mescla, polaina, espora de ferro de Guimarães armada sôbre grossos sapatões de salto de prateleira, — e, ao pescoço, uma volta rôxa de padre. Interessou-me essa singular figura, não apenas pela sua fisionomia contraditória, mas pelo carinho com que tratava uma criança que vinha com êle, um pequenito de três anos, loiro, fino, buliçoso, com um barrete de lã azul enfiado na cabeça e muitos caracóis que pareciam quási brancos na luz fria da manhã. Vínhamos só nós três naquela cabine. Eu lia, absorvido — recordo-me bem — o último livro de De Paeuw sôbre o ensino popular na Bél-

gica. Êles dois, o velho e o pequeno, conversavam, brincavam, riam às gargalhadas, como se fôssem duas crianças. A certa altura, deixei de ler para os observar. O padre, a quem o revisor chamara, com respeitosa familiaridade, «amigo e senhor cónego», tinha tirado dum cesto uma garrafa de leite, uns bolos, um guardanapo, e dava de comer ao pequeno, que se lhe assentara nos joelhos, risonho, a gritar e a estender as mãositas para as árvores que passavam, doiradas de sol:

—Olhe, pai! Olhe, pai!

Semelhante tratamento, dado àquele velho sacerdote pela bôca daquela criança, não podia deixar de produzir no meu espírito uma impressão de justificada estranheza. O padre percebeu, sorriu, olhou alternadamente para o pequeno e para mim, e disse-me, com uma bonomia e uma franqueza dignas da sua viril figura de campino ribatejano:

—Não é meu filho, mas é como se fôsse, porque, aqui onde o vê, fui eu que o criei.

Depois, pondo o petiz no chão e dando-lhe o papeluço de bolos:

—Chico, oferece ali àquele senhor.

Estávamos pela altura das lezírias. Na planície verde, uma manada ruiva e pacífica de bois apascoava ao sol. Esplendia a manhã. A vela vermelha dum barco vila-franca dava a

impressão (tão pouco se adivinhava o rio!) de que se erguia da própria terra. Perto, um maioral a cavalo, embrulhado na sua manta, olhava, indiferente, a passagem do combóio. Recebi nos braços o pequeno, cujos cabelos rescendiam como se os cuidasse o elegante desvêlo duma mãe, e tagarelei uns minutos com êle. Era uma criança encantadora, duma vivacidade que contrastava com a impressionante tristeza do seu olhar, e duma finura de feições que nada tinha de comum com o tipo crasso e plebeu daquele velho, que mais parecia surgir-nos duma cavalariça solarenga do que da sombra morna duma sacristia.

— É da sua família, esta criança?

O velho encarou-me, beijou com ternura o pequeno que correu para êle, e respondeu-me, aconchegando-o ao peito:

— Não, senhor. É um engeitadinho.

— Um engeitado?

— Encontrei-o uma noite, embrulhado nuns trapos. Há mães que são piores que cadelas; é o que lhe digo. Vai em três anos, ia eu de Óbidos para as Caldas na égua baia do meu irmão, com uma pistola nos coldres porque a noite estava escura de breu, — quando de repente a montada estacou. Cheguei-lhe a polaina à barriga; o animal ladeou, e ficou-se. Ia dar-lhe de espora, quando me pareceu

sentir um vagido de criança. Alto lá! Apeei-me, meti o bridão no braço, acendi um molho de fósforos, olhei: junto duma das patas da égua, tão perto que a ferradura do pé de cavalgar lhe aflorava a cabeça, estava um inocente mal acabado de nascer, embrulhado nuns trapos, a esvair-se em sangue. O coração saltou-me no peito. Cadelas! Cadelas! Levantei a criança do chão, meti-a debaixo do capote, montei, abracei a égua, mais caridosa do que muitas mães, e vim a galope para casa. O pequeno criou-se, medrou, e eu agora não vejo outra coisa na vida. É o meu filho, é a minha companhia, é a minha família tôda,— e, quando eu morrer, os patacos que tenho ao canto da arca são para êle. Não é verdade, Chico?

Os olhos daquele Hércules-picador turvaram-se de lágrimas. Levantei-me, discretamente, para ver em que estação tínhamos parado. Era o Vale-de-Santarém, onde vivera e amara a «Joaninha dos olhos verdes». Adivinhava-se um arvoredo húmido, frondoso e distante. O pequeno veio empoleirar-se na janela da carruagem, abraçado a mim. Quando o combóio se pôs de novo em marcha, perguntei tímidamente ao padre:

— Não sabe ainda quem é a mãe?

- Sei. É uma madama de Lisboa.

— Nunca lhe pediu o pequeno?

— Nem eu lho dava! Mãe que uma vez engeita um filho, não tem mais direito a êle. Até Deus lhe havia de secar as entranhas! É pior do que uma lôba!

Chegámos a Alfarelos. O sol inundava a cabine. O pequeno dormia no colo do padre, que o afagava, que o embalava, orgulhoso e contente. Desci do combóio com a impressão de que não havia no mundo ninguém mais feliz do que aquele velho.

M.me FAUSTO

— Pode-se entrar?

Confesso que não esperava, àquela hora matinal, a visita de M.me S. A minha encantadora amiga afundou-se no *couch-corner,* estendeu os pés para as lâmpadas acesas do fogão, tirou do saco um pequeno espelho, pôs pó de arroz, pediu-me que voltasse para a parede um boneco da China que lhe fazia mal aos nervos, recostou-se, tamborilou sôbre a mesa de chá, e ficou imóvel a olhar para mim.

— Foi ao seu *footing?* — perguntei, para quebrar o silêncio.

— Não. Venho consultar o médico.

— Um especialista de doenças nervosas?

— Você.

— Mas eu não faço clínica, minha amiga!

— É por isso mesmo que eu o prefiro. Sabe? Quero abrir-lhe a minha alma.

— Não tem mêdo das correntes de ar?

— Falo-lhe a sério.

— Não acredito...

M.me S., com elegante desembaraço, tirou da cabeça a *toque* de lontra, e mostrou-me, na sua bela cabeleira dum castanho fulvo, sôbre a têmpora direita, uma mancha indiscreta de cabelos brancos:

— Vê?

— Vejo. Alguns cabelos que se esqueceram de que você tinha apenas trinta anos.

— Vinte e cinco, meu amigo.

— O segrêdo da sua idade é o único que as mulheres sabem guardar.

— Isso não é seu.

— É de Fontenelle. Eu nunca disse mal das mulheres. Vem então consultar-me por causa dos seus cabelos brancos?

— Adivinhou.

— É fácil. Arranque-os.

— Nascem mais.

— Então, pinte-os.

— Era o que me diria o meu cabeleireiro.

— E que queria você que eu lhe dissesse?

Um sol pálido, coado pelos estores inglêses, veio brincar nos cabelos de M.me S. O criado, ainda no seu *gilet de service,* trouxe-nos o chá. A minha amiga levou a chícara aos lábios, pousou-a sôbre a mesa, em silêncio, to-

mou-me nervosamente as mãos e disse, baixando os olhos, com uma expressão dolorosa que me fêz pena:

— Sabe o que eu queria? Que você me desse um remédio para não envelhecer.

— M.me Fausto! Não será muito, pedir a mocidade eterna?

— Pelo menos, um remédio para envelhecer mais devagar.

— Se houvesse, já eu o tinha tomado, minha amiga.

— Então, para que servem os médicos?

— Para ensinar os outros a envelhecer e a morrer com resignação.

— Pois eu não me resigno. Quer ver?

M.me S., um pouco trémula, abriu o seu saco de mão, e dentre uma multidão de coisas insignificantes — o lenço de rendas, a borla de pó-de-arroz, as chaves, as luvas — tirou um pequeno revólver niquelado, que brandiu na mão fina com a destreza com que o faria M.elle de Maupin:

— Quando me sentir envelhecer, mato-me.

— Não creio.

— Porquê?

— Tôdas as mulheres bonitas dizem o mesmo aos trinta anos, e tôdas envelhecem depois o mais alegremente que podem.

— Para que serve viver sem beleza?

— Para admirar a beleza dos outros.

— Eu não gosto senão de mim. Você não me quer dizer, mas eu sei que se inventou um remédio para a velhice.

— Quem a convenceu de semelhante coisa?

— Leu meu marido ontem no *Times*.

— Que havia de ser da humanidade, se não tivesse ilusões!

— Mas é verdade ou não? Inventou-se ou não se inventou?

Perante a insistência de M.me S., não tive remédio senão dizer-lhe o que sabia sôbre o eterno sonho de Frei Bacon. Há quanto tempo a sciência se obstina em combater a velhice, — e há quanto tempo a velhice nos persegue, cada vez mais rápida, cada vez mais implacável! O alquimista Artéphius convencendo o mundo de que tinha mil anos; o bizantino Salomão Teismusin com a sua pedra filosofal; Raymond Lulle com a grande panacea; Roger Bacon com o elixir de oiro; Gabriel Castaigne com o oiro potável, e, ainda há pouco, Brown Sequard com a opoterápia, Metchnikoff com os fermentos lácticos, — são expressões mais ou menos sinceras, mais ou menos brilhantes dessa luta secular pela juventude. Agora, aparece a novidade dos enxertos do doutor Voronoff, inspirada na técnica de Carrel. Segundo o sábio russo, chefe do

laboratório do Colégio de França, um enxêrto, hábilmente feito, de determinada glândula do macaco, rejuvenesceria o género humano. O sacrifício dum simples chimpanzé teria o poder de restaurar um *vieux marcheur,* tão fácilmente como se restaura uma cómoda D. João V. Para perpetuar a beleza duma Cléo de Merode, seria necessário imolar uma macaca, cheia talvez de candura e de ilusões. Factos averiguados? Ah, não! Apenas conjecturas. O único facto experimental verificado é o da boa disposição de alguns idosos e respeitáveis bodes enxertados de glândulas de jovens carneiros espanhóis. Mas, ainda quando se provasse a virtude do corpo tiroidéo ou da glândula intersticial dos símios como agente rejuvenescedor da espécie humana, — onde arranjaríamos nós macacos em número suficiente para fazer a felicidade de todos os velhos que pretendem ser amados e de tôdas as velhas que querem ser bonitas?

M.me S., que me ouvia em silêncio, interrompeu-me, com os olhos brilhantes:

— Que me importam os outros! O que eu quero é que haja um macaco para mim.

— E imagina que êsse macaco a faria feliz?

— Tôdas nós, quando nos casamos, temos essa ilusão.

— Seu marido que lhe agradeça, minha amiga.

— Mas, sério, sério, você não julga provável que venha a curar-se a velhice?

— A do corpo, talvez.

— É a que me interessa.

— Mas a da alma, não. Você pode voltar a ter a beleza e a frescura dos vinte anos. O que lhe afirmo, minha amiga, é que nem todos os macacos do mundo dariam já à sua alma aquela candura e aquela inocência que fazem os vinte anos felizes...

— Quem sabe! O que eu quero é ser nova.

— De que lhe servirá a mocidade, sendo cada vez mais velho o seu coração?

— Deixá-lo. O coração, meu amigo...

— O coração?

— Ninguém o vê...

SUZON

Uma destas manhãs fui com o meu amigo dr. Lencastre a um ferro-velho do Bairro-Alto, para ver um Arraiolos do século XVIII, branco e azul, com desenhos persas, — maravilha que Beckford decerto não conheceu quando, nas suas cartas impertinentes, se permitiu dizer mal dos velhos tapetes alentejanos de sôbre-arca. No regresso, o nosso automóvel, quási em frente do Cunhal-das-Bolas, teve de parar. Saía um entêrro do Hospital de S. Luís, — uma carrêta coberta com a bandeira francesa, entre alas de marinheiros silenciosos.

— Que é? — perguntei eu ao *chauffeur*.

— Deve ser o funeral do marinheiro do *Jeanne d'Arc*, — disse o meu amigo, descobrindo-se.

Levei a mão ao chapéu. Esperámos uns minutos. O cortejo passou, lento, simples,

solene, na rua inundada de sol. Ouvia-se o ruído sêco dos passos, na calçada. As borlas vermelhas, nos bonés dos marinheiros, chamejavam como labaredas. Um oficial, com os olhos marejados de lágrimas, conduzia um ramo de flores. O povo aglomerado olhava, em silêncio.

— Ainda anteontem o tinha visto em conferência, — disse o dr. Lencastre. Uma fractura da base do crânio...

— Desastre?

— Suicídio. Dentro daquele caixão vai um grande drama, meu amigo!

Acabou de passar o préstito. No oiro fluido da atmosfera, a casaria scintilava. Enxugavam roupas ao ar, como bandeiras de côres. O meu amigo acendeu um cigarro, recostou-se nas almofadas do *Renault*, e contou-me a história do pobre marinheiro francês.

— Parece uma página de Maupassant. Creio, mesmo, que já li em Maupassant qualquer coisa de parecido. Você conhece, talvez, uma casa da rua da ***, cinzenta, de três andares, cujas persianas nunca se abrem. Nessa casa vivem umas raparigas francesas sob a vigilância da polícia. É um dos *mauvais lieux* mais freqüentados de Lisboa. É a Cythera dos estrangeiros que se divertem e dos marinheiros e oficiais das esquadras que veem

ao Tejo. Por fora, parece um túmulo. Mas quem passa na rua, altas horas da noite, ouve distintamente os risos, o estalar do *Champagne,* os gritos de socorro, todo o tumulto dum lugar que é, afinal, menos de prazer do que de sofrimento. Anteontem, à tarde, entraram nessa casa três marinheiros do *Jeanne d'Arc.* Dois dêles ficaram na sala, com as botas sôbre os sofás, fumando cachimbo. O terceiro, Jean Marie Michel, um bravo rapaz de Bordéos, olhos azúis e alegres, cruz de Guerra, o peito atlético, rosado, felpudo de pelos ruivos, abraçou-se à primeira rapariga que lhe sorriu, — a Suzon, uma loira, sardenta, triste, sempre a ler romances — e desapareceu com ela. Demoraram-se um quarto de hora. Quando voltaram, enlaçados, afogueados, felizes, beijando-se, — Jean Marie mandou vir cervejas para todos. Conversaram — a guerra, Salónica, os Dardanelos, a metralha — beberam, fumaram, cantaram a *Madelon,* palpitaram de entusiasmo patriótico (os franceses são sempre franceses, *même en faisant la noce!*) e, no meio da conversa, Jean Marie Michel, que não deixara ainda de ter Suzon enlaçada nos braços, quis abrir um coração de oiro que ela trazia ao pescoço. A rapariga opôs-se: — «*A bas les pattes, voyons!*» Êle insistiu. Lutaram, ofegantes, risonhos, — e a medalha abriu-se,

Tinha dentro uma mecha de cabelos e um retrato de mulher. O marinheiro olhou, tomou a medalha nas mãos, afirmou-se, empalideceu, perguntou: — «*Tu connais cette femme, toi?*» — «*C'est maman*», — respondeu Suzon, rindo e pregando os cabelos desmanchados. Jean Marie, como doido, palpou o bôlso das calças, não encontrou o revólver, cresceu para a janela, quebrou os vidros, atirou um murro às persianas, galgou o parapeito e precipitou-se na calçada. Tinha reconhecido a irmã. Os companheiros correram, encontraram-no numa pôça de sangue e levantaram-no moribundo. Aí tem você como morre um herói — estúpidamente! Fui chamado ainda ao Hospital de S. Luís para o operar: assisti-lhe aos últimos momentos. Dizia-me um oficial francês, chorando, ao pé do seu leito: — «Pobre Jean Michel! Ferido três vezes em combate, e as balas não o mataram...» É que, desta vez, tinha sido atingido em pleno coração.

— E Suzon? — perguntei eu.

— Sei lá! — concluíu o meu amigo, com indiferença, atirando o cigarro.

O automóvel parou à porta da *Garrett*. Apeámo-nos, para almoçar. O Chiado, em festa, esplendia. Um ribombo surdo de canhões atroou a cidade. Era o *Jeanne d'Arc* salvando à terra.

O HOMÉM DO COLETE AMARELO

Há dias, numa exposição de quadros a que fui com o meu amigo Sandomil, notei a insistência com que um homem de cara rapada, lunetas, fisionomia dura e vulgar, olhava uma senhora de preto, sòzinha, que se assentara, no largo banco de riço vermelho, diante duma tela de Columbano.

— Quem é aquele homem? — perguntei eu ao meu amigo, que tem o defeito de conhecer muita gente.

— Não sabes?

— Se soubesse, não te perguntava.

— Então tu não conheces o «homem do colete amarelo»?

Tive de confessar que não. Nem o homem, nem o colete. Permito-me às vezes o luxo moral de desconhecer as celebridades do meu país. Emquanto as atenções se fixavam nas obras de arte expostas, eu observei a curiosa

criatura que tinha na minha frente. Era um homem de cêrca de quarenta anos, feio, inexpressivo, macisso, que não conseguia esconder, sob umas aparências de forçada elegância, o que no seu tipo havia de crassamente plebeu. Na mão felpuda apertava um junco de Malaca e umas luvas que não seriam precisamente as de Brummell. O fraque, mal abotoado, deixava entrever as bandas dum colete amarelo, ou, melhor, côr de *Champagne,* em busto de abelha, lembrando, no corte e na côr, certos coletes que apareciam nos daguerreotipos coloridos de 1860.

— Mas que faz êste homem? De que vive êle?

— Creio que tem dinheiro.

— Em que emprega a sua actividade?

— Olha para êle, e já sabes.

— A namorar?

— Exactamente. Ali onde o vês, o «homem do colete amarelo» é o terror das mulheres.

— Com aquela cara?

— O verdadeiro conquistador profissional, meu amigo!

Uma luz quente e doirada enchia a sala. Na cimalha, alinhadas, as pinturas davam-nos a impressão monótona duma arte condenada a morrer. Emquanto eu pensava na decadên-

cia a que chegara *D. Juan*, o «homem do colete amarelo», como um sapo, fixava a pobre dòninha de preto em êxtase diante do púcaro e da fôlha de couve de Columbano.

— Um homem dêstes, pode lá ter sucesso junto das mulheres!

— Eu não sei se elas gostam dêle; o que sei é que se lhe entregam.

— Mas porquê?

O meu amigo sorriu, acariciou a fita negra do monóculo, e disse-me, com o seu ar fatigado de diplomata em férias:

— Tu já lêste êsse livro adorável de Jeanne Marni, *Comment elles se donnent?* Há um outro livro a escrever, tão interessante como êste: *Porquoi elles se donnent.* Na maneira de se entregarem, quási todas as mulheres se parecem; no motivo porque se entregam é que elas profundamente diferem umas das outras. A grande incógnita da psicologia feminina não está no *como;* está no *porquê.* Todos nós conhecemos os tipos vulgares: a mulher que se dá ao homem belo que a perturba pelos sentidos; a mulher que se vende ao homem rico que a deslumbra pela opulência; a mulher que se entrega ao homem superior que a encanta pelo espírito ou pelo talento. Umas abandonam-se movidas por um sentimento de gratidão; outras, por um sim-

ples capricho; outras, por um impulso de vaidade; muitas, por um despeito pueril; algumas, por um singular movimento de compaixão, como aquela ingénua Santa Nafissa, que se entregava aos homens porque tinha dó de os ver penar de amor por ela. Há as histéricas, que obedecem ao determinismo da sua doença; há as sensuais, que sucumbem ao ardor do seu temperamento. Tudo isto está dito, redito e explorado em romances. Todos estes «cruéis enigmas» teem tido o seu Bourget. Mas há um só que eu não vi estudado ainda, e que tenho encontrado muitas vezes na minha vida de *noceur:* é o das mulheres frágeis de vontade, que não teem fôrça para resistir às solicitações do homem que as persegue, e que acabam por entregar-se para que as não macem mais. Estas mulheres, às vezes fundamentalmente virtuosas, são, em geral, as grandes vítimas do conquistador de ofício. Sofrem duma perigosa doença: não sabem dizer que não por muito tempo. Para um homem as conquistar não é preciso ser belo, nem elegante, nem espirituoso, nem rico: basta ser persistente, metódico, tenaz. São estas qualidades, apenas estas, que teem feito a fortuna do «homem do colete amarelo». Êle é o pretendente que não desiste, que não desanima, que insiste sempre, que sorri sempre, que aparece em

tôda a parte, que vence todos os obstáculos, que espera o tempo que fôr preciso, — que incomoda, que importuna, que persegue, que implora, e que, repelido a princípio, tolerado depois, admitido por fim, acaba por vencer pelo processo paciente da gota de água. Aquele homem, ali onde o vês, é a encarnação do mais terrível sistema de corromper mulheres. O que vale é que êstes exemplares de tenacidade são raros; e ainda bem, porque poucas filhas de Eva podem resistir-lhes. O maior perigo das mulheres, o maior inimigo dos maridos, está ali, na nossa frente: é o «homem do colete amarelo», é a carraça da virtude, é a gota de água, — é o maçador!

Quando saímos da exposição, o meu amigo Sandomil, que detesta o sol como Meyerbeer, abriu a sombrinha, travou-me do braço e perguntou:

— Então, que te parece?

— Parece-me que já não entendo nada de mulheres, meu amigo!

ARTE DE AMAR

«Meu querido sobrinho: — Tens vinte anos e casas-te àmanhã. Aí vai o presente de noivado que te manda o teu velho tio Marquês. É uma caixa do século XVIII, que serviu de guarda-jóias, armada em oiro, pintada de pequeninas rosas a verniz Martin no género Van Spaendonck, e com uma miniatura na tampa — atribuída a M.me Trové, que esteve em Portugal aí por 1790 — representando a coroação de Hymeneu pelo Amor. Parece-me uma bonita peça de Museu para a vitrine da tua sala Luís XVI. Mas, meu querido sobrinho, o que especialmente recomenda o pequeno cofre que te envio, não é o seu valor como peça de arte; é a sua significação como jóia de família. Aí onde o vês, êle tem uma história, — como tudo no mundo. Foi a olhar essa delicada miniatura, à sombra dos loureiros da tapada de Vila-Viçosa, que minha

bisavó paterna — tua quarta avó, por conseguinte — aproximou a sua linda cabeça empoada da cabeça de meu bisavô, seu primo, e a aproximou tanto (tinham ambos dezoito anos!) que, sem saber que se amavam, se beijaram, e por se terem beijado vieram a casar-se, numa bela manhã de Maio, com as bênçãos do Papa — e as da primavera. Se essa caixa não existisse, é provável que nem eu nem tu tivéssemos nascido. Recebe, pois, essa jóia venerável, — e oferece-a, da minha parte, a tua mulher, minha senhora sobrinha. O presente que te mando pròpriamente a ti é outro, menos valioso decerto, mas talvez mais útil. São alguns conselhos que a minha experiência ditou (não há como os solteirões para conhecerem bem as mulheres!) e que tu deves ler e meditar antes e depois do teu casamento. Não são pensamentos profundos sôbre o amor; são simples recomendações, escritas com pouca arte, mas com algum conhecimento da vida. Lembras-te da frase de Vauvenargues? «*On dit peu de choses solides lorsqu'on cherche à en dire d'extraordinaires.*» Se os seguires e te deres bem, deixa-os em testamento ao teu filho. E se só tiveres filhas, pede-lhes que rezem um padre-nosso por alma dêste velho solteirão impenitente, que nunca fêz chorar uma mulher, e

que as adorou tanto a tôdas — que não teve coragem para se casar com uma só.

Aí vão os meus conselhos:

*

Educa a tua mulher, como se ela fôsse o teu primeiro filho, no respeito pelas coisas sagradas da vida. Faze do amor um sacramento; e não diminuas a grandeza dêsse sacramento com palavras ou actos grosseiros. A tua felicidade depende da dignidade de que souberes revestir o teu lar.

*

Tens de te conduzir de maneira que a tua mulher nunca deixe de te admirar e de te respeitar. Não há felicidade no casamento, quando a mulher não reconhece a superioridade do marido.

*

Se alguma vez te sentires exaltado, domina-te. No dia em que levantares a voz para tua mulher, — começará a diminuir a tua autoridade.

*

É preciso entreter-lhe a imaginação: mas

entretê-la contigo, com pensamentos que lhe venham de ti, com delicadas emoções que tu lhe proporciones. Deves cultivar a alma de tua mulher com o cuidado com que cultivarias uma roseira: de contrário, não podes estranhar que ela te não dê rosas.

*

Evita com todo o cuidado que ela leia livros que lhe perturbem os sentidos. Um livro máu e uma amiga íntima são os piores inimigos de uma mulher.

*

Não prives tua mulher dos seus hábitos de sociedade, se ela desejar mantê-los; mas tem o cuidado de reduzir ao mínimo indispensável as tuas relações de carácter íntimo. Há um único homem que deve ser recebido em tua casa com intimidade: és tu. Evita as visitas; dá, de preferência, recepções. Muitas pessoas juntas são em geral menos prejudiciais do que uma só de cada vez.

*

Reveste sempre de idealidade e de mistério

os teus contactos mais íntimos com tua mulher: podem conhecer-se todos os arrebatamentos do amor, — sem se cair nas familiaridades excessivas e grosseiras que conduzem, fatalmente, à desilusão e ao fastio.

*

Vai sempre para os braços dela com a mesma delicadeza, com a mesma correcção, com o mesmo culto de ti próprio, com que irias para uma primeira entrevista de amor. Procura ser tão gentil, tão atraente e tão sedutor na intimidade de tua mulher, como se, de cada vez que te aproximas dela, tivesses de novo de a conquistar.

*

Um pequeno conselho, de que os teus vinte anos se riem, mas que os teus quarenta me agradecerão: vive em aposentos separados dos de tua mulher; e quando te aproximares do seu quarto de vestir (quantos maridos inábeis se esquecem disto!) não entres sem bater à porta.

*

Quando te sentires saciado dela, quando te

parecer que ela interessa menos a tua imaginação e os seus sentidos, afasta-te, viaja algum tempo sósinho: voltarás curado dessa saciedade, — que não é senão uma doença passageira do amor.

*

Faze sempre a tua vontade; mas não digas imediatamente que não a nenhum desejo que tua mulher te manifeste, ainda que êsse desejo seja absurdo. Nada mais fácil do que convencê-la, — desde que ela não perceba que a contrariam. A arte de negar é, como a de conceder, uma das mais delicadas do amor. Quantas desventuras conjugais começam por um não, *inábil ou precipitadamente dito!*

*

Nunca proïbas tua mulher de fazer seja o que fôr, — porque o mesmo é que criar no seu espírito o irreprimível desejo de desobedecer-te. A habilidade está em sugerir-lhe de tal maneira o que tu queres que ela faça ou não faça, que ela cumpra a tua vontade julgando que procede livremente.

*

Nunca deixes de vestir a tua casaca para

jantar: o culto da vida é feito de pequenas delicadezas exteriores; e a correcção das nossas maneiras influe, mais do que pode supôr-se, na correcção dos nossos sentimentos.

*

Não ponhas tua mulher no costume incómodo de lhe dizer o que fizeste fora de casa durante o teu dia. Evitas assim o trabalho de lhe mentir quando não puderes dizer-lho.

*

Não lhe faças demasiadas perguntas: não criarás nela o hábito de faltar à verdade. Mas quando lhe perguntares qualquer coisa, repara bem: forma-se sempre uma pequenina ruga na testa das mulheres que mentem.

*

Pede sempre conselho a tua mulher em todos os negócios graves da tua vida, — ainda que o não sigas. As mulheres teem mais bom senso e uma sensibilidade mais fina do que nós; e é preciso que a mulher com quem vivemos nunca se sinta uma estranha na nossa existência.

*

Nunca lhe dês a entender, nem ligeiramente, que suspeitas da sua fidelidade ou da sua correcção. Faze-lhe crer, antes, que tens nela uma confiança ilimitada. São muitas vezes os maridos que acordam na alma das mulheres idéas ou desejos que elas nunca teriam, se lhos não despertassem. A confiança que ela sentir que te merece será, em todos os momentos, a tua melhor garantia.

*

Se alguma vez tua mulher se pintar de mais ou se vestir de menos, não lhe digas que achas a sua pintura demasiada ou a sua toilette *inconveniente: convence-a apenas de que lhe não ficam bem, — e ela nunca mais as porá.*

*

Em resumo: sê generoso e tolerante para os defeitos de tua mulher (porque é humanamente impossível que ela não possua alguns) e não tenhas a pretenção de lhos corrigir de um momento para o outro. Mesmo porque as mulheres são às vezes mais interessantes pelos seus defeitos do que pelas suas qualida-

des. Devemos tratá-las como se fôssem bonecas de Saxe: lembrando-nos sempre de que são frágeis — e de que se podem quebrar.

*

Como tu vês, meu querido sobrinho, são despretenciosas e simples as recomendações que te faço. Aprendi-as à custa da minha própria experiência, sentindo palpitar nas minhas mãos alguns pequenos corações de mulher. Afinal, ser feliz no amor não é tão difícil como muita gente imagina; mas tem, como tôdas as artes delicadas, os seus preceitos. Os que me lembram — aí vão. Se os seguires, podes ter a certeza de que o teu velho tio Marquês te mandou de presente a felicidade. Resta-me fazer votos, meu rapaz, para que tu e tua noiva, minha senhora, olhando a velha miniatura de M.me Trové, se beijem tão apaixonadamente como os seus quartos avós se beijaram há cento e tantos anos. Porque, se é verdade que as almas dos mortos vivem, não deve ser desagradável aos dois pobres velhos sentir, no silêncio do seu túmulo, que mais uma vez, numa perfumada noite de primavera, refloriu o seu primeiro beijo de amor. Abraça-te o teu tio, — *D. João.*»

PALMIRA

Hoje de manhã, quando encomendava no *Palais des Fleurs* um ramo de rosas para M.me *X*, tive o prazer de ver entrar, enorme, risonho, afável, vestido do seu uniforme cinzento de campanha, o meu velho colega dr. Aires. Um *Hudson* do Quartel-General esperava-o à porta. Apertámo-nos as mãos.

— Tão cedo por aqui?

— Venho de Queluz. Uma manhã gloriosa, caramba!

No estrado fronteiro à montra, sôbre uma alcatifa vermelha, dez, dôze faianças holandesas, brancas e azúis, trasbordavam de flores. Uma das floristas, tímida, elegante, um narizito arrebitado e sardento surgindo duma grande cabeleira ruiva, aproximou-se. Lá fora, os níqueis do automóvel faíscavam ao sol.

— Arranje-me um ramo de rosas brancas!

— ordenou o dr. Aires, em voz de comando, atirando para cima do balcão as suas grandes luvas de camurça.

A rapariga, cujos peitos redondos e firmes lembravam a frase célebre de Gavarni — «*On voit que cet être est fait pour être pris avec les mains!*» — levantou do chão um *potiche* de rosas, colheu umas avencas, sorriu e desapareceu, em silêncio, no interior da loja. Ficámos conversando.

— Aposto que você não adivinha para quem são estas flores!

— Para uma mulher.

— Para uma mulher que eu nunca vi.

— Mas que você procura ver.

— Impossível, meu amigo.

— As mulheres mais belas são as que nós não conhecemos ainda.

— Esta, não a conhecerei nunca.

— Porquê?

— Porque morreu.

Olhei para o meu colega com certa estranheza. Confesso que o dr. Aires nunca me tinha parecido um sentimental; mas eu não sei que influência a guerra exerce sôbre a sensibilidade de determinados homens, que muitas naturezas rudes e grosseiras, depois de dois anos de *front*, voltaram capazes de tôdas as delicadezas morais.

— É, então, o noivado do sepulcro? — perguntei eu, emquanto o focinhito ruivo da florista nos espreitava.

— Ah, meu amigo! Eu gosto sempre de contar esta aventura, porque é pouco tudo quanto se diga em louvor da mulher portuguesa. Quem por lá andou é que sabe, — e eu tenho três anos de trincheiras. As inglêsas, com o seu arsinho frio de Santas Nitouches, fizeram o que puderam, e há quem diga que foram as piores de tôdas. As italianas, — nem falar nisso é bom. E as francesas, tôda a gente sabe quantos oficiais e soldados permissionários as foram encontrar nos braços dos amantes. Só a nossa mulher se manteve fiel no amor. Não se conhece — pelo menos, nem eu nem os meus camaradas conhecemos — mulher nenhuma que atraiçoasse o marido emquanto êle se batia na Flandres ou na África. As portuguesas — creia você — foram as Penélopes da Grande Guerra. Porque são as mulheres mais virtuosas do mundo? Não discuto agora isso. Hão de ser fracas e pecadoras como tôdas; basta que sejam mulheres. Mas foram com certeza aquelas que com maior dignidade compreenderam os deveres sagrados da sua situação. E não só as espôsas; até essas pobres raparigas, ligações de natureza mais ligeira, s-

conservaram fiéis. Quando eu fazia serviço em Brest, num hospital inglês de evacuação — já depois da guerra — morreu-me nos braços um tenente português prisioneiro, que viera, já no último período da tuberculose, do campo de concentração de Fuchsberg. A sua grande preocupação, mais do que a pátria, mais do que a família, era uma rapariguita que tinha deixado em Lisboa, a *Palmirinha,* — «uma dessas tricanas de Aveiro, de pele doirada e olhos tristes», dizia-me êle — a quem não mandava a mesada desde que ficara prisioneiro em La Couture. Que teria ela feito? Se teria voltado à desgraça em que êle a encontrara? Se seria viva? Se morta? Quando o padre veio ministrar os sacramentos ao pobre tenente *S.*, a irmã de caridade trouxe para a cabeceira do moribundo um ramo de rosas brancas. Êle, passando as mãos, que escaldavam de febre, pela polpa fresca das flores, murmurou ao meu ouvido: — «Como eu gostava de poder mandar à Palmira umas rosas como estas!» E depois, minutos antes de expirar: — «Capitão, quando voltar a Portugal, peço-lhe que a procure e lhe diga que morri pensando nela...» Decorridos dois meses, o coronel Simons passou-me guia para o comando português, e eu vim matar saudades da família, que não via

há três anos. Mas imagina você que me esqueci dêsse drama obscuro do hospital de Brest? Não, meu amigo. A guerra fêz de nós umas crianças grandes, sensíveis até às lagrimas. Assim que cheguei a Lisboa, um dos meus primeiros cuidados foi procurar a pequena. Na casa de pensão que o tenente *S.* me indicara, disseram-me que ela tinha saído de lá, havia oito meses, para casa duma tia na rua dos Mouros. Consegui saber vagamente, por um môço da esquina, que uma rapariga chamada Palmira, no número 15, tinha sido levada em braços ao pôsto da Misericórdia. Corri todos os andares do prédio. Na água-furtada, uma mulher de saiote encarnado, que lavava roupa numa cozinha infecta, abriu muito os olhos para mim quando me ouviu perguntar pela rapariga: — «Ah! o senhor é que era o homem dela? Pois olhe, quando lhe disseram que o senhor tinha morrido em França, ela enforcou-se naquela trave que ali está...» Um arrepio de terror percorreu-me a espinha. Se conhecesse a pequena, talvez aquelas palavras não me tivessem produzido uma impressão tão profunda. Meti-me num automóvel, informei-me na Misericórdia e no Hospital, mandei seguir para o cemitério: Alto de S. João, coval 7003, sete palmos de terra húmida onde dor-

mia na morte um pequenino coração fiel. Eu não rezo, meu amigo, — mas ajoelhei junto daquela cova e murmurei não sei que palavras de agradecimento. E agora — veja você como somos românticos, nós, os homens da Grande Guerra! — todos os meses, no dia em que ela se matou, vou levar-lhe ao cemitério o ramo de rosas brancas que êle lhe não pôde mandar... Que quer, meu amigo? Ela morreu, eu nem sequer a conheci, — e às vezes tenho a vaga impressão de que estou apaixonado por ela!

Junto de nós, a florista sorria estendendo-nos uma *gerbe* fresca e macia de rosas. O dr. Aires calçou nervosamente as luvas, tomou o ramo, pagou, e, recobrando o seu ar jovial, voltou-se para a rapariga:

— E a menina, não gosta de ninguém?

— Eu não, senhor.

— Como se chama?

— Palmira.

Olhámo-nos os três, em silêncio. Como se fugisse dum perigo súbito, o dr. Aires, visívelmente perturbado, correu para o automóvel e desapareceu na névoa doirada da manhã.

A ELEGIA DO CAVALO

Um titular meu amigo, que podia ser meu avô e que ainda hoje arrasta por Lisboa a sua elegante decrepitude, costumava dizer noutro tempo, acariciando o castão de prata do *stick:*

— Que havia de ser das corridas de cavalos, se não existissem as mulheres bonitas!

Ontem, nas corridas do hipódromo de Sete-Rios, onde foi tôda a Lisboa que se diverte, verifiquei mais uma vez que o meu velho amigo tinha razão. Debaixo dum maravilhoso sol de primavera, percorrendo com o binóculo a assistência das tribunas e vendo correr casacas vermelhas de *jockey* e patas finas de *trorough-bred* numa pista mais cheia de obstáculos do que a carreira dum político de profissão, eu não pude deixar de constatar êstes dois aspectos, qual dêles mais alarmante: a beleza perturbadora das mulhe-

res, e (pobres dêles!) a pavorosa decadência dos cavalos.

Não quer isto dizer — ah, não! — que nas provas do concurso hípico não tivessem aparecido belos exemplares de éguas inglêsas, de anglo-árabes ligeiros, de finos andaluzes que ganharam a *copa del Rey* em Espanha, de espertos cavalinhos portugueses das coudelarias de Alter, saltadores como pelas e nervosos como lâminas de aço. Lá os vi, e lá os admirei, senão com entusiasmo, pelo menos com as deferências devidas à perfeição da raça, — igualmente respeitável nos *fox-terrier,* nos jogadores de *box* e nos cavalos de corridas. O que me penalizou não foi, pròpriamente, a decadência do cavalo — como animal; foi, sobretudo, a decadência do cavalo — como instituïção. Ah, meus amigos, como os pobres bichos se sentiriam diminuídos no seu orgulho (também são orgulhosos, à sua maneira, os cavalos!) se pudessem, um momento só, ter a consciência do que foi, através das idades, a sua esplêndida história de animais heráldicos, tão nobres, e — o que é mais — tão nobilitantes, que eram êles que conferiam o título de nobreza ao homem! Como a civilização os desqualificou, tornando-os, de heróis flamejantes dos torneios e das batalhas, — naqueles pobres corredores

e saltadores de hipódromo, peças de jôgo de azar inventadas pelo *Jockey-Club* e pela elegância romântica, produtos degenerados de consanguinidades sistemáticas com que se procurou, pela hereditariedade e pelo *training*, desenvolver a agilidade diminuindo a beleza, a resistência e a fôrça!

Estou daqui a ouvir os homens especializados, os casacas-vermelhas do hipismo — que os há, de extrema distinção, em Lisboa — a considerar-me um sonhador retrógrado e um inimigo da civilização. Mas — Deus do céu! — não há injustiça maior. Eu tenho tôda a consideração pelas corridas de cavalos; eu sou capaz de cantar todos os hinos possíveis ao progresso e às sociedades hípicas; eu sei perfeitamente que já não vivemos na Idade-Média e que os cavaleiros idealistas morreram com D. Quixote. Mas, pelo facto de achar muito útil, por exemplo, um automóvel, não posso deixar de reconhecer que os velhos côches da Casa Real eram mais belos; e a admiração, embora relativa, que me merecem as antipáticas éguas inglêsas, não me cega até ao ponto de não lhes preferir, como expressões de fôrça e de beleza, já não digo os cavalos do friso do Parthenon, mas, ao menos, aqueles que Velasquez pintou nas suas admiráveis *Lanças*. Prezo-me de ter,

como tôda a gente, o sentimento das realidades e das utilidades; mas confesso que, diante da decadência de tôdas as aristocracias — a do cavalo, como a do homem — eu não posso deixar de comparar o presente com o passado. Ah, meus senhores! Como estamos longe do tempo em que o cavalo, símbolo do orgulho e da nobreza feudal, constituindo, na sua íntima aliança com o cavaleiro, uma espécie de hipocentauro armado, galeado e recoberto de ferro, era o árbitro das batalhas, o instrumento do poder e da conquista, e combatia êle próprio, com inteligência e com bravura, arremessando as patas, resfolegando as narinas, mordendo, atirando de encontro ao inimigo o agudo unicórnio da sua testeira ou a pesada massa de ferro do seu petral! Que diferença entre o cavalinho-arlequim das corridas de agora, fino, elástico, nervoso, degenerado, — e o corcel antigo dos torneios, dos *champs-de drap-d'or*, sólido, enorme, magnífico, emplumado de paquifes, paladino da honra, drapejando solenemente a sua gualdrapa heráldica onde os esmaltes e os metais da armaria atestavam, como na dalmática dum arauto, a nobreza esplêndida do seu senhor! Poderosa máquina de guerra, animal de ostentação e de parada, verdadeiro rei-de-armas da nobreza senhorial, êle

foi ainda, no século XVII e XVIII — a dois dias de nós — sob a polaina branca e sob a casaca de sêda dos Marialvas, a elegância das cavalhadas reais, a destreza colorida e galante das canas e do jôgo-da-rosa, o orgulho viril das touradas fidalgas de Salvaterra, e até — tran-formado de cavalo de sela em cavalo de tiro — macisso frisão holandês, musculoso urco normando, o complemento ornamental dos côches doirados de D. João V e de Ana de Austria, a glória empenachada e sumptuosa dos préstitos, dos cortejos, das procissões, das embaixadas. Se êle conhecesse a nobreza da sua estirpe, o passado da sua raça, — com que melancolia profunda o pobre cavalinho de corridas, civilizado, desnacionalizado, impressionável, neurasténico, alimentado a açúcar, baptizado de nomes inglêses, teria saltado ontem os obstáculos artificiais do hipódromo de Sete-Rios! Cingido à marca, ao estigma da sua própria decadência — o *jockey* — como êle choraria, se o conhecesse, êsse passado distante, essas *neiges d'antan,* êsse confuso tropel de batalhas, essa vertigem resplandecente de cavalgadas e de torneios, essa maravilhosa ascensão de glória, refulgindo, através dos séculos e das civilizações, numa interminável revoada de lanças, de flâmulas, de pálios, de

cruzes, de pendões, de paquifes, de estandartes!

Mas, emfim, o tempo passa. O cavalo, que teve a sua epopeia, tem hoje, nos concursos hípicos, a sua elegia. E se é certo que o progresso nem sempre conduz à felicidade — tanto nos cavalos como nos homens — seria injusto não reconhecer que êle simplifica a vida. O espírito heróico desapareceu; ficou o espírito prático. E se nos fôsse lícito interrogar alguns cavalos de hoje, mais possuídos do sentimento da utilidade e da comodidade, muitos dêles nos diriam — se pudessem — que ainda preferem Longchamps a Waterloo.

O CHAILE VERDE

«Meu pobre amigo: — Venho dizer-te adeus. Um adeus cheio de ternura, de arrependimento e de saüdade. Quando receberes esta carta, estarei eu a bordo do *Massília*, a caminho da América. Perdoa-me ter-te mentido. Os preparativos de viagem que eu fazia não eram — meu pobre amor! — para te acompanhar a Paris e a Londres, como tu tanto desejavas. Eram para te fugir. Porque não te amo? Ah, não! Amei-te e amo-te ainda, nesta hora dolorosa em que te escrevo, não apenas com um afecto calmo, mas com veemência e com exaltação. Foste tu o homem a quem eu consagrei, na vida, um sentimento mais consciente e mais profundo. Foste tu o homem que em tôda a minha existência, tão tempestuosa e tão pouco feliz, eu conheci mais digno de ser amado. E é precisamente por isso, porque te amo e te respeito, porque

sinto por ti o que nunca senti por ninguém, — que eu não me considero digna de continuar ao teu lado, a receber as tuas carícias, a interessar o teu coração. Fujo-te, porque te não mereço. Desapareço da tua vida, porque a minha consciência me diz que esta miséria e esta lama que eu sou não teem o direito de ocupar um lugar no coração de nenhum homem de bem. Hesitei, sem saber se devia fugir, se matar-me. Mas todos os miseráveis como eu são fracos e covardes; e eu parto, porque não tive a coragem de morrer. Mas ainda assim — meu grande amor, minha alma! — que coragem me foi precisa para separar-me de ti, para deixar tudo, para renunciar a um afecto que era o meu orgulho e a felicidade de tôda a minha vida! Se o meu sacrifício pudesse ao menos merecer a tua piedade! Se êle conseguisse resgatar aos teus olhos um pouco da minha culpa e da minha vergonha! Se tu sentisses como é horrível esta expiação, — e que duro castigo eu me impus por um delito de que o meu corpo é culpado, mas de que a minha alma está inocente! Sim, meu amor, é preciso que eu te diga tudo. Vou enxugar as minhas lágrimas e pedir a Deus um pouco de serenidade para poder levar esta carta até ao fim. Tu, tão confiante, tão delicado, tão digno, já adivi-

nhaste talvez os horrores que eu quero confessar-te. Perdão, perdão! De joelhos t'o peço! Eu enganei-te, minha vida. Eu atraiçoei-te torpemente, amor da minha alma. Eu menti-te, menti-te como a mais infame das mulheres! E porquê, — se eu te amava tanto! Ainda hoje o pergunto a mim mesma, e não sei responder, e não compreendo nada, e tenho a impressão de que despertei de um pesadelo medonho. Dir-se ia que obedeci inconscientemente a um destino e a uma fatalidade. Só de recordar-me, tôda eu estremeço, num arrepio, cheia de repugnância de mim própria. Ah, sim, é preciso que eu te conte, é preciso que eu reviva essa hora de agonia, é preciso que eu sofra ainda mais, é preciso — sim, meu desgraçado amigo! — que eu esgote até ao último fel o meu cális de amargura. Não para que tu me desculpes; quem, como eu, renuncia a tudo e abandona tudo, já não pode ter nenhum baixo interêsse em justificar-se; mas para que tu saibas tôda a verdade e me julgues como eu mereço. Ah, quanto eu seria feliz se tu pudesses ainda recordar-te de mim sem desprêzo e sem rancor, — apenas com a piedade que merecem as grandes desgraçadas! Há um mês — lembras-te? — tu quiseste ir passar comigo o Carnaval ao Estoril. Eu, que gosto sempre

tanto de te acompanhar, acedi, contrariada. Talvez porque o baile da Legação de *** te obrigava a ficar uma noite em Lisboa; ou quem sabe se por algum dêsses vagos pressentimentos tão vulgares nas pessoas que o destino marcou para sofrer. Exactamente na noite em que tu ficaste fora, os hóspedes do Hotel, quási todos estrangeiros — e, sobretudo, Mrs. Baldwin, essa senhora inglêsa que nós conhecemos em Vichy — lembraram-se de organizar um pequeno baile *costumé*. Eu tinha-te longe, estava aborrecida, enervada. Mandei a Annette a Lisboa buscar o meu chaile verde de Tonkin — de tão queridas recordações para nós, meu pobre amor! — pus uns cravos vermelhos na cabeça, e, às dez horas, desci ao salão. Tu sabes a facilidade com que hoje se faz a côrte a uma mulher nas minhas condições, uma divorciada que teve amantes, que é amante de um homem da moda, e que conserva ainda uns restos de frescura e de beleza. Um espanhol, que estava no Hotel, não cessou de perseguir-me tôda a noite. Deves lembrar-te dêle. Aquele homem alto, trigueiro, antipático, de mãos enormes e cabelo rapado à escovinha, que ficava na mesa do canto, ao pé da nossa, e que levava todo o jantar a gritar com os criados. Quando m'o apre-

sentaram, olhou-me com uma expressão de bestialidade, que me fêz pavor; sentou-se ao pé de mim; disse-me que eu lhe lembrava um quadro de Sorolla; pediu-me que dansasse com êle; durante um *jazz band*, apertou-me brutalmente os braços e o peito; e quando me conduziu ao meu lugar, congestionado, com os olhos turvos, rouquejou-me aos ouvidos coisas obscenas. Daí por diante, não me largou mais. Quis gritar, esbofeteá-lo, — mas tive mêdo dêle. As suas grandes mãos felpudas, tôda a acre animalidade que se exalava daquela criatura hedionda, aterravam-me, como se estivesse junto duma fera. Apossou-se de mim uma impressão nervosa que não sei descrever. Creio que empalideci mortalmente. Quando Mrs. Baldwin veio perguntar-me o que eu tinha, pretextei um incómodo súbito e pedi-lhe que me acompanhasse. Êsse homem veio comnosco até ao *hall*, e à despedida disse-me baixo, no tom imperioso de quem dá uma ordem: — «Deixo a porta do quarto aberta. Vá ter comigo». Subi a escada, a correr. Tremia tôda. Entrei no meu quarto. Fechei-me por dentro. Experimentei as campainhas, para o caso de ter de chamar alguém. Foi tal o meu terror, que arrastei um *Maple* e uma pequena mesa para barricar a porta. Sentei-me na cama. As fon-

tes latejavam-me. Um suor frio inundava-me a testa. Pensei em ti, meu querido António, na facilidade com que me tinhas abandonado sòzinha naquele quarto de Hotel, e passou-me pela cabeça a idea de telefonar-te, de pedir-te que deixasses o baile da Legação, que te metesses num automóvel, que viesses depressa para mim. De repente, uns passos lentos e pesados soaram no corredor. Era êsse homem odioso. Abriu-se uma porta. Julguei que êle entrara no quarto contíguo; percebi depois, apurando o ouvido, que havia um quarto de permeio entre o dêle e o nosso. Não te sei descrever, meu bom, meu santo amigo, o que se passou então no mais íntimo, no mais profundo do meu ser, não na minha alma — ah, não! — mas no meu sangue, nos meus nervos, na lama do meu corpo, na abjecção dos meus instintos. Eu sentia que o meu ódio, que a minha repugnância por êsse homem eram cada vez maiores; mas ao passo que o meu pudor, a minha sensibilidade, a minha delicadeza o repeliam, — havia dentro de mim, no mistério da minha carne e dos meus sentidos, alguma coisa que o desejava, que o reclamava, que me impelia para êle. Perdoa, perdoa, meu amor, a dôr que te causo — eu que te amo, que não deixei um só momento de te amar de tôda

a minha alma! — mas é preciso que eu te diga tudo, para que tu sintas, para que tu vejas que monstruosa eu sou, que miseráveis nós somos todas, de que lodo, de que argila frágil é feita a virtude duma mulher. Parecia que um fluido, uma fôrça de atracção inexplicável estava actuando sôbre mim. Um arrepio percorria-me o corpo todo. Ao mesmo tempo, lufadas quentes de sangue escaldavam-me. Aproximei-me do espelho, maquinalmente, para compor os cabelos: a febre do meu olhar assustou-me; tive mêdo da minha palidez, que a mancha do chaile verde tornava maior ainda; a minha expressão era tão diferente, tão desconhecida para mim própria, que julguei por instantes estar vendo a imagem doutra mulher. Imóvel, com a respiração suspensa, escutei, atenta ao menor ruído. Se êsse homem, realmente, estaria esperando por mim? Se a porta do seu quarto estaria aberta? Um desejo invencível de ver, de saber, uma curiosidade doentia, aflitiva, quási angustiosa, impeliam-me — como uma fatalidade. De manso, desviei os móveis que barricavam a porta. Dei a volta à chave. Sem respirar, quási sufocada, com o coração a saltar-me do peito, — abri. Já tinham apagado as luzes do corredor. O soalho rangeu sob os meus pés. No silêncio e na escuridão,

tacteei, avancei, atraída por uma fôrça estranha. A primeira porta estava fechada. Dei mais um passo. Tôda eu tremia; percorria-me a espinha um frio horrível; batiam-me os dentes. Mais um passo ainda. Quando ia a tactear a ombreira da outra porta, senti-me agarrada; um hálito ardente abrazou-me; uns braços possantes, viscosos, enormes, arrastaram-me, enroscaram-se no meu corpo, estrangularam-me, quebraram-me pelos rins, — e numa impressão voluptuosa de esvaïmento e de dôr, desfaleci... Ah, tem piedade! Não me culpes, não me condenes, porque não fui eu que caí nos braços dessa criatura repelente, não podia ter sido eu — a tua Maria Manoela, tão amante, tão delicada, tão digna! — foi outra mulher que eu desconhecia em mim, que surgiu da profundidade do meu ser, e que é capaz de tôdas as misérias e de tôdas as ignomínias! Não fui eu que te enganei, não fui eu que te atraiçoei, — foi essa desconhecida, foi essa intrusa, foi êsse desdobramento ignóbil de mim mesma, feito de tudo quanto há de mais baixo nos instintos humanos. Eu não devia dizer-t'o, é talvez uma crueldade inútil, — mas já despontava a manhã quando saí do quarto dêsse homem. O chaile de Tonkin em que me envolvera, que me cingiu sempre nessas horas horríveis, pendia-

-me dos ombros maculado, esfarrapado, amachucado, — como um trapo. Êle aí fica, sôbre a poltrona do meu quarto-de-vestir, êsse pobre chaile verde que é neste momento a imagem viva do meu corpo e da minha alma. Olho-o, e vejo-me tôda, como num espelho. Que sou eu senão um farrapo imundo que tu encontraste na vida, e que afastas com o pé, porque te nauseia? É por isso que eu fujo. Antes deixar-te, antes renunciar a tudo, do que sofrer um dia a dôr de ser repelida por ti. Aqui tens a explicação da minha tristeza, da minha suposta neurastenia, das lágrimas que tu me vias chorar, dos pretextos que eu procurava para furtar-me aos teus beijos e às tuas carícias. Eu estava inteiramente perdida para ti, meu amor. Eu não podia mais ser tua. Nunca mais! Muitas mulheres, menos delicadas de sentimento do que eu sou — e quantas não teem um chaile verde na sua vida! — continuariam ao lado do homem que atraiçoaram, na impunidade duma falta que não se saberia nunca, a mentir-lhe a tôdas as horas, a roubar a todos os instantes uma felicidade que já não lhes pertencia. Eu prefiro, meu pobre António, a dignidade do sofrimento e da expiação. Fujo porque te amo, e porque não sou já digna do teu afecto. Adeus. Adeus para sempre, meu amor, mi-

nha alma, meu orgulho, minha vida! Beijo, a chorar, o teu retrato; encho de lágrimas as rosas que tu me mandaste e que me acompanham para o meu destêrro. Nada há, nesta hora, mais sagrado para mim do que a tua felicidade: por ela te suplico que me esqueças. Antes o esquecimento, mil vezes, do que o horror de ser lembrada por ti com desprêzo e com ódio. Esquece-me, esquece-me pelo amor de Deus, meu amor! Não posso mais. Sê feliz! Tua perdida, tua desventurada — *Maria Manoela*».

OS MEDALHÕES

Quando eu ontem passava à porta da *Havanesa,* o conselheiro Ximenes — conhecido em Lisboa pelo «marido de M.me Ximenes» — convidou-me para ir com êle ver o palácio do Conde de ***, o velho titular e homem do mundo que, depois duma existência de galanteria e de aventuras, morrera em viagem, a caminho de Paris, havia pouco mais de seis meses.

— Consta-me que há lá faianças maravilhosas! — disse o meu amigo, enfiando-me o braço.

— Mas pode-se entrar? — perguntei eu.

— Principia o leilão depois de àmanhã. Venha daí.

Fui. Não, evidentemente, para admirar a colecção de Mings, da família das cinco côres, em que o conselheiro Ximenes não se

cansou de falar-me pelo caminho, — mas para conhecer a casa onde vivera e amara êsse sibarita elegante, um dos homens mais finos e mais espirituosos do seu tempo, verdadeiro aristocrata de nascimento e de maneiras, que tão discretamente tinha sabido envolver numa atmosfera de arte, de opulência e de distinção a terrível crónica amorosa da sua vida. Nunca nos tratáramos de perto; a diferença das idades e as longas permanências do Conde de *** no estrangeiro tinham-nos naturalmente afastado; mas eu vira-o algumas vezes jantando no *Palace* ou correndo os *bric-à-bracs*, e difícilmente esquecerei a nobreza do seu porte, a sua face rapada de medalha romana, o seu sorriso subtil, enigmático, finamente malicioso, como deveria ser o de Casanova, à terceira taça de *Champagne,* em casa da amante do cardeal de Rohan. Em volta da figura dêsse velho solteirão e, em especial, a respeito da maneira porque se instalara em Lisboa, tinham-se formado tantas lendas, algumas delas tão extraordinárias, que me pareceu excelente o ensejo para verificar se o que me chegara aos ouvidos, àcêrca da sala-de-fumar do Conde de ***, era ou não verdadeiro.

— Deve ser aqui, — disse o conselheiro Ximenes, parando diante dum palacete inglês,

às Chagas, cujas persianas azúis estavam abertas de par em par.

— É a primeira vez que você cá vem?

— É.

— Então, não sabe se é verdade a história dos medalhões.

— Quais medalhões?

— Uns medalhões com cabeças de mulher, que o Conde de *** mandou pintar numa sala onde só êle entrava.

— Não sei. Apenas ouvi falar nas faianças, que é o que me interessa, — respondeu-me o Conselheiro, acariciando com a larga mão plebeia pesada de anéis o seu farto bigode grisalho.

A porta estava aberta. Entrámos. No *hall*, iluminado por um vitral moderno de Maurice Denis, um homem grosseiro, em mangas de camisa, folheava verbetes, verificava etiquetas. Tinham despregado já a alcatifa da escada. Em cima, arrastavam-se móveis. Subimos. Numa sala de Aubussons, com um belo lampeão e dois contadores italianos, um sujeito gordo, rosado, cumprimentador, acolheu-nos. Era o encarregado do leilão. Vimos o grupo de salas da direita, — o salão grande, velho Império, gorgorão amarelo e oiro, em que poderia ter dormido a sesta Josefina de Beauharnais; a sala dos armários holandeses,

que lembrava um severo interior de Jan Vermeer; a sala chinesa, com o seu Budha de bronze, as suas lacas, o seu lampadário velado de estôfo Ló e as suas porcelanas da dinastia Ming, diante das quais o conselheiro Ximenes caíu em êxtase. Aproveitando o embevecimento do meu amigo, que prometia ser demorado, perguntei ao encarregado do leilão se realmente existia no palácio uma sala-de-fumar com qualquer espécie de pinturas. O homem olhou-me, esboçou um sorriso significativo, e, atravessando a galeria do *hall,* conduziu-me ao grupo de salas da esquerda, à sala de música, à biblioteca, à casa-de-jantar, tipo do tinelo português, com as suas arcas de ferragens, as suas estanheiras, o seu Arraiolos, o seu escudo de armas de azulejos, a sua chaminé em cuja cimalha lampejavam pratas, — e, por último, passado um pequeno corredor, ao misterioso *smoking room,* que tanto estimulava a minha curiosidade.

— Tenha a bondade de entrar.

Aberta a dupla porta, encontrei-me num gabinete oval, um Luís XVI cinzento e oiro, um pouco triste, com grandes poltronas bocejando, um tecto de Amores, e, em volta da parede, admirávelmente pintados, dezasseis medalhões contendo dezasseis cabeças de

mulher. A variedade das fisionomias, a vida que nelas palpitava, o carácter dos penteados e das jóias deixaram-me desde logo na convicção de que se tratava, não de simples pinturas decorativas, mas de verdadeiros retratos. Deviam ser quási tôdas belas, com predomínio dos tipos loiros e dos pescoços altos; e se as últimas, do lado direito, junto da porta, tinham manifestamente o aspecto da mulher moderna, com os penteados de hoje e as jóias de hoje, as primeiras, do lado esquerdo, com os seus toucados de rosas e os seus camafeus de 1870, deram-me a impressão de estar folheando *Un siècle de modes*. O meu cicerone, risonho, oleoso, solícito, apressou-se a dizer-me o que eu já sabia. Aqueles retratos eram a confirmação duma das lendas criadas em volta do velho fidalgo. Decidido, como o Marquês de Lausun, a envelhecer com elegância, inteiramente resignado a viver apenas de recordações, o Conde de *** escolhera, dentre as centenas de mulheres que tinham povoado a sua existência de *noceur*, aquelas que representavam um sentimento mais profundo do seu coração ou uma mais intensa perturbação dos seus sentidos — as eleitas, as nunca-esquecidas, as eternamente amadas — entregara a um pintor os daguerreotipos e as fotografias, e en-

carregara-o de os reproduzir em medalhões em volta dessa pequena sala Luís XVI, onde êle passaria algumas horas, tôdas as noites, lendo as elegias de Tibullo, recordando e fumando. Poucos meses depois, a obra encomendada estava pronta, os medalhões colocados, e o galante Conde de ***, afundado numa poltrona, brilhante ainda na sua verde velhice, revivia, entre lágrimas de saüdade, diante daquelas dezasseis imagens do seu passado de amor e de glória, as melhores horas da sua vida.

— Naturalmente, ainda se há de saber quem são estas senhoras... — comentou o homem do leilão, franzindo as pálpebras num sorriso.

— Sim, naturalmente, — concordei eu.

Preparava-me para examinar, um a um, com a curiosidade insistente de todos os psicólogos da mulher, os retratos dessas amorosas ignoradas, quando, por detrás de mim, ouvi a voz do conselheiro Ximenes, que vinha positivamente deslumbrado com as maravilhas da sala chinesa. Disse-lhe que havia ali melhor, e chamei a sua atenção para os medalhões do *smoking room*. O Conselheiro pôs a luneta, circumvagou o olhar, teve um gesto de assentimento, percorreu os retratos com a vista numa atitude de conhecedor. De sú-

bito, fixou-se num, tremeram-lhe os lábios, aproximou-se, recuou, tornou a aproximar-se, e murmurou, intrigado:

— É curioso!

— O quê?

— Parece minha mulher!

O leiloeiro e eu olhámo-nos, em silêncio. Nenhum de nós teve coragem para contar ao conselheiro Ximenes a história dos medalhões.

OS PÁSSAROS

Por uma curiosa coincidência, visitei mais uma vez o mosteiro da Batalha, durante o meu último passeio pela alta Extremadura, precisamente no dia em que chegavam aos rochedos de S. Pedro e S. Paulo, no seu glorioso vôo transatlântico, os dois grandes aviadores portugueses.

Deviam ser cinco horas quando entrei na nave da igreja. Apesar de nos encontrarmos num dia ardente de verão, senti frio ao percorrer essa maravilhosa nave central, que é uma das mais belas e, ao mesmo tempo, uma das mais sóbrias expressões do gótico normando na nossa arquitectura. O sol, velado pelas vidraças coloridas — as lindas vidraças do século XVI, tão opulentas de desenho e tão discretas de côr — entrava pelas fenestragens da ábside, projectando até ao transepto um tapete de luz. Outro clarão mais

pálido, proveniente das frestas cimeiras das naves, errava pelas abóbadas, ao alto, brincando nas nervuras dos terciarões, afilando, espiritualizando os gestos orantes das ogivas. Um silêncio espêsso enchia o grande templo. Parei a meio do cruzeiro, naquela emoção religiosa que Pelladan tão bem descreveu, e que se apossa de todos os espíritos, mesmo os menos católicos, ao penetrar na sombra das grandes catedrais. Recolhi-me, meditei, evoquei. De repente, uns gritos e um ruflar de asas despertaram-me. Levantei a cabeça. Uma revoada alegre de pássaros atravessou a igreja, vinda da profundidade duma das abóbadas laterais, adejou, trasvolteou, pipilou, gritou, cruzou o transepto e a grande nave, atirou-se de encontro aos frestões da ábside, roçando os remígios pelas vidraças de côres, e, de coluna em coluna, como se volitasse entre as frondes cheirosas dum pomar, foi por fim esconder-se nos ninhos que pojavam, como bôlsas negras palpitantes, nos saiméis dos arcos e nos pendurões altos das abóbadas. Pareciam andorinhas; mas não tinham, como elas, os papos brancos. Interessado por aquele espectáculo novo da passarada revoando dentro duma igreja, tão alegremente como se cruzasse o vôo sôbre uma seara doirada de sol, interroguei o guarda.

Soube então que êsses únicos habitantes vivos do templo da Batalha eram gaivões (outros chamam-lhes guinchos, ou pedreiros) que lá vivem há anos, como as pombas nas naves grandiosas de Alcobaça. Entretive-me a olhá-los. De vez em quando saía um do ninho, depois outro, outro ainda, e desciam, num adejo rasteiro, pairando sôbre as nossas cabeças. O seu grito — o seu «guincho» — retine-me ainda aos ouvidos, fino como um assobio, desagradável como o ruído duma cortiça esfregada por um cristal. Vinham, manifestamente, ver-nos de perto, a nós, visitantes importunos que perturbávamos com os nossos passos o silêncio do seu grande ninho gótico. Depois, alavam-se, subiam, levantavam-se em vôos circulares; pareciam maiores ao passar na luz colorida das lumieiras e das rosáceas; mais pequenos, ao pousar de asas caídas, como um fremente e negro acento circunflexo, no ábaco dum pilar ou no trílobo duma arquivolta; chamavam outros, como a pôpa da doirada fantasia de Aristófanes, para que todo aquele capítulo de pássaros viesse espreitar, inquieto e curioso, o homem da cidade que se permitia perturbá-los com a sua meditação. E êles vinham; e a revoada crescia; e os pipilos, os gritos, os guinchos, os ruflos de asas, os sopros de remígios en-

chiam, numa matinada jovial, a igreja inteira. Era a vida, na sua expressão alada e buliçosa, animando o interior daquela basílica cinco vezes secular. Era Deus, que comunicava uma scentelha, uma vibração, um frémito do seu poder criador àquela obra formidável e silenciosa dos homens. Já familiarizados comnosco, os pássaros desciam, invadiam as capelas, volitavam sôbre as arcas tumulares, empoleiravam-se no púlpito, espreitando-nos, saltitando, gritando, como pequeninos prègadores alados. Era uma nova comunidade que vivia ali, que debicava nos jardins do claustro, que bebia água na fonte dos frades, e que nos falava a todos, com mais eloqüência do que os velhos padres prègadores de S. Domingos, das maravilhas da natureza e da obra divina da criação. Aqueles gaivões em revoada podiam considerar-se os possuidores, pelo menos os usufrutuários do grandioso mosteiro de Santa Maria da Vitória. Ali, a não serem êles, só habitava a morte. Reis mortos, sob os seus baldaquinos de pedra; infantes mortos dormindo nos seus túmulos ediculares; priores mortos — como aquele humilde prelado que se fêz sepultar em campa raza, à porta da casa do Capítulo, para ser pisado pela comunidade inteira. E, além de todos êstes cadá-

veres, — o cadáver dum passado de fé e de glória, dum passado longínquo, mas resplandecente ainda de mística exaltação e de bravura cavalheiresca. Vivas, só elas, as pequeninas asas — irmãs gémeas do pensamento — que voejavam naquele instante em volta de mim. Subi à ábside. Encostei-me à arca tumular de D. Duarte, o rei da saüdade e do infortúnio. Olhei, deslumbrado, a grande nave colorida de vitrais e revoante de pássaros. Tinha ali, na minha frente, a síntese feliz, inesperada e perfeita, do que é nesta hora Portugal. No meio das grandezas e das sumptuosidades mortas do passado, — alguma coisa de vivo, de fremente, de imortal: a glória dum vôo!

LADY GIOCONDA

Durante um intervalo do concêrto de S. Carlos, estive dez minutos no camarote de Madame *B.*, minha querida amiga, uma das mulheres mais perturbadoramente inteligentes da alta roda de Lisboa, cujo fino e quási imperceptível sorriso — um sorriso «vinciano» — nos levou a tratá-la, na intimidade dos seus admiradores, por Lady Gioconda. Divertimo-nos a falar da assistência. Numa frisa fronteira, um *paradis* azul vivo sôbre uma grande cabeça morena e melancólica chamou a nossa atenção.

— Já viu a Lolotte, como está bem? — disse Madame *B.*, levando aos olhos a sua luneta de punho doirado.

— Bonita, mas estúpida como um peixe.

— Felizmente para ela.

— Porquê, Lady Gioconda?

— Porque as mulheres mais inteligentes são as menos amadas.

— Está convencida disso?

— E você também...

Recomeçou o concêrto. Voltei para o meu *fauteuil*. Em geral, quando se toca Debussy — Deus lhe fale n'alma! — penso sempre noutra coisa. Naquele momento, foi nas últimas palavras de Lady Gioconda que eu pensei. E reconheci que ela tinha razão. Nós outros, homens, somos realmente naturezas muito singulares. Dir-se ia que tôdas as manifestações de superioridade da mulher deviam atrair o seu adorador eterno — o homem. E, entretanto, não sucede assim. Se a beleza o atrai (e ainda neste ponto há perfeitos paradoxos de sensibilidade), a inteligência demasiado viva afasta-o. É um facto de psicologia amorosa que parece à primeira vista absurdo mas que nem por isso deixa de ser impressionantemente verdadeiro. Verdadeiro para os homens vulgares; verdadeiro até para os homens superiores. Se nós procurarmos analisar-nos, auscultar o mais íntimo do nosso sentimento ou do nosso instinto, somos obrigados a reconhecer — e não sem certa estranheza — que isto é realmente assim. Nunca foram as mulheres muito inteligentes que despertaram as grandes paixões. Pelo

contrário, as mais queridas, na história amorosa de todos os tempos, eram espíritos medíocres, criaturas que possuíam, quando muito, a inteligência do sentimento, tão subtil às vezes na mulher. Quando nós, homens, fazemos desde a adolescência «*le rêve étrange et pénétrant*» de que fala Verlaine, a mulher que idealizamos — hão de reconhecê-lo todos os que uma vez sonharam — nunca é aquele tipo de beleza esperta, vivaz, raciocinadora, intelectual, que todo o mundo conhece tão bem; é, pelo contrário, a beleza triste, doce, calma, passiva, silenciosa (sobretudo silenciosa!), a mulher que sorri e não a mulher que pensa, a mulher que suspira e não a mulher que discute, a mulher que se abandona e não a mulher que raciocina. Nietzsche — creio que no *Viajante e a sua sombra* — queria talvez dizer isto mesmo quando notou que a mulher precisa «de um doce crepúsculo à sua volta». A inteligência da mulher alarma e assusta o homem — que procura sobretudo, no amor, êxtase, silêncio, quietação, ternura, «*cette pénombre dorée de tendresse*», a que alude Mallarmé, e que tem a sua máxima expressão na mudez triste e sagrada dos grandes beijos. Não quer isto dizer, evidentemente, que uma mulher, para ser amada, precise de ser estúpida; ou que só as

pobres de espírito possam ser amadas neste mundo. O que eu digo é que o brilho, a vivacidade, a cultura, a superioridade mental, que tanto atraem no homem, não são — sob o ponto de vista amoroso — qualidades atraentes na mulher. As intelectuais, mesmo aquelas que não adquiriram hábitos masculinos, teem, todas elas, às vezes sem dar por isso, qualquer coisa de masculino, ou, melhor, qualquer coisa de insexuado que as coloca, de certa maneira, — à margem do amor. Não se percebe bem o que seja uma grande paixão por uma médica, por uma advogada, por uma engenheira, por uma doutora em letras, por uma grande *bas-bleu* profissional, criaturas moralmente desvirginizadas (ainda quando irrepreensívelmente puras!), naturezas sêcas, áridas, másculas, agressivas, audaciosas, dialéticas, nas quais não é possível ou, pelo menos, não parece possível encontrar aquela ternura, aquela doçura, aquela inocência, aquela submissão, aquela candura feminina que são para nós outros — instintos de dominação, animais de prêsa — o maior encanto da mulher. Mas, dir-se há, a mulher inteligente, a mulher espirituosa, a mulher intelectualmente superior (não falo já nas profissionais) tem na sociedade um prestígio que não será fácil deixar de reconhecer. Êsse

prestígio, porém, não é de forma alguma o prestígio amoroso. Os homens podem gostar de as ouvir, podem até certo ponto admirá-las, podem ter por elas um sentimento de curiosidade, mesmo de curiosidade sensual, — mas não as amam. O amor pertence às outras, são as outras que o despertam, — as belezas tímidas, apagadas, silenciosas e tristes. É por essas que se fazem as grandes loucuras, são essas que inspiram as grandes paixões, são elas, as vencidas, as dominadas, — que vencem e dominam completamente o homem. Ah, sim, Lady Gioconda tinha mil vezes razão. Ela própria o sabia por si. O seu sorriso frio, cortante, enigmático — sorriso de mulher infinitamente inteligente — apenas soubera espalhar em volta da sua beleza apetites passageiros e curiosidades perversas. Ao passo que Lolotte, a melancólica Lolotte do *paradis* azul vivo e da linda cabeça de bébé sentimental, que não tinha espírito, que não tinha vivacidade, que tinha apenas doçura e beleza («*sois belle et sois triste*», — disse o poeta) conseguiu ser amada com paixão — até pelo marido...

Quando o concêrto terminou, subi ao camarote. Madame *B.*, já embrulhada numa grande saída de teatro opulenta como um paramento, estendeu-me graciosamente a mão:

— Estamos de acôrdo, não é verdade?

— Em quê, Lady Gioconda?

— As criaturas muito inteligentes não nasceram para ser amadas.

— É talvez verdade, nas mulheres...

— Ah, meu pobre amigo! E julga que também não é verdade, nos homens?

A «POMBINHA»

A fidalga hospitalidade alentejana! Só agora a conheci bem, nesse carinhoso Paço da Quinta, a par de Évora, quando, depois de seis horas de combóio, cheio de poeira e de sêde, repousei a um canto da larga chaminé de azulejos da Sala-dos-Cupidos, vendo arder os toros de azinho, e saboreando, por uma bojuda tijela de prata, o caldo de galinha das merendas patriarcais. Tive a impressão de que passaria ali bem o resto da minha vida, naquele silêncio e naquela beatitude. Junto de mim, a ilustre Senhora que com tanta bondade quis receber-me nos seus paços, olhava o homem fatigado da cidade, num sorriso que parecia perguntar-me, na sua expressão de repreensiva benevolência:

— Pois não é verdade que em Lisboa não se vive?

Emquanto conversámos, olhei em volta os

altos silhares de azulejo joanino, de cabeceiras, que ornavam a parede, e onde se viam pequenos Cupidos ceifando, conduzindo rebanhos, lavrando a terra; o lintel da porta, em obra de alvenéo trabalhada à navalha como na casa de Garcia de Rezende; o lar que me aquecia, com o seu escudo de armas dos Barahonas no esbarro da chaminé e a sua cantareira em redor tôda pojada de pratas; o enorme Arraiolos verde que cobria o chão em espinhado de tijolo encerado; as cadeiras abaciais, os contadores indianos, a pesada cómoda D. João V, de largas ferragens, bojando ao canto; as pratas que lampejavam, que faiscavam por tôda a parte, — e, ao cimo, o friso de azulejos com as palavras hospitaleiras: «Que aqui reine a felicidade». A felicidade! E onde está ela, para o homem fatigado de civilização, envenenado de política, exausto de nervos, — senão na quietação, na paz virgiliana da natureza, nessa infinita doçura de não pensar, nesse silêncio da inteligência e dos sentidos, nessa voluptuosa prostração em que todo o nosso organismo, adormecido e revigorado, se sente palpitar e viver? Foi com dificuldade que me levantei da poltrona para assomar à janela. Separava-nos das terras lavradas e ofuscantes de sol a carinhosa sombra dum al-

pendre alentejano, com o seu tecto de «meia» — construção regional de barrotes de pinho e tijolo de meia espessura —, a sua grelha de ladrilho estrelado em volta, os seus ninhos de andorinhas, negros, enormes, palpitando, arfando sob o largo beiral mourisco. Lá fora, na geórgica cristã da paisagem, juntas de bois ruivos, pacíficos, lavravam as leiras próximas; sentia-se o cheiro da terra aberta pelo arado; uma encosta rosada de sargaços estendia-se como um tapête ao sol; longe, alvejava um casal; mais longe ainda, na linha do horizonte, recortava-se o friso azulado da serra de Ossa, como o dorso dum gigante adormecido. Um silêncio de fecundidade e de paz enchia a natureza. Assentámo-nos nos poiais da janela, conversando.

— Sabe que tenho às vezes remorsos de viver aqui? — disse-me a ilustre Senhora, cujo perfil, duma nobre distinção, parecia espiritualizar-se na luz quieta da tarde.

— Remorsos?

— Esta casa tem uma história, como tudo no mundo.

— Uma história triste?

— Tôdas as histórias de amor são tristes...

Contou-me, então, que o Paço da Quinta fôra mandado construir por ela, pouco depois do seu casamento — havia vinte anos — sôbre

as ruínas da antiga casa dos Casco-Solís, morgados de Brito, avós dos Barahonas. Quando a ilustre Senhora, noiva de poucos dias, visitou a Azaruja pela primeira vez, o solar, cuja fundação remontava ao século XVI e onde ainda se viam uns cunhais e umas arquivoltas da primitiva construção, estava a cair aos pedaços. Os milhafres faziam o ninho nas paredes; apenas lá vivia, na única dependência coberta de telha, uma velhota que fôra amante do último morgado de Brito e a quem chamavam a «Pombinha». A pobre mulher nem sequer já tinha porta para entrar em casa: saltava por uma janela, dali para uma arca de roupa, e da arca para o chão. Mas fôssem lá dizer-lhe que saísse daquele paço velho onde vivera tôda a vida, onde amara, onde fôra feliz, onde conhecera todos os bens e tôdas as alegrias da existência! Ás vezes, os Barahonas visitavam-na: — «Tia Pombinha, é preciso ir para Evoramonte, que o paço vai para obras!» E ela respondia sempre, risonha, saracoteando o saiote encarnado, rodeada de porcos, de galinhas, de cães: — «Se me querem ver morta, levem-me daqui.» Um belo dia, a «menina» — como a gente da terra tratava a actual senhora do Paço da Quinta — veio de carro percorrer as propriedades do marido, gostou

daquele lugar, rico de tradições, viçoso de águas, desassombrado de vista até à serra, pareceu-lhe que o não escolheria melhor um guardião franciscano para convalescença de frades doentes, e lembrou-se de reconstruir o antigo solar. As grandes chuvas de Novembro, fazendo abater parte do telhado, vieram apressar a realização dessa idea. Em Abril do outro ano as obras começaram, e a «Pombinha», que não compreendia que houvesse mais felicidade e mais mundo fora daquela casa, teve de a abandonar. Foram os próprios senhores buscá-la numa carruagem para a levar a Evoramonte, onde tinha duas filhas. Pôs o seu vestido de sêda de ver a Deus, o seu grilhão de oiro ao pescoço, despediu-se de tudo, das pedras, das árvores, beijou o chão da alcova onde conhecera tôdas as venturas que pode ambicionar uma mulher, — e partiu. Durante o caminho, depois de ter dito adeus aos sobreiros, à charneca em flor, às cegonhas que pairavam, cinzentas, no ar doirado, aos bois lentos, bíblicos, enormes, que vinham beber ao ribeiro, — pareceu adormecer, tranqüila, sorrindo. Quando chegou a Evoramonte — estava morta.

A tarde declinava. Tocou o sino para o jantar. A nobre Senhora alongou pelo horizonte longínquo um olhar de saüdade, pas-

sou pela fronte, como a afastar um pensamento importuno, a sua pequena mão faiscante de anéis, e disse-me, comovida:

— Sabe? Nunca fui feliz nesta casa.

— Deveras?

— Ninguém pode ser feliz destruindo a felicidade dos outros...

SAIAS CURTAS

No chá de M.me Raquel, a encantadora judia que tem a mania dos relógios e a paixão das orquídeas, falou-se com animação, quási com nervosismo, da luta entre as saias compridas e as saias curtas. Eu ouvi em silêncio a conversa dessas quinze ou vinte mulheres, e decerto não me pronunciaria sôbre um assunto que especialmente interessa aos costureiros franceses e às criadas de quarto, se M.elle ***, um diabinho de olhos azúis, não debruçasse sôbre mim a sua cabeça loira admirávelmente despenteada para me perguntar com a maior semcerimónia do mundo:

— Curtas ou compridas, doutor?

— Nem uma coisa nem outra, minha querida amiga.

— Como, então?

— Decentes.

— Não conheço saias dêsse feitio, — disse M.elle *** atirando-se para um *couch-corner*

e mostrando até aos joelhos duas perninhas nervosas de cavalo de corridas.

Vi-me obrigado a justificar o meu voto. E, nesse momento, lembrei-me do velho e glorioso Sousa Martins, de quem ainda fui discípulo na Faculdade de Medicina. Costumava dizer o grande mestre que a *toilette* feminina tinha um especial interêsse para o médico, e que, sôbre uma página de jornal de modas, podia escrever-se um tratado de ginecologia. Não será tanto assim; mas a verdade é que êstes assuntos não são tão pueris como à primeira vista parecem, e eu creio que nunca se perde tempo conversando a respeito dêles com as mulheres bonitas que nos lêem ou que nos ouvem.

Evidentemente, as saias compridas não se harmonizam com as exigências da vida contemporânea. Uma saia que arrasta, uma cauda que se prende, são incompatíveis com o espírito prático da mulher de hoje, com os seus hábitos fáceis, com o seu desembaraço um pouco masculino, com a sua própria higiene. Cada época tem o seu ritmo: aos ritmos lentos e grandiosos de 1870 sucederam-se as grandes velocidades, a vida *à la minute*, a vertigem, o paroxismo dos anos da Grande-Guerra. As nossas filhas não podem usar as caudas das nossas mães; seria absurdo que Poiret pensasse hoje como pensava Adolph

há trinta anos; nem já pode compreender-se que os vestidos varram a poeira das ruas, como a *traine* das nossas olímpicas avós varria ainda ontem as alamedas doiradas do Passeio Público. Ora, tudo isto são excelentes razões para que não se usem as saias compridas; mas nada disto justifica, de modo algum, que elas se usem pelo joelho. A moda das saias excessivamente curtas obedece já a considerações doutra ordem, e os motivos da preferência que lhe têm concedido as mulheres, aqui como em tôda a parte, não são confessáveis. Dizem elas que a saia curta as faz mais novas. Isto, até certo ponto, é assim: rejuvenesce-as na linha, no movimento, na figura; mas compromete-as, quando já passaram a zona equatorial dos trinta aos quarenta anos, porque torna mais evidente a fadiga da sua beleza e a falta de frescura da sua pele. Dizem elas, também, que a saia curta, revelando encantos que não há nenhuma razão para ocultar, as torna mais belas e mais desejadas. Mais belas, é possível; mas só quando realmente o são podem resistir com vantagem a essa difícil prova. Não há nada mais belo, quando é belo, mas também não há nada mais feio, quando é feio, do que a perna e o pé duma mulher. E se é certo que as nossas raparigas são, nesse por-

menor anatómico, muito mais favorecidas do que as inglêsas e do que as próprias francesas, a verdade — não se zanguem os pequeninos pés que trepidam e estremecem enquanto as donas me lêem! — é que muito poucas podem considerar-se perto da perfeição. Mas dêmos de barato que a saia curta as torna mais interessantes; o que as não torna, de modo nenhum, é mais desejadas. A predilecção da mulher pela perna nua não existiria se ela conhecesse melhor a psicologia amorosa do homem. O maior prazer que uma mulher pode dar-nos não é o de vê-la; nem mesmo é o de possuí-la: é o perturbador prazer de adivinhá-la. A saia de balão à Benoiton, o vestido de cauda à 1880, que nada revelavam — ah, não! — mas que tudo deixavam adivinhar, eram mil vezes mais voluptuosos do que a fácil, a desastrada, a democrática saia curta. Nada há, em amor, que tanto apeteça como aquilo que muito se esconde: não sei se foi Brantôme que disse isto; mas, se não foi êle, sou eu. A verdade é que o hábito da nudez está estragando tôdas as delicadas emoções que nos podia dar a mulher. Os nossos avós românticos caíam em êxtase diante dum tornozelo fino calçado de sêda côr-de-rosa: nós, hoje, voltamos a cara e nem damos por isso. A Eva que passa

na rua já não é a «apetecida»; é a «desencantada». Não sugere o pensamento amoroso; provoca o comentário grosseiro. Aquele respeito supersticioso que em nós produzia a *grande dame*, a «senhora», na mais nobre acepção da palavra, desapareceu. Diante duma criatura de pernas à mostra, seja ela a mais virtuosa mulher do mundo, é impossível o sentimento de veneração — um pouco antigo, mas enternecedor! — que inspiravam ainda ontem as nossas graciosas mamãs. A saia comprida é inadaptável às condições da vida moderna? Pois bem: façâmo-la subir até deixar de ser incómoda; mas não tanto, que deixe também de ser discreta. A suprema elegância de tôdas as modas está nesse fino sentimento da sobriedade, da discreção e do meio-termo, que M.elle *** e todas as *spinsters* dos tempos calamitosos da Grande-Guerra são incapazes de compreender.

Levantei-me para pousar sôbre uma credência a minha chícara de chá. O relógio da pequena sala Império onde estávamos bateu os minuetes das sete horas. Quando eu tinha acabado de justificar o meu voto, a encantadora M.me Raquel passou junto da mim, sorriu, e disse-me, em voz baixa, num prometedor clarão dos seus olhos negros:

— Hipócrita!

D. MIGUEL

Há dias, na *Portugal-Brasil,* fui abordado por um sujeito amável, que eu não conhecia, e que manifestou o desejo de me mostrar determinado documento de importância para o estudo da figura de D. Miguel. Era-o tenente-coronel sr. Brito e Cunha, oficial muito distinto do exército português, actual possuidor da biblioteca que pertenceu ao erudito D. José de Lacerda. Confessei-lhe que o assunto me interessava, agradeci-lhe, e disse-lhe que o receberia com o maior prazer em minha casa para conhecer o documento em questão.

— Posso mostrar-lho já, porque o trago comigo.

— Tanto melhor.

Assentámo-nos nas acolhedoras cadeiras de castanho da livraria, largas e pesadas como estalas de côro capitular, e o tenente-coronel Brito e Cunha passou-me às mãos um manuscrito de oito fôlhas de papel, cozido

a retrós, dobrado e já um pouco amarelecido, pedindo-me para o examinar durante o tempo que julgasse necessário. Desdobrei-o — confesso que sem grande curiosidade, porque o supus um documento de restrito interêsse político — e comecei a lê-lo por alto. Era uma carta autógrafa do conde de Rio Maior, dirigida a D. João VI e datada de Stutgart, 30 de Outubro de 1824, em que aquele titular, que depois da *Abrilada* acompanhara o Infante para o exílio na qualidade de seu aio e tutor, informa o rei, com desassombro e com vivacidade, àcêrca da situação moral do filho rebelde, do seu carácter, dos seus defeitos, dos seus vícios e da necessidade de prover à sua educação em novas bases pedagógicas. Muitas das observações feitas pelo conde de Rio Maior no retrato psicológico que, com inteira segurança de mão, traça do infante D. Miguel, são hoje por demais conhecidas. Ninguém ignora as inclinações grosseiras do filho querido de Carlota Joaquina; a sua predilecção pela gente baixa, campinos, eguariços, mendigos, ladrões do Cabeço-de-Bola; a sua mentalidade estreita e fanática; a sua falta quási absoluta de cultura de espírito; a sua dissimulação; a sua crueldade; a sua fácil sugestionabilidade por tôdas as criaturas ignóbeis que o cercavam em Que-

luz, algumas das quais, segundo se depreende da carta do conde-preceptor, continuaram a privar com êle no exílio. Se nos dissesse apenas isto, o documento que possue o sr. Brito e Cunha, sem deixar de ser interessante, nada acrescentaria ao que já há muito tempo se sabe, e em nada modificaria o juízo, por certo severo, que a história pronunciou àcêrca de D. Miguel. Não acontece, porém, assim. A carta do conde de Rio Maior a D. João VI traz-nos uma revelação imprevista e inteiramente inédita, que não pode deixar de surpreender sobretudo quem, como eu, admirava no Infante, apesar de todos os seus defeitos, aquela figura viril e máscula de marialva que a lenda de Queluz nos legou e que tão bem se harmoniza com o impressionante retrato pintado em Viena de Áustria por Giovanni Ender. Essa revelação respeita a vícios e aberrações de D. Miguel no domínio sexual, aos quais o velho fidalgo, autor da carta, atribue o horror, verdadeiramente doentio, que — diz êle — o Infante manifestava pelas mulheres. Segundo as informações enviadas pelo conde de Rio Maior ao monarca, e que só poderiam transcrever-se numa publicação de carácter médico, a misogínia de D. Miguel, conjugada com a aquisição de hábitos especiais, fazia recear pela saúde do Infante,

cujo emmagrecimento e cujo tremor de mãos se tornava já notado por muitas pessoas. Tôdas as tentativas feitas em Paris para o aproximar de várias mulheres, entre elas a filha duma titular russa, muito das relações de elementos jacobinos franceses, tinham sido inúteis. Ás tendências solitárias do Infante aliavam-se, segundo o nobre preceptor claramente insinua, predilecções homosexuais evidentes, que até certo ponto explicavam a intimidade e a permanência, junto do filho de Carlota Joaquina, de determinados indivíduos de grosseira extracção e de hábitos suspeitos. Quer dizer: precisamente os mesmos estigmas que maculam a memória dêsse loiro Galaaz virginal que foi D. Sebastião. Não se pode contestar a autenticidade de semelhante documento, escrito e assinado pelo conde de Rio Maior, cuja letra reconheci; mas o que legitimamente pode é duvidar-se da boa fé com que foram dadas as informações que êle contém. É certo que a qualidade de aio e tutor, permitindo ao Conde um conhecimento íntimo e permanente da pessoa e da vida de D. Miguel, atribue ao seu depoimento uma grande autoridade; mas não é menos certo que aquele titular palatino, reconhecidamente liberal e inimigo dos «corcundas» e dos apostólicos do partido da Rainha, tinha um espe-

cial interêsse político em espalhar boatos tendentes a diminuir o prestígio do Infante, que — é inútil negá-lo — partiu para o exílio cercado duma verdadeira auréola. De facto, — como conciliar a misoginia atribuída a D. Miguel pelo conde de Rio Maior, com as suas aventuras amorosas anteriores a 1824, a bailarina Bruni, a Margarida Adriôa, a saloia Evarista? Não é natural que o Infante só começasse a fugir das mulheres quando desembarcou em Brest. O acanhamento perante as francesas, cuja língua lhe era desconhecida, poderia ainda explicar a sua atitude; mas D. Miguel não era um seminarista tímido, era um estoira-vêrgas de 24 anos, audacioso e valente; o facto de não falar francês não o impedia de se entender com Mimi Pinson, como a circunstância de não saber italiano não obstou a que êle se sentisse perfeitamente à vontade entre as pantalonas côr-de-rosa das bailarinas de S. Carlos. De resto, tôda a vida sexual de D. Miguel, daí por diante, está em desacôrdo com as afirmações feitas pelo conde de Rio Maior. As aventuras de *miss* Askion, (1) da

(1) Júlio Dantas, *Mulheres*, 4.ª edição, pag. 123, *As amantes de D. Miguel.*

polaca *princesse de Portugal,* da tamanqueira de Braga, da fidalga de Guimarães — e tantas outras — permitem-nos concluir, pelo menos, que D. Miguel se regenerou. Entretanto, o documento existe, é autêntico, eu tive-o nas mãos, e, por mais estranhas que nos pareçam as suas revelações, não podemos deixar de reconhecer que elas constituem um elemento de singular importância na biografia moral e patológica do Infante proscrito. Quando restituí ao seu possuidor a carta do conde de Rio Maior, perguntei-lhe se a queria vender ao Estado.

— Nem por um tesouro! — respondeu-me o sr. Brito e Cunha, cujos olhos scintilaram por detrás dos cristais da luneta. — Tenho um especial prazer em conservar em meu poder êste documento humilhante para o senhor D. Miguel...

— Porquê?

— Porque não me esqueço de que o senhor D. Miguel mandou enforcar meu avô!

MORTE DE HOMEM

Coimbra acaba de assistir ao julgamento duma causa célebre. Trata-se do crime de morte cometido há cinco anos no solar de Serrazes, de que foi vítima o último descendente varão da estirpe dos Malafaias — vermelho, sôbre castelo de prata um corvo volante de negro — bravo e interessante rapaz que, ao que parece, se apaixonava fácilmente pelas primas, como todo o bom fidalgo provinciano. Durante quinze longas sessões pronunciaram-se discursos sôbre discursos; a melhor sociedade de Coimbra encheu todos os dias a sala do tribunal; não se via uma senhora que não chorasse, com o lenço nos olhos; fez-se, em volta do julgamento, um sincero movimento de interêsse e de piedade. De piedade pelo assassinado — pensarão naturalmente os meus leitores. Engano. De piedade — pelos assassinos.

Já há tempo que se vem dando entre nós o facto, na verdade estranho, de tôda a gente se comover até às lágrimas com a sorte dos criminosos, — sem se lembrar de lamentar a sorte das vítimas. Êste excesso de sensibilidade, verdadeiramente paradoxal, é uma manifestação perigosa numa sociedade que tem, não apenas o direito, mas o dever de defender-se. Eu bem sei que os mortos, como os ausentes, *ont toujours tort,* e que, não sendo já possível restituí-los à vida, não admira, até certo ponto, que o interêsse humano do drama se desvie para os assassinos, que vivem e sofrem, e que muitas vezes — como no caso de Serrazes — são pessoas simpáticas e bem relacionadas. Mas uma sociedade que se sensibiliza desta forma pelo criminoso — não pode deixar de ser uma sociedade votada ao crime. Neste estado de consciência colectiva, a justiça é impossível. Por isso os assassínios ficam geralmente impunes; por isso a criminalidade se tem desenvolvido duma forma assustadora em Portugal.

Eu não sei se se lembram do crime de Serrazes. Teria dado um belo romance a Camilo. Uma menina, filha de boa família beirôa — Eugénia Novais, muito prima dos Malafaias — vinte e tantos anos, alta, ancas fortes, dentes pequenos e ralos, bonita segundo

uns, vulgar na opinião doutros, estava para casar com um rapaz amigo do irmão dela, José de Betencourt e Silva, estudante de medicina, de quem aceitara a côrte em Lisboa. Um belo dia, alguém fêz ver ao Betencourt — nestas coisas aparece sempre o chapéu negro de D. Basílio — a conveniência de se informar àcêrca do passado da noiva. Eugénia, interrogada por êle, confessou que efectivamente o primo Malafaia, quando as duas famílias viviam no *Hotel Central,* se permitira familiaridades que o próprio parentesco não justificava, beijando-a e chegando, por duas vezes, a entrar-lhe no quarto e a esboçar tentativas de violação, não consumadas (afirmou sempre a cândida menina) porque o seu pudor soubera resistir. José de Betencourt, receoso de que a noiva não lhe tivesse dito tôda a verdade, procurou informar-se junto do futuro cunhado, Fernando Novais, rapazote de dezoito anos, fraco de espírito, que se encontrava ao tempo (Junho de 1917) na sua quinta de Mosteiro de Fráguas, e que parecia ignorar o que se passara com a irmã. Armaram-se ambos de pistolas Savage, meteram-se num automóvel, foram até Vizeu, de Vizeu a S. Pedro do Sul, daí ao Banho, do Banho a Serrazes, onde os Malafaias têm a sua casa solarenga — macissa

morada do século XVIII, com a sua escada exterior e a sua pedra de armas sôbre o lintel de granito — e, encontrando Augusto Malafaia no pátio, foram imediatamente mandados entrar e recebidos por êle com deferência no escritório do rés-do-chão. Não se sabe ao certo o que se passou entre os três homens. Ao fim de alguns minutos de altercação, em que, necessàriamente, os recem-chegados pediram ao fidalgo explicações àcêrca das suas intimidades com a mulher que era irmã dum e noiva do outro, ouviram-se dois tiros, depois outros dois, e Augusto Malafaia, mortalmente ferido, a vomitar sangue, caiu nos braços da irmã — nobre figura de tragédia — que acudiu ao ruído das detonações e ainda teve o generoso gesto de impedir que os trabalhadores da quinta linchassem os assassinos. Oito horas depois, o pobre rapaz, predestinado, como tantos outros dos seus antepassados, para os amores infelizes (o *Nobiliário* manuscrito de Manso de Lima conta alguns dramas de paixão dos Malafaias), sucumbia à hemorragia interna determinada por feridas mortais do pulmão e do baço, tendo declarado antes de morrer que o Betencourt podia casar-se sem receio, porque Eugénia Novais saíra pura das suas mãos. Eis os factos, nas suas linhas gerais.

Trata-se, como se vê, dum homicídio com tôdas as circunstâncias agravantes — entre elas, a premeditação e a traição — cometido por dois homens armados contra um, desarmado e surpreendido em sua própria casa: quer dizer, dum crime sem nobreza e sem grandeza, estúpido e covarde. O resultado da autópsia revela-nos que Augusto Malafaia foi ferido pelo primeiro tiro estando sentado e com o braço direito estendido ao longo do corpo, o que exclue, por parte da vítima, tôda a hipótese de violência e, por conseguinte, por parte dos assassinos, tôda a justificação de legítima defesa. Executaram-no: eis tudo. Pois é a favor dos autores dêste crime — premeditado, cometido a frio, traiçoeiramente, covardemente — que se está movendo, por uma perturbação alarmante da consciência colectiva, a piedade e a simpatia pública. Tôda a gente se condoe dêles — e ninguém tem uma palavra de compaixão para o morto. É certo que o tribunal fêz o seu dever: condenou-os a pena maior. Mas a sentença não foi bem recebida; houve tumultos; a multidão quis agredir os jurados nas ruas; de tôda a parte se levantaram protestos cheios de rètórica sentimental; e agora mesmo uma comissão, trazendo à frente a mãe de um dos réus, veio a Lisboa entregar

ao chefe do Estado uma petição de indulto coberta de alguns milhares de assinaturas, a primeira das quais é a do próprio bispo de Coimbra. Mas o indulto — porquê? A piedade — porquê? Como se explica um movimento de opinião desta natureza — a favor de dois assassinos vulgares? Vamos então abrir, a todos os criminosos de morte-de-homem, as portas da Penitenciária?

Eu bem sei que se invoca, como justificação do crime, um motivo de honra. Mas, meus senhores, é preciso que nos entendamos. Não se justificam crimes com logares-comuns. Se a honra duma mulher merece todo o respeito, não o merece menos a vida dum homem. Até que ponto dá um motivo de honra o direito de matar? Vejamos a moral do crime de Serrazes. Todos estão de acôrdo em afirmar, até os próprios assassinos (embora não tivesse sido feito o exame por peritos médicos), que Eugénia Novais não foi de modo algum maculada; que a sua virgindade ficou intacta; que Augusto Malafaia não contraíu para com ela aquela dívida que só se paga com o casamento. O que houve, então, entre ambos? Um galanteio de primos, com intimidades mais ou menos confessáveis, que não se sabe até que ponto foram provocadas ou autorizadas pela causadora de tôda

esta tragédia, mas que, em todo o caso, deviam ter sido anteriores às relações dela com José Betencourt. Como não pôde negar essas intimidades quando interrogada pelo noivo, Eugénia (é da mais rudimentar astúcia feminina) procurou convencê-lo da sua inocência, fazendo-lhe crer que só *à fôrça* o Malafaia a beijara, que só *à fôrça* penetrara no seu quarto, — mas que a sua virtude tinha resistido heróicamente. Qual é a mulher que, na adolescência, não teve um ataque de sarampo e os beijos dum primo? Para José Betencourt só havia dois caminhos a seguir: ou aceitá-la, se a amava, mesmo com o seu passado de *flirts,* porque o amor redime e santifica tudo; ou afastar-se, como um perfeito *gentleman,* fazendo saber ao pai de Eugénia o motivo da sua quebra de compromisso. Uma coisa ou outra; — matar, nunca! Perante as leviandades passadas duma mulher que ainda não era sua, que ainda não usava o seu nome, cujos actos ainda o não atingiam na sua dignidade, — Betencourt tinha apenas o direito de resolver: «convém-me ou não me convém». E que fêz êle? Matou. Pode afirmar-se que obedeceu a um imperioso motivo de honra? Evidentemente, não. Mas — dir-se há — se é certo que se tratava duma mulher que ainda não lhe pertencia,

sôbre a qual êle não tinha nenhuns direitos, e de factos, que não constituíam dívida de honra, passados antes de êle a conhecer, — não é menos verdade que um homem de carácter e de coração não pode, de forma alguma, ser insensível a determinadas circunstâncias, próximas ou remotas, que afectem o pudor da sua noiva. O pudor da sua noiva! Mas ainda sob êsse aspecto — o respeito pelo pudor duma mulher amada — o crime de Serrazes é indefensável e antipático. José Betencourt, matando, lançando o escândalo sôbre uma família inteira, tornando-a pasto de tôdas as discussões, atirando para a lama dos tribunais o que havia de mais íntimo, de mais recatado, de mais santo no pudor de Eugénia, — ultrajou-a, afrontou-a, poluíu-a mil vezes mais do que todos os beijos furtivos que lhe pudesse ter dado em criança o primo Malafaia. O suplício que foram para ela essas audiências públicas, êsses interrogatórios infamantes, essas confissões vergonhosas, que a desnudaram, que a despiram em pleno tribunal, que assoalharam nos jornais os detalhes mais íntimos do seu corpo e da sua alcova! Foi um crime de amor, — disseram. Ah, não; também não. Um homem que, premeditadamente, friamente, sacrifica uma mulher a esta vergonha, — é porque a não ama, é

porque nunca a amou. Porque há, então, piedade por semelhante criatura, que nem ao menos teve, a justificar o seu crime, a chama dum grande e nobre sentimento? A compaixão por êle é uma contrapartida da repugnância ou do ódio pelo morto? Mas o pobre Malafaia estava longe de ser o monstro que se imagina. Não passava dum fidalgo da província, estoura-vêrgas, dado a mulheres como um bom morgado beirão, talvez menos escrupuloso e menos discreto do que seria para desejar num homem educado, — mas nada que se parecesse com êsse sensual violento, com êsse insensato moral, com êsse «facínora do amor», tão sugestivamente pintado pela eloqüência dos advogados de defesa. Não era bom nem máu: era vulgar; era um homem — com os defeitos e as paixões viris de todos os homens. Quis-se tirar partido, para lhe denegrir a memória, do feitio donjuanesco e corruptor de alguns dos seus antepassados; leram-se no tribunal páginas de um antigo livro meu (1), onde, com mero intuito literário, num diálogo intitulado *Os três galos*, se alude à vida amorosa dos Malafaias; pretendeu-se

(1) Júlio Dantas, *Como elas amam*, 3.ª edição, pag. 155.

provar que a vítima de Serrazes herdara as taras (que taras?) dos seus degenerados avós. Mas nada disto é razão para se matar um homem. Nada disto — ainda que fôsse verdadeiro! — é bastante para absolver ou para justificar os seus algozes. Nada disto constitue explicação possível para o movimento de doentia piedade que se está fazendo em volta dos dois réus de Coimbra. E, entretanto, há quem sinceramente chore por êles; e, o que é pior, é que há também quem sinceramente cubra de injúrias a sepultura onde dorme êsse bravo rapaz, que foi o último dos Malafaias — um corvo negro volante sôbre castelo de prata — e que, ainda em plena mocidade, morreu vítima de quatro balas de pistola e de um sorriso de mulher. Ah, meus senhores, que excelente país seria êste, se nós tivéssemos pelos assassinados a décima parte da compaixão que temos pelos assassinos!

SANTA JOANA, AMOROSA

Conhecem, de-certo, das agiografias portuguesas, o perfil dessa doce Infanta de olhos verdes e cabelos loiros — a filha de Afonso V — tão bela que diante da iluminura do seu retrato Luís XI caíu de joelhos, tão piedosa que trocou nas suas armas e na sua baixela de prata a corôa de princesa pela corôa de espinhos gotejante de sangue, e de tal maneira inclinada à vida claustral que, não tendo de facto chegado a professar, veio a morrer envolta na estamenha de S. Domingos, no mesmo convento de Aveiro para onde entrara aos vinte anos. Os seus biógrafos — o mais pitoresco dos quais, no fim do século XVII, foi êsse Gôngora mitrado que se chamou Corrêa de Lacerda — explicam, como sabem e como podem, as razões que levaram D. Joana a refugiar-se num mosteiro contra a vontade do pai, do irmão e do povo que a adorava, precisamente

quando tudo na vida parecia sorrir para ela, as graças da mocidade, os esplendores da realeza, os encantos da formosura. A sua deliberação de abandonar o mundo é por êles atribuída a uma crise de exaltação mística, com estados de acédia profunda, consecutiva à morte da mãe (contava então 15 anos), e para a qual teriam contribuído o exemplo da tia D. Filipa, freira em Odivelas, a influência que sôbre o seu espírito exercera uma fanática, a filha de D. Duarte de Menezes, escolhida por Afonso V para aia da Infanta, e a sua natural propensão desde verdes anos revelada para a vida monástica, a ponto de, quando ainda mal lhe apojavam os seios, usar já cilícios ásperos debaixo da tela de oiro dos vestidos e dormir numa cortiça, sôbre enxêrgas de estôpa, com a humildade de uma donata capucha. Seja, porém, como for, o que é positivo é que nem os rogos paternos, nem as súplicas dos procuradores do povo, nem as ameaças do irmão, nem as próprias grosserias do bispo de Évora, que chegou a lançar-lhe as mãos violentamente ao hábito, conseguiram demovê-la do propósito de se considerar morta para as alegrias e para as opulências da existência mundana. Vestiu a estamenha da aprovação no dia 28 de Janeiro de 1475; fêz em seguida, por im-

posição do povo e do rei, acto público de desistência, despindo o hábito e mostrando-se, através das grades do côro-de-cima, vestida de veludo verde e coberta de jóias; mas nunca mais saíu do mosteiro, onde continuou vivendo na observância da regra e das constituïções dominicanas, como se na verdade fôsse religiosa; e, quando quinze anos depois morreu, ao que parece duma endocardite consecutiva a poliartrite reumatismal (houve quem afirmasse que uma mulher de Aveiro lhe dera peçonha num púcaro de água), tudo se passou na comunidade como se, realmente, uma das freiras profêssas tivesse adormecido no seio do Senhor. No momento em que o seu cadáver, a caminho da sepultura, atravessava no esquife aberto os jardins do claustro grande — diz a lenda — tôdas as flores e tôdas as árvores secaram. D. Joana, provado o culto immemorial pela sua imagem, foi beatificada, por breve de Inocencio XII, em 4 de Abril de 1693.

Até aqui, aquilo que nós acreditávamos, louvando-nos na versão dos agiógrafos e dos cronistas palatinos. Mas parece que essa versão, na parte que especialmente se refere aos motivos que levaram a Infanta a recolher-se ao mosteiro de Jesus, não é conforme com a verdade dos factos. Assim o deu a entender,

na última sessão da Academia das Sciências, o meu querido amigo Henrique Lopes de Mendonça, o patriarca do moderno teatro português, cuja obra tem a sumptuosidade das velhas pratas lavradas, e cujo espírito de investigação histórica nada fica a dever às excelências da sua estirpe literária. Segundo a interpretação, inteiramente nova, apresentada por êste eminente homem de letras, a filha de D. Afonso V ter-se ia recolhido à vida monástica por motivos mais de ordem temporal do que espiritual, e em virtude de paixões mais humanas do que divinas. É o que se infere do confronto de uma referência da *Crónica* de Rui de Pina (cap. 33) com determinada passagem de um linhagista anónimo, encontrada num códice do século XVI pertencente à Academia das Sciências de Lisboa e intitulado *Linhagens de Portugal*. Em 1471, quando Afonso V regressou de África (conquistas de Arzila e Tânger) encontrou a filha D. Joana, que então contava dezoito anos, vivendo como se fôra rainha com grande casa de donas e donzelas, e fazendo despesas excessivas para um país gloriosamente arruinado pela guerra. Por essa razão, «*e assim por se evitarem alguns escândalos e prejuízos que em sua casa, por não ser casada, se poderiam seguir* — diz o cronista — *El-Rei, por*

conselho que sôbre isso teve, logo no mês de Outubro dêsse ano (1471) *a apartou, e em hábito secular, e com poucos servidores, a pôs no mosteiro de Odivelas, em poder da senhora D. Filipa, sua tia.*» Quer dizer: não foi ela quem, de seu moto próprio, quis recolher-se a um convento; foi o pai que tomou essa resolução, — por motivos não só de natureza económica, mas também de ordem moral. A que escândalos quereria referir-se o austero e cauteloso Rui de Pina? Bem sei que a sua alusão tem um carácter meramente presumptivo; mas quando um cronista, que é ao mesmo tempo um diplomata, fala por esta forma àcêrca duma princesa de sangue real cujo cadáver — pode dizer-se — ainda estava quente, é porque tem fortes razões, e porque essas razões são de certo modo notórias. Com efeito, pode calcular-se o que seria, na bárbara Lisboa do século XV, êsse gineceu doirado do paço da Alcáçova, viveiro de raparigas novas em volta de uma Infanta de dezoito anos que era bela e que vivia sòzinha; e, sem por sombras duvidar da pureza de D. Joana — Lopes de Mendonça presta homenagem à sua intemerata virtude — é lícito supor que qualquer inclinação amorosa, não talvez dela por alguém, mas de alguém por ela, teria obrigado o rei a internar a filha,

embora como secular, nas grades de um mosteiro. Ora, precisamente por êste tempo — é o genealogista anónimo do século XVI que levanta a ponta do véu — D. Afonso V mandou degolar em Lisboa um môço muito nobre, Duarte de Souza, filho segundo do senhor de Baião, «*por entrar no Paço de noite e lhe acharem um sapato que foi reconhecido por seu.*» Não era natural que o monarca, bondoso por índole, «*remisso mais que trigoso nas grandes execuções*» (diz o cronista), usasse de tamanha severidade tratando-se apenas duma aventura com qualquer das damas da Infanta; se a cabeça de Duarte de Souza caíu no patíbulo, é porque o seu desvario amoroso aspirava a mais alto, — presumìvelmente à filha do rei, cuja perturbadora formosura, evidente na tábua quatrocentista do Museu de Aveiro, os pintores flamengos e florentinos vinham em romaria retratar a Portugal. Teria sido essa tragédia de amor, mais do que o desgôsto ou o despeito pela extinção da sua casa principesca, a causa do recolhimento quási monástico da Infanta D. Joana em Odivelas, e, mais tarde, da sua obstinada deliberação de professar em Aveiro no hábito de S. Domingos? Tudo parece indicar que sim.

Não me surpreenderei muito se àmanhã,

encontrados novos elementos de prova, a filha de Afonso V tiver de ser considerada, não apenas como uma grande santa dominicana, mas como uma das grandes amorosas da nossa história.

VELHICE

Os acasos de uma viagem eleitoral levaram-me a Alcobaça. Nuns minutos roubados à política, visitei uma obra de assistência particular que me encantou e me comoveu: o Asilo, fundado por uma boa e carinhosa alma de mulher, em que vivem, ricos, livres, contentes, risonhos, conhecendo finalmente a abastança e a felicidade, seis velhos e seis velhas pobres.

Todos nós, escritores, temos o dever de espalhar pelo mundo a lição da bondade. Quantas vezes essa lição, acordando a ternura nos corações, vai florir, aqui e além, em obras de assistência e de protecção àqueles que mais precisam dela, — os doentes, os velhos e as crianças! A melhor forma por que nós, homens de letras, podemos exercer a caridade, é precisamente esta: converter-nos, como diria o seráfico S. Boaventura, em estímulos

de amor humano. Vou dizer aos meus leitores o que vi, — e tenho a certeza de que êles hão de enternecer-se também.

*

Uma senhora de Alcobaça, Maria do Carmo Oliveira — é com o maior respeito que escrevo o seu nome tão simples e tão português — tendo ficado viúva e sem herdeiros, lembrou-se de transformar a sua casa num asilo, partilhando com alguns velhinhos pobres o seu pão e o seu lar, e vivendo com êles como uma irmã mais nova, ou antes, como uma segunda mãe daquelas crianças de cabelos brancos. A casa, a par do Mosteiro, alegre, desafogada, saudável, dando para uma vasta quinta de arvores frondosas, restos seculares da antiga cêrca dos frades, prestava-se, como poucas do sítio, para pôr em prática o pensamento da bondosa senhora. Nada se modificou. Para quê, dar a essa residência confortável o aspecto frio e antipático dos asilos oficiais — verdadeiros cárceres da velhice? Ficou a mesma casa-de-jantar para serviço dos doze pobres; o mesmo salão de veludo vermelho, guarnecido de grandes espelhos doirados, para êles receberem as suas visitas; armaram-se no rés-do-chão seis camas

com cobertas azúis para os velhos; no primeiro andar, outras seis camas com cobertas brancas para as velhas; — e, em breve tempo, ouvido o provedor da Misericórdia, doze risonhas decrepitudes, espantadas da sua própria felicidade, tropeçando nos tapêtes, rindo e chorando de alegria, vieram povoar aquela casa abençoada sob o olhar solícito, maternal e carinhoso da instituïdora. Nem regulamentos, nem ordens, nem horários: nenhuma tirania que pudesse dar aos pobres asilados a impressão de que compravam com a liberdade o pão dos seus últimos dias. Tudo aquilo era propriedade dêles; eram êles os donos e senhores; a bemfeitora, que tudo alienara em proveito da pobreza, estava ali apenas para os servir, para os tratar, para os acompanhar, para completar a sua obra admirável de sacrifício e de dedicação, — feliz por ter podido ainda, na vida, ser útil a alguém. Os velhos adoravam-na, chamavam-lhe mãe, contavam-lhe histórias, brincavam com ela, assentavam-se com ela patriarcalmente à mesa, — e se algum dia, no mundo, existiu a verdadeira ventura, foi de-certo ali, naquela *domus quieta,* naquele conventinho dos oitenta anos, entre aqueles seis pares de velhos que não tinham — êles e elas — outra paixão, outra aspiração, outro desejo que não fôsse dormir,

comer bolos e aquecer-se ao sol. Mas Deus depressa chama para si os bons. A ilustre senhora, que tão docemente soubera converter num poema a sua existência, caíu de cama com uma dessas doenças que não perdoam — um carcinoma no ventre — e há precisamente três meses, rodeada dos seus velhos, uma vela acesa nas mãos, um clarão de bemaventurança no olhar, extinguiu-se, suplicando, já num murmúrio apagado:

— Tratem-n'os bem, coitadinhos...

*

Fui encontrar agora o Asilo entregue a outra dedicada mulher, antiga criada-grave da fundadora, que prossegue, com o mesmo amor, na carinhosa obra de ajudar a viver os velhos desvalidos. É uma criatura magra, de quarenta e tantos anos, vestida de preto, com uma doçura de olhar e uma expressão de simpatia que fazem lembrar, vagamente, a nossa actriz Virginia. Na penumbra do corredor, a sua figura escoou-se, negra e silenciosa, guiando-nos. Corremos a casa sem encontrar viv'alma.

— E os velhos, onde estão? — perguntei eu, admirado de os não ver.

— Andam no jardim...

Fomos procurá-los. Nas trazeiras da casa abria-se um pátio cheio de sol, conduzindo, por seis largos degráus de pedra, para um quinteiro fradesco, rumoroso de árvores e de água, digno dos reverendos ócios dos bernardos de Alcobaça. Que há aí, nos modernos jardins inglêses e venezianos, que possa comparar-se à frescura, à alegria, à graça dos nossos jardins conventuais do século XVIII? Como Mantaigne dizia do *Tratado da Velhice,* de Cícero: «*Ils donnent appetit de viellir.*» Parecem feitos para o repouso e para a meditação das idades provectas. Os velhos ficam bem nos seus bancos de pedra, nas suas alamedas doiradas de antiga tapeçaria, nos seus caramanchões sombrios, à beira dos seus tanques de embrechado onde os peixes scintilam e os repuxos cantam. Logo que assomámos ao alto das escadas, a boa senhora que nos conduzia apontou-nos dois vultos sentados na sombra rôxa de um loureiro:

— Lá estão êles...

Era um velho e uma velha. Êle, curvado, risonho, infantil, com um barrete de lã enterrado até às orelhas, uns pequeninos olhos vivos de fauno decrépito, um varapau na mão; ela, mais nova, fisionomia dôce, resignada, triste, o côto de um braço mutilado a

adivinhar-se sob o chaile. Conversavam tão embevecidos, que não deram por nós. Por um momento, pensei na maravilha que seria aquele quadro tratado pelo naturalismo idílico de Malhôa. Mal nos viu, o velhote franziu com benevolência a sua face hirsuta de pelos brancos. Tinha oitenta anos e chamavam-lhe o *Avô;* mas não era o mais velho da casa. Essa honra pertencia a uma irmã dêle, cento e três primaveras, alegre, pequenina, encarquilhada, mumificada, quási cega, que apareceu ao pé de nós, pelo braço de outra asilada mais nova, tacteando, perguntando pelo irmão octogenário:

— Que é do pequeno?

Percorremos o jardim. Sentado num cêsto, um velho alto, esbelto, descarapuçado, pele rosada, cabelo corredio e tão alvo que parecia um solidéu de sêda branca, enfiava uma agulha para coser o seu barrete de lã verde. Outro, no meio da horta, inutilizado por uma bala que lhe varou a espinha, sachava a terra, contente, na ilusão feliz de que podia ainda trabalhar. Um terceiro dormia, como uma criança, ao sol. Passou por nós uma velha cega, grisalha, em êxtase pelo braço de um velhote que a passeava, orgulhoso, tremendo o queixo esbrugado de Polichinelo. A paz luminosa da natureza contribuía para nos en-

volver numa atmosfera de serenidade e de beatitude. Estávamos num verdadeiro Éden da velhice. Faltava apenas o livro de Séneca sôbre um daqueles bancos conventuais, a lembrar-nos que a decrepitude é a «nossa flor», que os oitenta anos são a nossa idade venturosa. Com certeza a morte se esqueceria daqueles velhos felizes,—pensei eu. Mas a senhora que nos guiava chamou-me à realidade das coisas. Ainda na semana passada falecera uma das velhinhas. Depois do jantar, na cozinha, muito alegre, atou um lenço encarnado na cabeça, pôs-se a dansar como no seu tempo de rapariga e, de repente, caíu. Quando a levantaram estava morta.

— E os outros, choraram-na?

— Isso sim! Cobriram-lhe o leito de flores, mas, no dia seguinte, estavam risonhos como se nada fôsse...

Bemaventurada idade, que, para em tudo ser feliz, até Deus lhe deu a insensibilidade do coração!

O TERCEIRO MARIDO

Ontem, na exposição de um môço futurista — que talvez lesse o manifesto de Boccioni e de Carrà, mas que de-certo o não compreendeu — encontrei, vestida de verde, cada vez mais loira, dependurada no braço do primeiro marido, a encantadora Madame *F.*, que eu ainda há poucos meses tinha visto de luto pelo segundo. Confesso que fiquei tão embaraçado como êles; mas a sala era pequena, encontrámo-nos de frente, e não foi possível evitar o cumprimento. Madame *F.* sorriu, estendeu-me as suas longas mãos calçadas de camurça branca e disse-me, com a maior naturalidade do mundo:

— Sabe que nos casámos outra vez?

Tive o gesto fácil de quem acha aquilo uma coisa corrente e natural, e continuei a ver com êles as *pochades* cubistas da exposição, esforçando-me por manter o mesmo tom de

intimidade afectuosa com que cinco anos antes os tratava e visitava, noivos pela primeira vez, na sua bela casa de Santa Catarina. Mas a verdade é que eu estava constrangido ao pé dêles, e que êles não se sentiam à vontade diante de mim. O visível mal-estar de nós três representava, afinal, a condenação tácita de uma situação que, se legalmente era perfeita (nós temos, infelizmente, o divórcio na lei portuguesa), não podia deixar, sob o ponto de vista moral, de ser considerada irregular. Aquele marido — ponhamos de parte o aspecto jurídico da questão — tornando a aceitar a mulher depois de ela ter vivido num concubinato mais ou menos legalizado com outro homem, concubinato que só pela morte dêsse homem cessara, manifestava um espírito de complacência incompatível com os mais elementares escrúpulos de natureza moral. Pelo seu lado, Madame *F.* podia ter casado em terceiras núpcias com tôda a gente, visto que a lei lhe permite essa vagabundagem de coração e do resto; mas nunca com o primeiro marido, que ela devia, desde o dia em que se entregou a outro homem, e por motivos de delicadeza que as mulheres compreendem, considerar para todos os efeitos morto. Aquelas duas criaturas já não se podiam amar, — porque já não podiam respei-

tar-se. Cada um dêles estava moralmente diminuïdo aos olhos do outro. A sua reaproximação podia ter sido determinada por qualquer consideração de interêsse material; talvez mesmo pela fôrça de inconfessáveis hábitos sensuais: mas nunca na esperança de criar um lar feliz. Eram dois falhados do amor que pretendiam — se é que pretendiam! — aquecer-se nas cinzas de uma fogueira há muito tempo extinta. Quando nos despedíamos, já em pleno Chiado, banhados da luz doirada das cinco horas, Madame *F.* disse-me, em quanto o terceiro e primeiro marido acendia um cigarro:

— Sabe porque eu tornei a casar?

— Para se divorciar outra vez?

— Não. Porque reconheci que o divórcio é uma lei contra a natureza.

— ?

— Não há nenhuma mulher que esqueça o primeiro homem que a possuíu...

*

Ah, sim! A frase de Madame *F.*, eu conheço-a. Escrevi-a num dos meus livros; talvez outros antes de mim a tivessem escrito; outros, de-certo, depois de mim a escreverão. A mulher nunca poderá esquecer o primeiro

homem que a possuíu; nunca poderá apagar da sua memória a imagem daquele em cujos braços, pela primeira vez, se sentiu verdadeiramente mulher. Para o amar ou para o odiar; mas lembrá-lo há sempre, com perturbação, com emoção. Essa primeira posse é, na existência feminina, o acontecimento capital. O cúmplice dessa obra, o autor dessa iniciação, quem quer que êle seja, é inolvidável. Por isso eu não compreendo o divórcio; por isso o divórcio repugna à sensibilidade delicada da mulher. A lei civil nunca poderá apagar o que é indelével; a lei religiosa nunca poderá anular — anular! — aquilo que moral, e até materialmente, é irreparável. Numa das peças mais discutidas de Abel Hermant, *L'empreinte,* o marido, dizendo à mulher — «*J'ai laissé sur vous ma signature!*» — afirma, duma forma embora grosseira, uma verdade eterna. O primeiro marido, que não é, afinal, senão o primeiro amante, marca a mulher; e essa marca nunca mais se apaga do seu corpo e da sua alma. Eu admito por isso, por essa forte razão moral, e até por essa forte razão fisiológica, que uma mulher divorciada volte a casar com o marido. Mas com uma condição, que importa essencialmente à dignidade de ambos: que ela não tenha passado pelos braços de outro homem. O primeiro marido

poderá ainda ser o segundo; mas nunca poderá, dignamente, ser o terceiro. Nós outros, homens, compreendemos e praticamos o amor nómada, se é que a isso se pode chamar amor; mas não o compreendemos nem o admitimos na mulher, porque êle significa qualquer cousa de semelhante à profanação de um mistério sagrado. O primeiro lar pode reconstituir-se; é natural, é humano, é belo que se reconstitua; mas quando a mulher não venha maculada de outro lar, quando não seja preciso, para remediar uma monstruosidade — o divórcio, sancionar outra monstruosidade maior ainda — o adultério. Ora é êste precisamente o caso de Madame *F.* Depois de ter enviuvado do seu segundo tálamo, eu admitia que Madame *F.* casasse pela terceira vez com outro homem qualquer, fôsse quem fôsse, porque desde que uma mulher entra, mais ou menos legalmente, no caminho da prodigalidade, tanto faz que ela tenha três maridos, como trinta. Para êsse terceiro marido adventício seria apenas uma mulher em terceira mão; para o primeiro marido, porém, Madame *F.* não era uma mulher qualquer; era a espôsa que já fôra sua e que passara por outros braços; era a mulher que dera a outro as mesmas carícias e as mesmas intimidades que lhe dera a êle; era, *tout court,* — uma adúltera

legal. A sua sensibilidade, a sua delicadeza, o seu próprio pudor deviam ter-lhe dito que poderia casar em terceiras núpcias com tôda a gente — tôda! — menos com o homem que enganara, que atraiçoara, embora a coberto de uma lei odiosa. Não; Madame *F.* não amava nem respeitava o primeiro marido. Se o amasse, não casava pela segunda vez com outro; se o respeitasse, não casava pela terceira vez com êle. É certo que a mulher nunca esquece o primeiro homem que a possuíu, porque êle está indissolúvelmente ligado ao facto capital da sua existência; mas isso não quer dizer que o ame tôda a vida, ou, sequer, que o respeite. A *empreinte,* para me servir da palavra de Abel Hermant, significa a permanência da recordação, mas não assegura a perpetuïdade do amor, que pode — ai de nós! — nunca ter existido. Ah! se tôdas as mulheres ficassem amando com paixão o primeiro homem, o iniciador, o revelador, aquele que verdadeiramente as tornou mulheres, — em que maravilhoso mundo nós viveríamos, e que admirável instituïção seria, afinal, o casamento! O que determinou a terceira aventura matrimonial de Madame *F.* não foi, de modo algum, uma razão de sentimento; seria, quando muito, uma razão de temperamento, — se não foi, simplesmente, um motivo de conveniência.

— Casou três vezes — dizia-me à noite, ao jantar, o Conde de ***, que a conhece — e só fêz um dos maridos verdadeiramente feliz.

— Qual dêles?

— O segundo, — porque morreu.

A CAVEIRA DE UMA RAINHA GALANTE

Nos primeiros dias de janeiro de 1912, no edifício do antigo convento das Francezinhas, condenado à demolição, foram abertos, com a assistência de várias pessoas, os caixões de duas princesas ali depositadas havia mais de dois séculos: a rainha Luísa Maria Francisca Isabel de Sabóia, princesa de Nemours e de Aumale, verdadeira figura de romance, sucessivamente mulher de dois irmãos, o paralítico Afonso VI e o trigueiro e viril Pedro II; e a filha dêste último casamento, D. Isabel Francisca, que morreu virgem. O primeiro dos cadáveres, aquele que especialmente nos interessa — o da Rainha — estava reduzido ao esqueleto, com raros tecidos mumificados aderentes ao crânio e aos ilíacos; tinha sido recoberto de cal, de-certo no acto da inumação, e apresentava os ossos das pernas envolvidos em três ou quatro voltas de arame

de prata, talvez proveniente da armação da saia de verdugadins com que fôra amortalhada. O pintor Luciano Freire, que assistiu à abertura do ataúde, conserva um fragmento do brocado rôxo que vestia o corpo, e que, mercê do grande número de pregas do donaire, escapou à acção da cal e dos líquidos cadavéricos. O malogrado Dr. Costa Ferreira, que estava também presente afim de proceder a um sumário exame antropológico, descreve assim a caveira dessa que foi uma das grandes amorosas da nossa história: «É uma caveira monstruosa, anormal, notavelmente assimétrica, braquicéfala, com tendência para a trigonocefalia, natiforme, com proeminência muito notável da bossa parietal esquerda, embora um pouco exagerada por alguns tecidos que a cobrem, plagiocefalia direita manifesta, e notavel plagioprosópia. E' um belo exemplo de degenerescência em que figura um notável estigma heredo-sifilítico: o crânio natiforme». Quando li estas palavras, uma questão se apresentou imediatamente ao meu espírito: mas então, essa mulher galante da côrte de Luís XIV, a quem o bispo de Lans aludia em termos tais que o nosso embaixador marquês de Sande os não poude referir por desrespeitosos *(Quadro Elementar,* XVIII, 23); essa mulher fatal que acabou

de escangalhar a cabeça ao pobre idiota de Afonso VI e que acordou a mais desvairada das paixões no coração e nos sentidos do cunhado; essa mulher adorada — era uma mulher feia?

A resposta a esta pergunta só podiam dar-m'a os depoimentos dos contemporâneos e a iconografia subsistente. Quanto aos primeiros, não conheço nenhum documento do tempo em que se afirme que M.elle de Nemours era bela. Alguns referem-se aos mais singulares detalhes, como o da facilidade com que a Rainha mostrava as pernas nas ruas de Lisboa (Laporte, *Voyageur de l'Europe,* II, 223); outros dizem-nos que a varíola que ela teve aos vinte e seis anos foi discreta e não deixou sinais na cara *(Monstruosidades,* 189); nenhum, porém, alude à sua formosura, embora nela devessem concorrer predicados físicos superiores aos da irmã, M.elle d'Aumale, que Luís XIV teimava em mandar-nos de presente, e que o nosso embaixador recusava com uma polidez exemplar. A prova incontestável deviam-n'o-la fornecer os retratos. Mas onde estavam êles? Durante muito tempo, supoz-se que a figura de mulher coroada pintada no painel posterior do côche que M.elle de Nemours trouxe para Portugal (hoje uma das mais ricas pe-

ças do Museu dos Côches Reais) era um retrato da Rainha; e, nessa suposição, Benevides reproduziu-o imprimindo-lhe todo o carácter de autenticidade. A verdade, porém, é que M.elle de Nemours era loira e tinha vinte anos quando se casou; e a pintura do côche — prenda de casamento que lhe ofereceu Luís XIV — representa uma mulher de quarenta anos, trigueira, de cabelos pretos. Não se trata, portanto, de um retrato de princesa; trata-se duma simples figura alegórica da magestade real. Não possuiríamos hoje nenhuma reprodução da fisionomia de M.elle de Nemours, se a erudita curiosidade de Luciano Freire não tivesse descoberto, pouco antes da demolição do convento das Francezinhas, em parte exposto à chuva numa capela antiga que servia de palheiro, um retábulo em que se encontra representada a figura ajoelhada e orante da Rainha fundadora. Maria Francisca Isabel de Sabóia, sôbre cuja cabeça um anjo suspende uma corôa de rosas, aparece-nos nesse retrato — obra da pintora coetânea Josefa de Ayala, e, por conseguinte, talvez pintado do natural — senão a formosura a que vagamente alude o Padre de Orleans *(Vie de Marie de Savoie,* 6), ao menos como uma beleza vulgar, ou, melhor dizendo, regular, normal, sem as arritmias

morfológicas e os estigmas de degenerescência correspondentes à descrição que do seu crânio fez o perito antropologista. Dir-se há que a maior parte das malformações cranianas apontadas pelo Dr. Costa Ferreira não podem manifestar-se no retrato da Rainha, porque o penteado as dissimula sob as suas crenchas encanudadas à M.me de Sévigré e o seu enorme *fontange* encarnado. Mas também os retratos de muitas princesas da estirpe de Habsburgo, plagiocéfalas e plagioprósopas (basta folhear o livro de Von Galippe) teem sôbre a cabeça formidáveis edifícios de cabelo, e nem por isso êsses estigmas são menos evidentes na assimetria da face e do frontal, — perfeitos e regulares na efígie de Maria Francisca de Sabóia.

Como conciliar, pois, no caso que nos interessa, as conclusões do médico com a versão do pintor? Como pôr de acôrdo o crânio com o retrato? Não sei. Não há dúvida de que a caveira é da Rainha; não se pode duvidar também de que é dela o retrato pintado por Josefa de Obidos. O crânio, monstruoso e natiforme, não o vi; mas acabo de vêr a pintura: e essa pintura representa uma mulher bela, fisionomia mais inteligente do que fina, lábio inferior grosso e sensual, testa perfeita e olímpica, e apenas, a perturbar-lhe

a euritmia da face, êsse ligeiro exoftalm
— os olhos à flôr da cara — que se encontr
com tanta freqüência na iconografia das es
tirpes aristocráticas. Se Maria Francisca Isa
bel de Sabóia era realmente assim, com
Josefa de Ayala a viu e a retratou no retá
bulo das Francezinhas, temos de confessa
que essa grande amorosa — uma das mulhe
res fatais do século XVII — possuía qualidade
físicas suficientes para justificar as paixõe
que inspirou.

COMO SE FAZ UM SONETO?

Minha senhora: — Há perto de um mês, à hora do chá, V. Ex.ª, depois de dizer-me de cór um soneto de Sully Prudhomme, *Le Vase Brisé* — que é, realmente, uma maravilha — manifestou a sua estranheza por não haver em país algum, nem mesmo na jovem América do Norte, muito sua conhecida, uma escola, um curso em que se ensinasse a arte de fazer versos, tão interessante e tão difícil como a de pintar ou de tocar harpa. E, inclinando para mim a sua bela cabeça loira, que tanto sugere, na graça enérgica e quási masculina, a infância de Apolo, perguntou-me — recorda-se? — com a maior simplicidade do mundo:

— Porque não me ensina a fazer sonetos como êste?

Respondi-lhe, naturalmente, que não se ensina ninguém a ter talento. Mas não deixei

de reconhecer que a V. Ex.ª assistia até certo ponto razão, e que, se na poesia há uma parte espiritual, transcendente — divina, se quiser — insusceptível de transmitir-se ou de apreender-se, há outra que é mero ofício, que é puramente mecânica e material, de que não prescinde nem mesmo a arte mais pessoal e mais livre, e que por conseguinte se pode ensinar, como todo e qualquer sistema de processos técnicos capitalizados pela tradição. A alma dos versos não se transmite, é evidente; mas o seu corpo — a versificação — aprende-se sem esfôrço; e, se é certo que o instinto é a melhor das poéticas e que os verdadeiros poetas nascem ensinados, não é menos certo que tôdas as versificações, mesmo as revolucionárias (veja as *Notes sur la téchnique poétique,* de Duhamel e Vildrac) obedecem a um conjunto de regras, que a experiência, além dessas regras, acumulou muitos conselhos úteis, e que não há inconveniente nenhum em conhecê-los bem. Como V. Ex.ª quis ter, ainda ontem, a gentileza de insistir comigo pelo telefone, e como está provado que eu não lhe sei resistir, aqui me tem, minha senhora, inteiramente decidido a enviar-lhe, nas poucas páginas desta carta, um pequeno tratado sôbre a técnica do soneto clássico. Lembra-se da encantadora gra-

mática — *Eugénie, ou le grec sans larmes* — que Reinach escreveu para ensinar o grego a senhoras? Assim eu pudesse, com a mesma leveza e a mesma graça, ensinar-lhe a si a arte de fazer sonetos, — que Rosemonde Gérard tão femininamente comparou à arte de enfiar pérolas...

*

O soneto, minha senhora, é um pequeno poema de catorze versos, pôsto em moda pelo néo-platonismo florentino como a forma mais própria para o desenvolvimento dos pequenos motivos sentimentais. Criação da alma italiana dos séculos XIII e XIV, êle foi, e é ainda ao fim de setecentos anos, a mais pura e a mais nobre expressão do lirismo amoroso. Quem primeiro o usou? Guido de Arezzo? Não sei. O que é certo é que a pequena composição passou por várias formas, mais ou menos hesitantes, até cristalizar no tipo petrarquiano (catorze versos distribuídos por dois quartetos e dois tercetos), que se tem mantido até hoje. Entre essas formas de transição houve uma, de vinte e quatro versos, muito usada pelos sonetistas primitivos, Girolamo Terramagnino, Pucciandone Martello, Lapo Salterello, Massarello da Todi, Guido Guinizelli, e pelo poeta

imortal da *Divina Comédia:* era o soneto denominado *rinterzato* nas poéticas de Redi e de Antonio da Tempo, duas estrofes de doze versos cada uma, em metros combinados de seis e de dez sílabas, numa disposição de rimas graciosa mas muito mais difícil do que a do soneto clássico. Não lhe aconselho, minha senhora, a prática desta forma arcaica, que apenas interessa à história da evolução do soneto; mas não resisto à tentação de lhe dizer a primeira estrofe dum *rinterzato* de Dante:

Quando il consiglio degli angei si tenne
Di nicistá convenne,
Che ciascun comparisse a tal novella,
E la cornacchia maliziosa, e fella
Penso mutar gonella
E da molti altri angei acattó penne,
Et adornassi, e nel consiglio venne:
Ma poco si sostenne.
Perche pareva sopra gli altri bella,
Alcun domandó l'altro: chi é quella?
Sicché finalment'ella
Fu conosciuta. Or odi, che n'avenne.

Como vê, tem todo o carácter de uma canção ligeira, faltando-lhe em nobreza o que lhe sobra em melodia. Nós outros, portugueses, não o usámos; mas usámos e abusámos da forma petrarquiana definitiva, trabalhando-a,

em plena Renascença, no oiro puro da língua, pelas mãos maravilhosas de António Ferreira, de Sá de Miranda, de Bernardes, de Camões, e elevando-a à mais alta transcendência, no fim do século XIX, como forma de expressão do génio profundo de Antero.

Como se faz um soneto?

Em geral, os poetas ingénuos, confiando nos acasos da inspiração e da rima, começam a escrever os seus versos antes de os ter pensado. Nas composições sôltas não tem isso maior importância; no soneto, porém, pequeno poema de dimensões restritas e de tipo imutável, é preciso aproveitar bem os catorze versos de que se dispõe, dizendo *tudo* o que tem de se dizer, mas *só* o que é indispensável dizer-se. Portanto, minha senhora, V. Ex.ª tem de pensar bem o seu soneto antes de principiar a escrevê-lo. São impossíveis as divagações e a multiplicidade de motivos dentro do soneto clássico. Temos de limitar-nos a *uma só* idea, a *um só* motivo, — a *um só* conceito. O grave Filipe Nunes, que escreveu no princípio do século XVII a sua *Arte Poética* (1615) ensinando ao mesmo tempo a fazer versos e a pintar — o primeiro mestre português que se ocupou, embora sumáriamente, da técnica do soneto — considera indispensável a unidade do conceito e dá alguns

conselhos úteis àcêrca da forma de o desenvolver nos dois quartetos e nos dois tercetos petrarquianos. Oiça-o, minha senhora: «A ordem de fazer sonetos, he que hum soneto não ha de ter mais que hum conceito, e em cada quatro versos dos primeiros se ha de concluyr sentido perfeito; e dos seys derradeiros, a cada tres se ha de fazer tambem clausula. Nestes seys versos ha de estar a substancia do soneto. Os oyto dantes hão de vir dispondo a cama a estes derradeiros.» Podia talvez dizer-se isto mesmo com mais elegância; mas com mais clareza talvez não. Bem pensado o soneto, distribuída a idea em proporções harmónicas pelas quatro pequenas estrofes, «*de tal manera* (diz pitorescamente mestre Rengifo na sua *Arte Poetica Española*) *que no sobre ni falte nada*», «tão reduzidos os pés com a cabeça que seja tudo a mesma coisa», acrescenta na sua *Luz da Poesia*, impressa em 1724, o mestre português Borralho, que judiciosamente compara a pequena composição italiana a um silogismo (primeiro quarteto a *maior*, segundo a *menor*, tercetos a *conclusão*), — chegou então o momento de fazer o último verso do soneto, que deve, em rigor, ser o primeiro a pensar-se e a escrever-se. Com efeito, minha senhora, os sonetos valem o que valer o seu último verso, e são

bons ou máus conforme êsse verso fôr, desde o início da composição, bem ou mal preparado. Tudo depende dêle. É a «chave de oiro» a que alude o mesmo velho mestre setecentista, Manoel da Fonseca Borralho, numa frase que teve boa fortuna: «ha de o soneto abrir-se com chave de prata e fechar-se com chave de oiro». Não basta que êsse verso seja técnicamente perfeito; êle deve ser o *mot de la fin,* a síntese, o «achado», a conclusão ao mesmo tempo fácil e brilhante, lógica e imprevista, inspirada e exacta do pensamento que se desenvolveu. O soneto célebre de Arvers deve a sua celebridade ao último verso. O soneto de Camões, *Sete anos de pastor,* pode considerar-se o tipo das composições do género em língua portuguesa, não apenas pela beleza do fecho, mas pelo equilíbrio e pela distribuïção perfeita da matéria.

Temos, portanto, como espinha dorsal do soneto, um conceito único, sólidamente pensado, mentalmente distribuído por dois quartetos e dois tercetos, e conduzindo a um último verso — que já se encontrou. Trata-se agora de escolher as rimas. Vejamos, primeiro, como é que o soneto deve rimar; e, depois, quais os conselhos que convém observar para que as rimas sejam bem escolhidas. Tenho aqui, minha senhora, diante de mim,

o velho livro de Giovanni Crescimbeni, *L'istoria della volgar poesia*, onde o autor, que viveu no século XVII, reproduz os sonetos célebres dos primitivos mestres da poesia italiana, Guido de Arezzo, Dante, Guido Cavalcanti, Cino da Pistoia, Petrarcha, Buonacorso Montemagno, Cino Rinuccini, Franco Sacchetti, Lorenzo de Medici, — quer dizer, dos patriarcas do soneto florentino. É fácil ver que nem todos dispõem as rimas da mesma maneira; que há diferenças sensíveis, sobretudo nos tercetos; mas duas regras se manteem, com um perfeito carácter de permanência: as rimas dos dois quartetos são sempre as mesmas; as rimas dos dois tercetos são sempre diferentes das dos quartetos. Em geral, nos quartetos do soneto italiano primitivo rimam o 1.º com o 4.º verso, e o 2.º com o 3.º; os tercetos obedecem, com mais freqüência, ao tipo encadeado da *Divina Comédia,* rimando o 1.º verso com o 3.º e 5.º, e o 2.º verso com o 4.º e 6.º. É hoje ainda, seis a sete séculos passados, o tipo do soneto puro, perfeito, clássico, — e aquele que, entre todos, eu lhe recomendo, minha senhora. Os velhos poetas toscanos adoptaram também algumas vezes (sobretudo Petrarcha) a rima alternada, ou «terceada», como disseram depois os mestres da poética castelhana e portuguesa (Nunes, Rengifo, Luzan,

Borralho), rimando, tanto no primeiro como no segundo quarteto, o 1.º com o 3.º verso e o 2.º com o 4.º, de maneira a nunca se sucederem dois versos com a mesma rima; e, quanto aos tercetos, contei nove formas de os rimar, as mesmas nove a que se refere Rengifo, entre as quais duas muito usadas mais tarde por Camões: 1.º com 4.º, 2.º com 5.º e 3.º com 6.º; 1.º com 2.º, 4.º com 5.º e 3.º com 6.º. Mas, minha senhora, nenhuma destas formas vale, como nobreza e como ritmo, a primeira que lhe recomendei. Os outros tipos de sonetos citados nas velhas poéticas, o soneto «contínuo», em que os tercetos teem as mesmas rimas dos quartetos; o soneto com estrambote; o «retrógrado», que se pode ler de diante para trás, ou de trás para diante; o «encadeado», em que cada verso começa pela rima do anterior (processo de que um medíocre poeta francês, Laurent Evrard, nas *Flabes et Chansons,* quis arrogar-se a paternidade, sem se lembrar de que o próprio Morot o usara — *Mercure de France,* IV, 1900) — não passam de exquisitices do academismo seiscentista, de gôsto muito duvidoso. A maior dificuldade do soneto está nas rimas iguais dos quartetos. É preciso que essas rimas sejam muito bem combinadas, muito bem escolhidas dentro das possibilidades da expressão verbal do

conceito, para que não se sinta o esfôrço do poeta e os versos corram límpidos, naturais, fluentes, sem transposições, sem divagações, cingindo sempre de perto a linha vertebral do assunto. É em geral no segundo quarteto que os poetas inexperientes fraquejam, porque não se lembram, ao rimar o primeiro, que teem de procurar rimas iguais para o segundo; e, uma vez colocados perante as dificuldades, resolvem-nas como podem, tacteando, perdendo terreno, lançando mão das rimas forçadas, afastando-se da idea directriz. O segundo quarteto é a pedra de toque dos sonetistas; convém pensar sempre nêle, ao escrever o primeiro. Mais dois conselhos me permito dar-lhe, minha senhora: use sempre no soneto rimas graves; raras vezes agudas; nunca esdrúxulas; e, ao escolhê-las, varie sempre as vogais tónicas, porque o soneto tem, mais do que qualquer outra composição, exigências musicais, e ao ouvido desagrada — porque é sempre uma expressão de pobreza melódica — a insistência das rimas batidas na mesma vogal.

Aqui tem V. Ex.ª o pouco que, nas breves páginas de uma carta, posso dizer-lhe dessa pequena jóia que é o soneto. Há nêle qualquer coisa de feminino — que o torna tão predilecto das mulheres. Como os bons cama-

feus romanos, precisa de ser cinzelado lenta e pacientemente. O génio — sabe quem o disse? — não é senão uma longa paciência; e poucas composições precisam tanto dela como êste pequeno poema que pretende fechar o pensamento dentro de catorze versos, — quer dizer, o infinito dentro de uma fôlha de rosa. Aguardando a remessa do seu primeiro soneto, que será, minha senhora, o nosso primeiro filho espiritual, beijo-lhe respeitosamente as mãos.

SANTA NITOUCHE

Estávamos na *Garrett*, junto à janela, tomando chá. O meu amigo Dr. ***, fatigado dos nevoeiros de Londres, onde ocupara um pôsto diplomático, olhava a larga rua inundada de sol. Dois portugueses que conversam, — quando não falam de política, falam com certeza de mulheres. Entretivemo-nos a olhar e a comentar a elegância lisboeta das cinco horas, que passava diante de nós embrulhada nas primeiras peliças e rosada dos primeiros frios. A certa altura, o meu amigo, indicando-me um vulto fugitivo de mulher cuja cabeleira fulva chamejava, perguntou-me vivamente:

— Conheces?

Não conhecia. Hoje, em Lisboa, não se conhece ninguém. Não há fisionomias — como não há caracteres. Dois automóveis passaram, numa fanfarra de buzinas. A fachada borro-

minesca do Loreto esplendia, povoada de imagens, como um enorme relicário de prata. O Dr. *** acendeu o cigarro, seguiu com o olhar a mulher loira até que ela se perdeu na multidão, e disse-me, bebendo o último gole de chá:

— A mãe daquela criatura dava um romance. Assisti à morte dela.

Emquanto um *jazz-band* atroava a sala, eu ouvi, contada pelo meu amigo, a curiosa história de M.me Barreiros-Monaghan. Não sei se conhecem alguns dêsses tipos de mulher, raros na sociedade de hoje, que envelheceram no culto austero da virtude, e cujos cabelos brancos, aparentemente cheios de doçura, não teem para os pecados e para os desfalecimentos do seu sexo a menor sombra de indulgência e de caridade. M.me Barreiros era assim, — dura, intransigente, inexorável. Viúva aos trinta anos, educadora primorosa de sua única filha, — o exemplo de uma vida sem mancha dava-lhe tôda a autoridade moral para ser severa no julgamento das fraquezas alheias. Ao contrário de tôdas as mulheres que pregam moral aos outros, e que — já o notou Wilde — são invariàvelmente feias, esta mulher superior tinha sido uma das mais perturbadoras belezas do seu tempo, e era ainda quando

morreu, perto dos setenta anos, uma ruína admirável. Também a não podíamos considerar uma daquelas naturezas áridas e insensíveis, que desconhecem os grandes afectos e que não são capazes de gostar senão de si próprias: M.me Barreiros-Monaghan casara por amor e amara o marido — um irlandês ruivo de Wexford, grande amador de *cockatails* — com a paixão veemente dos vinte anos. Pois apesar de não ser insensível, de ter enviuvado cedo, e de todos a acharem uma formosura, nunca, a respeito dessa criatura imaculada, se tinha levantado uma suspeita sequer que de leve pudesse atingir a sua reputação. A virtude, nela, dava a tôda a gente a impressão da coisa mais fácil e mais natural dêste mundo, — com tanta simplicidade ela mantinha, sem rigidez e sem ostentação, a perfeição da sua linha moral. Mas, exactamente porque não podia compreender que uma mulher delinqüisse, M.me Barreiros era implacável para tôdas as fragilidades e para tôdas as fraquezas femininas. No lar em que criava e educava a filha, nunca admitiu uma senhora de procedimento duvidoso, ou sequer discutível, fôsse qual fôsse a sua categoria e a sua situação na sociedade. Apenas freqüentavam aquela casa, onde era difícil ser-se recebido, alguns ve-

lhos conselheiros, jogadores de *bridge,* duas ou três senhoras septuagenárias, que bordavam ao serão, o Dr. ***, tornado particularmente respeitável pelo sacerdócio da medicina, apesar dos seus bigodes pintados e da sua vida de solteirão impenitente, e o noivo da filha de M.me Barreiros, homemzinho apagado, religioso, artrítico, cumprimentador, calvo aos trinta anos, diplomata na disponibilidade, que, depois de casado, passou a viver em casa da sogra e a adorar, como tôda aquela côrte *faisandée,* a virtude olímpica e indiscutível da viúva de Mr. Peter Monaghan.

Durante longos anos, nada perturbou a paz daquela morada patriarcal, onde os passos se amorteciam em pesadas alcatifas e onde tudo parecia viver em silêncio. Um dia, porém, M.me Barreiros, há tempo apreensiva àcêrca do estado da sua saúde, disse ao genro e à filha que se sentia pior, e que precisava, antes de morrer, de pôr em ordem alguns documentos pertencentes à família. Mandou abrir, na cave, um forte baú de couro pintado e pregado, tirou de lá vários maços de papéis, levou-os para o quarto-de-dormir, rasgou uns e guardou outros num contador italiano que tinha aos pés da cama e cujas gavetas apareceram, no dia seguinte,

fechadas a sete chaves. Daí por diante, M.me Barreiros encerrava-se freqüentes vezes no quarto, e saía de lá, ao fim de longas horas, com os olhos vermelhos de chorar. Ninguém se atrevia, evidentemente, a fazer-lhe a sombra de uma pergunta. Ás vezes demorava-se, a ponto de assustar todos em casa; a *bagpipe* chamava para o jantar, segundo o costume inglês, e ela umas vezes descia, outras mandava dizer que não ia à mesa. Uma tarde, a *bagpipe* tocou — e M.me Barreiros não desceu nem preveniu. Esperou-se meia hora. Uma criada foi bater-lhe à porta do quarto e não teve resposta. Alarmada, a filha subiu, chamou pela mãe, pareceu-lhe ouvir gemer, quis abrir a porta: encontrou-a fechada por dentro. O marido e o criado-de-mesa, correndo aos gritos de Maria Adelaide, fizeram saltar a fechadura. Quando entraram no quarto, M.me Barreiros estava caída no chão, sem sentidos, duas gavetas do contador abertas, e, dispersas pelo tapete, as cartas de um maço que se desatara (cartas de amor, apaixonadas) e alguns retratos de homem — que não se pareciam nada com Mr. Peter Monaghan. O Dr. ***, chamado à pressa, encontrou a doente em coma. Tinha sido um ictus apoplético, com forte derrame ventricular. Três horas depois,

a austera M.me Barreiros — tão frágil, afinal, como todo o seu sexo — entregava a Deus uma alma que (Deus lhe perdoe) não tinha pertencido apenas ao marido.

Principiava a declinar a tarde. Sôbre as mesas da *Garrett* acendiam-se já, como pequenas labaredas, os *abatjours* multicôres. O quinteto atacou as *Seguidillas gitanas*, de Arbós. E o meu amigo Dr. ***, que me contava esta história, concluíu, seguindo o fumo azul do cigarro:

— O que te afirmo, meu caro, é que, desde então, nunca mais acreditei em mulheres.

A CAMAREIRA-MÓR

Ao folhear um interessante códice inédito das colecções do Estado, os acasos da leitura revelaram-me uma grande figura de mulher — portuguesa nobre do século XV — de cuja existência eu nem sequer suspeitava, e que me impressionou pela sua coragem moral e pela dignidade de que soube revestir a sua dor de viúva e o seu amor de mãe. Trata-se de D. Brites de Vilhena, rica-dona, camareira maior da raínha D. Isabel, mulher de Afonso V, e, ao que parece, uma das senhoras mais inteligentes e mais espirituosas do seu tempo. O manuscrito a que aludo (códice n.º 666 da Biblioteca Nacional) refere vários ditos que lhe são atribuídos. Um dia, queixando-se uma das donzelas da raínha de que lhe «doíam as pernas e a barriga» (palavras textuais), D. Brites repreendeu-a em termos que reflectem o pudor da época

— êsse delicado pudor de que foi símbolo o pilriteiro de oiro de Filipa de Lencastre: — «As mulheres virtuosas não têm senão estômago e pés.» Noutra ocasião, como a visitasse certo cónego azul de S. João Evangelista e lhe falasse em segrêdo na sua câmara, ela despediu-o, voltando-lhe as costas: — «Nunca falei baixo a ninguém, senão a Deus, e nunca estive sòzinha em casa com nenhum homem, a não ser com meu marido.» Mas o que tornou D. Brites de Vilhena uma figura de excepcional relêvo no seu tempo, o que a impôs ao respeito dos seus próprios inimigos, e ainda hoje me permite apontá-la como um exemplo admirável, não foram nem os seus ditos, mais ou menos felizes, nem os escrúpulos e os melindres da sua virtude de matrona: o que a fêz grande, o que a elevou à altura de uma verdadeira personagem de tragédia, foi a sua atitude perante a desgraça que enlutou a côrte nos primeiros anos da realeza de Afonso V e que a atingiu a ela mesma no mais íntimo do seu coração.

O caso conta-se em poucas palavras. Como se sabe, as dissensões políticas entre o infante D. Pedro, figura de superior elegância mental, decerto o nosso primeiro estadista da Renascença, e o môço e bravo

Afonso V, tiveram o seu epílogo na batalha de Alfarrobeira. Emquanto o pleito se dirimia pelas armas nas margens daquele rio tranqüilo, bordado de salgueirais, — longe dali, no paço real de Santarém, dois corações de mulher palpitavam de ansiedade: a jovem raínha, filha do infante D. Pedro, crucificada entre duas angústias, seguindo com horror a luta entre o espôso e o pai, e a camareira-mór D. Brites de Vilhena, cujo marido e cujos dois filhos, por lealdade cavalheiresca, tinham tomado o partido do infante e se batiam ao seu lado contra o rei. Estavam ambas na guarda-roupa, lavrando junto de uma ucha de Flandres, quando chegaram as notícias da batalha. A raínha, ao saber que o pai fôra morto, rompeu em soluços. A camareira-mór, informada da morte do marido e de um dos filhos, da fuga do outro para Castela e do confisco de todos os seus bens para a coroa, ficou immóvel, mortalmente pálida, mas não soltou um queixume, não derramou uma lágrima; e quando, dali a pouco, a pobre raínha, lavada em pranto, pediu que lhe cortassem os cabelos e a vestissem de luto, D. Brites voltou-se para ela, com perfeita serenidade, e numa voz firme, onde mal se adivinhava a dor que lhe ia na alma, disse-lhe brandamente:

— Não, senhora. Não é de roupas de dó que vos deveis vestir hoje, mas sim de gala, porque antes de serdes filha sois raínha e, se vosso padre é morto, vosso marido é vivo para bem dêste reino!

— E vós, dona Brites? — gemeu a tímida princesa, olhando a figura dolorosa, mas serena, da camareira maior.

— Se é dia de festa para vossa Alteza, é para mim também.

Quando, dias depois, Afonso V chamou a raínha a Lisboa para a receber com demonstrações de júbilo, querendo significar-lhe assim que os tristes acontecimentos de Alfarrobeira em nada tinham diminuído o seu afecto por ela, viu, com surprêsa, que em vez dos panos de luto usados no tempo (da almáfega, do burel branco, do rais branco, da branca frisa áspera que atribuíam à dôr, mais do que o luto negro usado a partir de D. Manoel, uma expressão de austera pureza) a raínha se revestia de uma opa roçagante de brocado carmesim flordelizada de oiro, e que na sua cabeça, macerada pelo sofrimento, um pequeno garavim de pérolas resplandecia. Mas o espanto do rei foi maior ainda quando noutras andas surgiu, desfigurada, pálida como a morte, mas vestida de gala também, a camareira-mór

dona Brites de Vilhena, que acabara de perder o marido e um dos filhos. Nem um véu de viúva; nem um pano de dó; apenas telas de prata e jóias, como se viesse para uma festa. Perante essas duas imagens de sacrifício, perante êsses dois espectros dolorosos que se vestiam de esplendor em holocausto à pátria, todo o povo ajoelhou, tôdas as cabeças se descobriram, e os próprios inimigos da raínha, que trabalhavam para que o jovem monarca a repudiasse, olharam-na com simpatia e com respeito. Estava feita a paz. Dona Brites, em quem logo tôda a gente reconheceu a boa conselheira da pobre princesa, confirmada no cargo de camareira-mór, cercada de tôdas as considerações pelo rei, dissimulou a sua dor, devorou o fel da sua agonia, e continuou a viver como vivera até à morte do marido e do filho, sem vestir luto, sem soltar um gemido, sem chorar uma lágrima. Um dia, Afonso V, que a visitava e a ouvia sôbre os negócios do Estado, tão grande era a discreção da nobre dama, falou-lhe piedosamente dos seus mortos e disse-lhe que podia vestir sem receio o dó de viúva. Ela olhou-o e, absorvida num pensamento distante, respondeu:

— Não é tempo ainda, meu senhor.

Passaram-se meses. Uma idea fixa, uma preocupação constante parecia dominar o espírito de dona Brites de Vilhena. Ás tardes, quando se assentava a bordar no estrado das donzelas, a cabeça descaía-lhe sôbre o peito, como se estivesse dormindo; mas os olhos conservavam-se abertos e vagos. Não era para o marido que perdera; nem mesmo era para o filho morto que ia agora o seu pensamento: em quem ela pensava, em quem ela cuidava de tôda a sua alma, era no filho vivo, fugido ainda por Castela como um lobo no mato, privado de todos os seus bens, condenado a morrer às mãos do primeiro vilão se entrasse em terra portuguesa. Por êle, pelo seu filho bem amado, o último do seu ventre e do seu amor, se sacrificara a permanecer no Paço, a dissimular os seus sentimentos, a devorar as suas lágrimas, a vestir aqueles trajos de côrte que afrontavam a dignidade da sua viuvez, a servir um rei que tingira as mãos no sangue do seu sangue. Tudo tinha feito para que o monarca lhe desse o que o seu orgulho não queria pedir-lhe, o que à sua nobreza repugnava solicitar como graça: o perdão do filho, a restituïção da sua casa confiscada, a volta do pobre môço, que em Castella sofria tôda a espécie de privações e de agravos. Hábil

diplomata como era, dona Brites de Vilhena não se enganou nas suas previsões. Poucos dias depois, Afonso V depunha nas mãos da raínha o alvará em que a sua magnanimidade real se dignava perdoar ao filho da camareira-mór e restituí-lo à posse de todos os seus bens e honras. O coração da pobre mãe sossegou, emfim. A sua missão estava cumprida. Nada mais tinha que fazer naqueles Paços. Vestiu-se pela primeira vez de rigoroso luto, pediu que a levassem à presença do rei, e, encontrando-o a jogar a bola no eirado de tijolo da alcáçova, prostrou-se-lhe aos pés.

— Que pretendeis, dona Brites?

— Que vossa Alteza me faça a mercê de me mandar substituir na câmara da senhora raínha e de me deixar recolher à minha casa.

— Porque nos deixais, nobre dona?

A camareira-mór, cujas lágrimas, havia tanto tempo reprêsas, lhe borbulhavam dos olhos, respondeu, enxugando a face a um pano do seu hábito de burel branco:

— Já é tempo, senhor, de chorar meu marido e meu filho.

«TUE-LE!»

Cometeu-se há dias em Lisbôa um crime passional que tem servido de pretêxto, sobretudo no meio feminino, a vivas discussões. Um oficial superior do exército, homem de meia idade, elegante, impetuoso, valente, matou a tiros de pistola Savage o amante da mulher, quando ambos, êle e ela, se apeavam duma carruagem descoberta, às 4 horas da tarde, à porta dum notário conhecido. Não podia haver dúvidas sôbre a natureza das relações que ambos mantinham. A mulher do oficial fugira dias antes ao marido; e, quando o cadaver do raptor foi conduzido para a Morgue, encontraram-se-lhe nos bolsos do casaco, além de documentos que constituem prova, um embrulho de jóias dessa senhora, tão levianamente esquecida dos seus deveres de espôsa e de mãe. Dizem-me — eu não a conheço — que a protagonista desta tra-

gédia conjugal é uma senhora de quarenta e tantos anos, distinta e ainda bela, que, na idade perigosa que atravessa, deve ter procedido (quantos casos semelhantes por aí há!) sob a influência duma dessas crises de sensibilidade e de caracter que acompanham sempre as menopausas difíceis. Ao marido, conheço-o apenas de vista. No amante, nunca tinha ouvido falar. Trata-se, decerto, dum dêsses profissionais do adultério, dum dêsses oportunistas que espreitam pacientemente os instantes de fragilidade das mulheres, e que Dumas caracterizou numa frase modelar: «*Il faut toujours empêcher une femme d'avoir un premier amant, parce que le premier amant d'une femme est toujours un imbécile ou un misérable.*»

Mas eu não me ocuparia dêste incidente lamentável, se êle não tivesse ocorrido em circunstâncias que lhe atribúem, na esfera dos problemas de sentimento, um especial interêsse. Com efeito, tôda gente perguntou, ao conhecer a notícia do crime, por que razão o marido ultrajado, tendo ambos os cúmplices ao alcance da sua pistola, apenas alvejou um dêles — o amante — poupando exactamente aquele que mais o ofendera — a mulher. Não foi, decerto, por falta de tempo que a sua justiça sumária se não exerceu

sôbre os dois. Das quatro balas que o oficial, com maravilhosa serenidade, meteu no corpo do sedutor, uma ou duas podiam ser empregadas na adúltera, se êle, porventura, tivesse querido matá-la também. Mas, evidentemente, não o quis fazer. Porquê? Porque, em sua consciência, a julgou menos culpada? Decerto não. A maior ofensa não a recebeu êle dêsse homem, vulgar *coureur de femmes,* simples desconhecido que se atravessou na sua vida, mas que não lhe devia nem afectos, nem lealdade: foi dela que a recebeu, da mulher a quem tinha confiado a honra do seu nome, a pureza do seu lar, a inocência das suas filhas, a dignidade dos seus mais nobres sentimentos de homem, — da «sua mulher», que atraiçoou uma fidelidade e um amor tantas vezes jurado, enganando-o com o primeiro imbecil que se lembrou de lhe fazer a côrte. Êle, o desconhecido, ferira-o apenas na sua honra; ela, a espôsa adorada, ferira-o na sua honra e no seu coração. O delito do primeiro fôra uma aventura sem escrúplos; o delito da segunda, uma traição indigna. E, entretanto, a justiça dêsse homem gravemente ofendido poupou a espôsa, e caíu, com a implacável sanção de quatro balas — sôbre o amante. Ao *tue-la*, que há quarenta anos alvoroçou a consciência dos nossos

pais, preferiu o *tue-le,* mais prático e mais moderno na solução sangrenta dêstes acidentes de alcôva.

Porque procedeu êste homem assim? Porque poupou a mulher? Porque não os matou a ambos,—se ambos estavam ao alcance da sua pistola? A resposta só pode ser uma, e é bem tristemente humana: porque, a despeito de tôdas as vergonhas, de todos os ultrajes, de todos os crimes cometidos pela mulher,—êle ainda gostava dela. Mas, nesse caso, se por fraqueza se perdôa ao maior criminoso,—haverá o direito de condenar o menor? Eu entendo que não. E, porque o entendo, não fui dos que aplaudiram aquele gesto sangrento de desafronta. Em primeiro logar, não reconheço a ninguém o direito de fazer justiça por suas mãos. Essa justiça dos agravados, apaixonada, desvairada, cega, não é sanção que tranqüilize a nossa consciência. E muito menos quando ela se exerce sob esta forma unilateral, poupando deliberadamente um dos cúmplices, para apenas atingir o outro. Conheço alguns casos semelhantes a êste, em que o sentimento que armou o braço dos maridos foi um sentimento inferior à dignidade da sua situação. Não procederam na intenção desinteressada e nobremente preconceituosa de desafrontar a sua

honra; o seu acto violento teve sobretudo por fim — e a sequência dos factos demonstrou-o — desembaraçarem-se dum rival que lhes escamoteára a mulher, para, uma vez lavado em sangue o ultrage, reentrarem de novo na posse dela. Não digo que seja êsse o propósito do assassino de ontem, que é um perfeito homem de bem. Mas o que não faz o amor, — mesmo tratando-se dos caracteres mais íntegros e mais fortes? O que não fazem os hábitos sensuais derivados da posse íntima de determinada mulher, — sobretudo tratando-se de indivíduos exaltados e violentos? Os incidentes de adultério, resolvidos desta maneira, conduzem quási sempre a reconciliações apaixonadas. O marido, durante os meses de prisão que precedem a sua absolvição inevitável, esquece, perdôa, e passa a adorar ainda mais fervorosamente a criminosa de ontem, — porque a mulher que mais se ama é precisamente aquela por quem mais se sofreu. Ela, pelo seu lado — está na lógica do coração feminino — não póde furtar-se a um sentimento de admiração e de reconhecimento pelo homem que, poupando-lhe generosamente a vida, jogou a a sua liberdade e a sua honra para a disputar a tiro a um rival. A consequência necessária tem de ser o regresso à existência em

comum, mais feliz, mais íntima, mais terna, mais confiante ainda do que antes da tempestade que os separara. *C'est l'éternelle chanson.* E' possível que seja êste, também, o desfecho da tragédia conjugal da rua do Oiro. Simplesmente, o que eu não poderei esquecer (nem êles ambos!) é que essa reconciliação se fará à custa da vida dum homem, que eu não defendo, mas que, na sua inconsciência fútil de Lovelace, foi, seguramente, o menos criminoso dos três.

A CRISE DO LAR

Uma das características inquietantes da vida lisboeta, ou, melhor, da vida portuguesa no momento que passa, é a dissolução do velho espírito patriarcal, do sentimento de família, outrora tão fortemente enraïzado no coração das nossas populações. O português, desde as classes mais elevadas até às mais baixas, tende a permanecer no lar o mínimo tempo que pode, porque — triste é dizê-lo — a vida de família o interessa e o prende cada vez menos. Por tôda a parte se abrem cafés, clubs, cinemas, bars, teatros, casas de jôgo, indústrias de prazer de vária ordem, — e tôdas as noites essas casas regorgitam de homens, que abandonam o ambiente íntimo e serêno da família, para se intoxicarem, para se neurastenizarem, para desperdiçarem nervos e energia na esterilidade das discussões políticas, nos perigos do amor fácil, na paixão do jôgo, no vício de conspirar, bebendo,

envenenando-se, excitando-se, respirando mal, recebendo no seu organismo, cada noite que passa, a martelada de tôda a espécie de fadigas e de comoções. Dir-se há que isto sucede em tôda a parte, e que a dissolução do espírito familiar é uma conseqüência necessária da excitação e do nervosismo da vida moderna. Mas não é bem assim. Nos países hipercivilizados, em que a vida de prazer atinge maior grau de intensidade — na Inglaterra, por exemplo — o amor da família e o culto do *home* nem por isso deixam de manter-se permanentes e inalteráveis, — ao passo que entre nós, possuídos, como diriam Tourville ou Demolins, de todos os defeitos dos países de formação comunitária, essa excitação, êsse sisifismo, essa vertigem, essa tendência para a praça pública, são acompanhados de manifestações de desagregação do espírito familiar, de uma indiferença, de um desapêgo cada vez maior pelo lar, tão evidentes que, se é certo que as nações valem o que valerem os milhões de vidas privadas que as constituem, não me parece que possamos tirar dêstes factos uma conclusão demasiadamente animadora. Hoje, nos nossos mais importantes centros urbanos — mas, sobretudo, em Lisboa — o homem, que trabalha todo o dia, recolhe a casa para jantar, come à pressa, e quando devia repousar

das suas canceiras na intimidade tranqüila da família, sai para os cafés, para os clubs, para o jôgo, e só altas horas volta para dormir, extenuado, enervado, desinteressado dos seus, como um estranho que entrasse num hotel onde se hospedou. Os velhos serões, tão risonhos e tão portugueses, com a família em volta da mesa na leitura de bons livros, um pouco de lôto ou de jogo-de-cartas para desenfado — os calmos serões tradicionais em que os filhos se criavam na lição moral e afectuosa do lar — tudo isso desapareceu e já mal se encontra hoje, a não ser nos cantos mais remotos da província, onde não chega o combóio, e onde ainda se vive a pacífica existência do século XVIII português. Os inglêses, mestres na arte de bem-viver, manteem, a despeito de tôdas as tendências dispersivas da vida moderna, o amor pelos seus serões patriarcais, que, se deixaram de ser iluminados a candelabros de prata e regados a caldo de galinha, como no tempo de Sheridan, não perderam ainda hoje — muito pelo contrário — a sua atmosfera carinhosa, o seu alto significado moral e a sua fundamental importância na formação do carácter do anglo-saxão. Em Portugal, a verdade, a lamentável verdade é esta: o homem foge do lar. Porque a «praça pública» o solicita? Porque a maior

facilidade e a maior intensidade de prazeres o afastam da família? Por todos êsses motivos, sem dúvida; mas, antes de tudo e acima de tudo, porque o lar o não atrai. E se o lar o não atrai, é porque a mulher que nêle vive — seja filha, seja espôsa, seja irmã — não sabe torná-lo atraente. Caímos num delicado problema que devia preocupar-nos, a todos nós, portugueses, um pouco mais do que as intrigas da política ou as obras do Rossio. Êsse problema — é o da educação da mulher. Não da mulher que se propõe substituir-nos; mas da mulher que se destina a acompanhar-nos. Em geral, a mulher portuguesa não sabe tornar feliz o homem que ama, — nem mesmo quando o ama apaixonadamente. Porque lhe faltam condições naturais para isso? Não. Tem-nas de sobra: inteligência, beleza, ternura, bondade. Não sabe, porque a não educaram, porque a não ensinaram. Ser feliz e fazer felizes os outros — disse-o Balzac — «*c'est un métier qu'il faut se donner la peine d'apprendre*». É preciso preparar a mulher para a doce, para a incomparável missão de fazer menos desgraçado o homem. No dia em que a portuguesa souber tornar belo, risonho, carinhoso, atraente o seu lar; no dia em que lhe disserem que nunca poderá prender junto de si o marido, o filho, o irmão, sem lhes

proporcionar uma atmosfera de beleza tranqüila e de serêno confôrto; no dia em que a ensinarem a dignificar e a ennobrecer a vida, a encher de doçura, de encanto, de feminilidade, de graça tudo aquilo em que tocarem as suas mãos, — o homem, que, afinal de contas, é sempre e cada vez mais aquilo que a mulher quer que êle seja, sentir-se há de novo atraído para a vida serêna da família, voltará a possuir-se do sentimento do lar, e será bem mais feliz na intimidade alegre e no repouso fecundo que nêle encontra, do que é agora, queimando o sangue e fatigando os nervos pelas mesas de café e pelas casas de jôgo. Se procurarmos a razão de todos os repúdios, de todos os abandonos, de tôdas as saciedades, de tôdas as incompatibilidades, de todos os processos de divórcio que enchem os cartórios do país, — vamos encontrá-la na fealdade do lar, no desleixo da mulher, no abaixamento do nível estético da vida, na falta de preparação da espôsa para a realização integral da sua missão. É êsse também, quanto a mim, o motivo da dissolução do espírito de família, que tão tristemente caracteriza a sociedade portuguesa contemporânea. Existe, realmente, entre nós, uma «crise do lar». Só temos uma maneira eficaz de combatê-la: é educar a mulher.

O SR. DANIEL

Acaba de saír de minha casa um homem, que é uma instituïção: o sr. Daniel.

Vou permitir-me apresentá-lo aos meus leitores. A sua figura não póde ser mais vulgar: um sujeito de meia-idade, calvo, sereno, tipo de militar reformado, um fraque velho, umas calças de xadrez branco e preto, umas lunetas de aro de oiro, um bigode grisalho caído aos cantos da boca, a fisionomia dum homem regrado, pautado, metódico, formalista, *rond-de-cuir* até à medula, burguês como o seu enorme guarda-chuva de punho de chifre. Fala-nos com respeitosa timidez; é solícito, grave e cumprimentador; a sua pasta anda cheia de papeis desdobrados, acariciados, guardados com o cuidado mais voluptuoso. Aproxima-se sempre de nós titubeando as mesmas palavras: «Venho expôr um alvitre a V. Ex.ª...» «Venho abusar dos

sentimentos patrióticos de V. Ex.ª...» Tôda a gente sabe que êle é um pobre de espírito; tôda a gente reconhece que êle é o maior maçador do mundo; — mas niguém tem a coragem de o sacudir, porque êle fala em nome de coisas elevadas e respeitáveis. E' essa a grande fôrça, a invencível fôrça do sr. Daniel. Êle nunca nos fala de si; a sua personalidade ou os seus interêsses nunca estão, ou parecem nunca estar em jôgo; é sempre a glória alheia, o renome alheio que o movem, que o impelem, que o solicitam. O sr. Daniel é o empresário de tôdas as glórias, o agente de tôdas as consagrações, o promotor de tôdas as homenagens. Quando surge um heroi, um literato, um artista, quando por qualquer forma se notabiliza uma personalidade, logo o sr. Daniel aparece, balbuciante e grave, transformado em «voz da nação», alvitrando, sugerindo, propondo o banquete, a espada-de-honra, a lápide, a sessão solene, o album, o numero-único, o cortejo, a manifestação, o crachá, estimulando o entusiasmo oficial, incarnando a gratidão patriótica. Nada lhe passa despercebido, — nem o professor que se jubila, nem o poeta que morre, nem o actor que cai na miséria, nem o militar que se sacrifica pela pátria, nem a celebridade que esplende no seu fastígio, nem

a relíquia cujo ocaso nos enternece. E' êle o chefe da grande claque nacional que fabrica as apoteoses. Quando uma glória desponta, aferra-a, apossa-se dela, não a larga: é sua. E então, o sr. Daniel é incansável: mexe-se fura, trabalha, propõe, organiza, procura tôda a gente, sobe as escadas das redacções, escreve cartas para os jornais, fala aos ministros, invade o parlamento, incomoda os escritores, móe a paciência aos jornalistas, — tudo pela boa causa, para maior honra do seu «grande homem», para maior glória da sua «querida pátria», que êle invoca, erguendo o punho de chifre do guarda-chuva, as lágrimas a borbulharem-lhe dos olhos. E' mais diligente, mais solícito, mais zeloso do que o *manager* de todos os boxistas americanos, do que o «apoderado» de todos os toureiros espanhóis. Que ninguém se atravesse diante da «sua» idéa, diante da «sua» iniciativa, que são muito «suas», que lhe pertencem como a sua luneta, como as suas calças de quadradinhos: o sr. Daniel, de ordinário tímido, exalta-se enfurece-se, reclama, invoca os seus direitos de prioridade, defende a legitimidade da sua acção, constitue-se proprietário do homem célebre a quem o acaso, pseudónimo de Deus, reservou a ventura (e quantas vezes a desgraça!) de o ter como

empresário da sua glória. Frequentemente inoportuno, desastrado, *gaffeur,* ninguém entretanto o ataca, ninguém sequer o discute, porque o sr. Daniel é a incarnação do triunfo, porque o sr. Daniel fala em nome da pátria e dos herois, da nação e dos sábios, porque o sr. Daniel é mais do que um homem, é uma instituïção — e uma instituïção na verdade simpática. Se êle não existisse, se não existissem por êsse mundo muitos senhores Daniéis, quem, no meio do egoísmo e da indiferença geral, glorificaria os homens ilustres, promoveria as justas homenagens, coroaria os oradores, exaltaria os sábios, abriria aos herois as portas da imortalidade?

E entretanto, apesar do aparente altruísmo da sua missão, o sr. Daniel não é, de forma alguma, um homem desinteressado. Ah, não; pelo contrário. Êle trabalha também, ou antes, êle trabalha sobretudo por sua conta. Na simpática tarefa de zelar a celebridade dos outros, o sr. Daniel tem um propósito oculto, um propósito absurdo, um propósito sinistro: fazer a sua própria celebridade. Reconheceu — triste e obscuro filistino! — que não possuia valor próprio nem méritos suficientes para dar que falar de si; e, como veio ao mundo com a fúria do reclamo, tomou a resolução de parasitar a notoriedade alheia

para se tornar conhecido, para ter o prazer da publicidade, para ver o seu nome em letra redonda, para adquirir relações e influência, para se aproximar dos ministros, dos grandes literatos, dos homens eminentes. Glorifica-se um feito heróico, — aparecem logo, nos jornais, alvitres, cartas, iniciativas do sr. Daniel. Triunfa um homem público, — surge imediatamente, como promotor do banquete de honra, o sr. Daniel. Jubila-se um professor, — lá está, ao lado do chefe do Estado, no dia da sessão solene, o sr. Daniel. Morre um poeta, um escritor, um médico notável, — aí o temos, organizador benemérito do *In Memoriam,* com o nome impresso a oiro na lombada do livro, o sr. Daniel. Socorre-se um actor inválido, um artista enfermo, — e o retrato que se publica nos jornais, nos programas, com artigos laudatórios, com biografias intermináveis, não é o do artista festejado (ah, não, para quê?) é o do promotor da festa, o do ubíquo, do incansável, do feroz exibicionista, sr. Daniel. De tôdas as homenagens, de tôdas as manifestações que realiza, fica sempre para o nome do sr. Daniel, senão um pouco de glória, pelo menos um pouco de notoriedade. Essa evidência é o seu lucro, é o seu ágio, é a sua percentagem de empresário de consagrações. Êle bem

sabe que uma pequena parte da poeira de oiro que espalha no ar — há de caír, infalivelmente, sôbre êle. Êle não ignora que a gratidão dos seus consagrados — por menos que a gratidão exista no mundo! — há de capitalizar-se também em seu benefício. São valores de que êle dispõe; é credito com que êle negoceia. E em breve, o sr. Daniel, que acaba de visitar-me, com o seu guarda-chuva de chifre, para me pedir um discurso em honra de não sei quem, — será uma fôrça; essa fôrça converter-se-há num valor político; êsse valor político, numa situação de destaque; e com franqueza, meus senhores, não sei se terei de apresentar-lhes àmanhã, com tôdas as deferências, o sr. Daniel senador da República, o sr. Daniel director geral, o sr. Daniel grã-cruz de Cristo, o sr. Daniel ministro de Estado...

Por que não, se é desta mesma massa — aqui e em tôda a parte — que muitos dêles se fazem?

YANKEE

Ontem, no baile da Legação de ***, foi com muito prazer que ouvi um diplomata, meu amigo, dizer-me num sorriso que distilava todo o mel da Attica:

— Miss *W.* deseja conhecê-lo.

A encantadora americana estava perto de nós, sentada no *Récamier* da sala Império, de perna traçada, fumando. Era uma mulher de 23 ou 24 anos, *toute en rose* como o retrato célebre de Manet, braços fortes de *sportwomen,* inteiramente nus, ombros quadrados, um pouco masculinos, testa olímpica, larga, perfil fino de gravura inglêsa, um ar decidido, audacioso, provocador, que atraía tôdas as atenções e todos os olhares. Pelas informações colhidas, ao acaso, quando ela entrou na sala, soube que era a filha de um americano negociante de petróleo, rapariga intelectual, um pouco *rasta,* que se permitira o luxo fácil

de uma viagem pela Europa, e que estava de passagem em Lisboa, sòzinha, no *Palace*. Estendeu-me com inteira naturalidade a sua mão sem jóias. Sentei-me junto dela. O sexteto tocava um *fox-trot*. Conversámos.

— Vi representar em Milão uma peça sua, — disse-me Miss *W.*, num francês de telegrama, breve, sêco, rápido.

— E qual foi a sua impressão?

— Não gostei absolutamente nada.

Aquela adorável sinceridade *yankee* não pôde deixar de me fazer sorrir. A gentil americana seguiu com o olhar o fumo azul do cigarro, voltou a cruzar a perna, e emquanto, à nossa volta, várias casacas pretas caíam em êxtase, continuou imperturbável:

— Não gostei da sua peça porque não posso suportar a pieguice com que os portugueses falam do amor. Os senhores possuem um temperamento comprometedoramente sensível. Já me disseram que se publicam todos os dias, em Portugal, livros de versos em que os poetas dizem as maiores inconveniências sentimentais a respeito das senhoras que amam, e admiro-me sinceramente de que não tenham ainda sido tomadas medidas severas contra os indivíduos atacados desta espécie de loucura. O lirismo piégas e infantil já não se usa em parte nenhuma. A *sensiblerie* pas-

sou de moda. Ninguém voltou a pôr a capa negra de Musset. O amor é um negócio sério e prático, que tem de ser tratado, na literatura como na vida, duma maneira forte, viril, saudável e inteligente. Não há o direito de transformar o mais nobre, o mais belo sentimento humano numa coisa ridícula e triste. Os senhores, quando amam, são tão contemplativos e tão lamentadores, que me dão a impressão de neurasténicos. Isto, na América, cura-se com *douches* escocezas e com umas semanas de repouso. Não compreendo que se ame com tristeza, pela mesma razão porque não concebo uma equipe de gatos-pingados a jogar o *foot-ball*. Para nós, *yankees*, o amor é qualquer coisa que sugere alegria, ar livre, acção, elegância, fôrça. O melhor *flirt* é o do *tennis;* o maior prestígio é o dos músculos; nenhuma filha de *Oncle Sam* (como os senhores nos chamam) se entrega a um homem que não possa com ela ao colo. Os europeus dizem que nós, americanos, em matéria política ainda estamos no nosso Luís XIV; pois vocês, em matéria amorosa, vivem ainda do amor romântico, da melancolia, do luar, dos suspiros, de Chopin, da gravata negra de Antony e da tuberculose de Chatterton. É êsse, para nós, o maior defeito da sua literatura. A Europa sentimental precisa de pôr-se

à moda, de criar uma concepção nova do amor, de refazer as expressões da sua ternura, de mudar inclusivamente de vocabulário. Os senhores dizem sempre a mesma coisa quando amam, e tudo quanto dizem é de um mau gôsto e de uma sensaboria de fazer corar. O que me surpreende é que as mulheres ainda não estejam cansadas dos seus lugares-comuns, e comprem os seus livros, e se apaixonem pelos senhores. Coitaditas! Como elas devem sentir-se sequiosas de ar, de luz, de alegria, de vida, de natureza, de verdade, de sinceridade! Ainda ontem o secretário de Itália, entre duas chícaras de chá, me traduzia versos do seu João de Deus. Chama às mulheres pombas, flores, anjos, lírios, pérolas, — e só lhes não chama o que elas realmente são: mulheres! Apagou-se-me o cigarro. Dê-me outro, faça favor.

Abri a cigarreira. Miss *W.* colheu, nas pontas dos dedos, um *bout doré*. Na sala contígua dansava-se animadamente. Bateram as duas horas, sôbre o tremó, num relógio cinzelado de Gauthiére. Julgando oportuno o momento para quebrar o meu silêncio, perguntei à gentil americana há quanto tempo se encontrava em Lisboa.

— Há oito dias.

— Só?

— Só.

— Pois, se me permite um conselho, Miss *W.*, dir-lhe hei que faça as malas e que fuja quanto antes para New York.

— Porquê?

—Porque se chega a saber, por experiência própria, como os portugueses amam, — nunca mais quererá sair daqui.

AS TRÊS MULHERES

Vou contar-lhes, minhas senhoras, uma história (que mais parece uma iluminura) passada no tempo em que o velho Ramiro, o *Monge,* era rei de Aragão. Se alguém lhes dissér que eu a inventei em desabôno das mulheres, não acreditem. Eu tenho mentido, tanta vez, para convencer os homens — inimigos adorados da Mulher — de que ela é a única obra de Deus acabada e perfeita que existe sôbre a terra!

Um dia, alguém foi dizer ao rei Ramiro, espécie de *bon roi Dagobert,* que um mercador rico do seu reino casára pela terceira vez, tendo as duas primeiras mulheres vivas. O virtuoso monarca estremeceu de horror. Pois quê? Podia haver alguém, sem mêdo à excomunhão dos bispos e às justiças temporais, capaz de cometer, um após outro, os crimes hediondos de bigâmia e de trigâmia?

E o sol não se escondia, envergonhado? E as imagens divinas não desciam dos altares, para fulminar o criminoso? Num reino santo como o de Aragão, coberto de um manto branco de igrejas, era possível semelhante escândalo? Nessa tarde, Ramiro o *Monge* não comeu, e nessa noite não dormiu. Mandou abrir devassa, pôr a ferros o homem, prender a terceira mulher, e procurar as outras duas onde se encontrassem. Nestes contos de vitral, as coisas passam-se com extrema facilidade. Poucos dias depois, as três espôsas eram trazidas à presença do rei; e como nunca ninguém soube (disse-o um velho doutor da Igreja) onde acaba a mulher e onde começa o diabo, ninguém previu que as três rivais, bravas de condição, se atirariam como fúrias umas contra as outras, invectivando-se, tratando-se de impostoras, e disputando entre si a qualidade, que qualquer delas exclusivamente se atribuía, de espôsa legítima do mercador. O bom rei Ramiro, que nunca, na paz do seu claustro, tinha assistido a tão escandalosa scena, tomou-se de horror, enfiou a corôa na cabeça, sofraldou o hábito, fugiu das mulheres, mandou chamar a tôda a pressa os juízes, e quando os três graves magistrados entraram no palácio, empunhando as suas varas de prata, vestidos das suas lobas negras

talares, ordenou-lhes que procedessem ao julgamento sumário do criminoso, e que lhe aplicassem tão duro castigo, que nunca mais nos seus reinos homem algum se lembrasse de ter, à face de Deus, três mulheres vivas. E para que nenhuma dúvida restasse aos homens-de-justiça àcêrca dos propósitos que o animavam, o monarca despediu-os, exclamando:

— Se eu achar que não lhe aplicastes pena bastante severa, não mando enforcar o réo; mando enforcar os juízes!

As três sombras negras dos magistrados entreolharam-se, beijaram a tremer a mão do rei, e saíram, apreensivos, arrastando nos tijôlos do chão os sapatos ponteagudos. Que género de suplício iriam êles inventar, tão cruel que agradasse ao rei Ramiro, tão justo que ficasse de exemplo a futuros criminosos? Pensaram em fazer açoitar o homem, nú, na praça pública; mas pareceu-lhes pouco edificante expôr tão pecadora nudez aos olhos das virtuosas mulheres de Aragão. Lembraram-se de empalar o homem; de o garrotar; de o enterrar vivo; de o queimar a fogo lento; de o esfolar; mas a sua consciência de juízes ameaçados da forca não considerou nenhum dêstes castigos expiação suficiente para o crime nefando de ter casado com três mu-

lheres e de viver com uma só. Noites e noites passaram os juízes curvados sôbre as suas estantes de arquibanco, à luz de enormes tocheiros de ferro, lendo grossos códices membranáceos, — o código visigótico, as conclusões dos concílios, os têxtos bizantinos, as graves decretais; muitas vezes chamaram a conselho os físicos, os cirurgiões judeus, os hábeis anatomistas árabes, na ânsia de descobrir um suplício novo e feroz que contentasse o santo zêlo do monarca; passou-lhes pela cabeça mutilar ignòbilmente o criminoso, arrancar-lhe os olhos, assá-lo numa grêlha, inchá-lo de água como um ôdre: mas nada os contentava, tudo lhes parecia pouco, e a cada momento julgavam sentir na garganta — imparciais juízes aquêles! — a corda de esparto com que os ameaçára o rei. Finalmente, o dia do julgamento chegou. O mercador, arrastando pesadas cadeias, apareceu perante os seus julgadores. Convencido do crime na presença das mulheres e de três gordos clérigos que o tinham casado, confessou e sucumbiu. Ia ser proferida a sentença. No palácio, o rei aguardava, impaciente, que os magistrados fôssem dizer-lhe qual a pena imposta ao criminoso. Passaram-se uma, duas, três horas. Por fim, a tapeçaria mudejar, semeada de escudos de Aragão, que velava a porta, afas-

tou-se, — e os três juízes entraram, risonhos, satisfeitos, confiantes. Tinham finalmente encontrado, e mandado executar, o suplício mais horrível que podia conceber-se para a punição daquele homem monstruoso: um suplício de tamanha atrocidade, que ninguém mais, com certeza, praticaria no reino um crime igual.

— Então, qual foi a vossa sentença? — perguntou Ramiro o *Monge,* com a corôa real a abanar na cabeça.

— Condenámo-lo, senhor, a viver em comum com as três mulheres ao mesmo tempo!

Daí a pouco, um aguazil, enfiado na sua saltimbarca amarela, veiu anunciar que o pobre mercador se enforcára. Não tinha podido suportar, nem uma hora, o suplício a que fôra condenado.

Dizem que tôdas estas fábulas de vitral e de iluminura devem ter a sua moralidade. Por mim, minhas senhoras, afirmo-lhes que não tive, de forma alguma, o propósito de insinuar que três mulheres ciumentas tornam insuportável a vida a um homem. Entendo que para isso — basta uma só.

ÍNDICE

A mulher ideal	5
Um romance de amor	11
Sóror Ana Maria	17
Finette	23
Um padre	29
M.me Fausto	35
Suzon	41
O homem do colete amarelo	45
Arte de amar	51
Palmira	61
A elegia do cavalo	67
O chaile verde	73
Os medalhões	83
Os pássaros	91
Lady Gioconda	97
A «Pombinha»	103
Saias curtas	109
D. Miguel	115
Morte de homem	121
Santa Joana, amorosa	131
Velhice	139
O terceiro marido	147

A caveira de uma rainha galante 155
Como se faz um soneto?..... 161
Santa Nitouche 173
A camareira-mór 179
«Tue-le!»..... 187
A crise do lar 193
O sr. Daniel..... 199
Yankee..... 205
As três mulheres 211

PQ 9261 D3A79 Dantas, Julio
Arte de amar

PLEASE DO NOT REMOVE
CARDS OR SLIPS FROM THIS POCKET

UNIVERSITY OF TORONTO LIBRARY